

SESSÕES DO PLENÁRIO

51ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 06 de junho de 2017.

PRESIDENTE: DEPUTADO ALEX LIMA (3º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angela Souza, Angelo Almeida, Angelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Heber Santana, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Junior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rosemberg Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Há sobre a Mesa um requerimento. (Lê) *“Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias:*

Projeto de Lei nº 22.189/2017 e o Projeto de Lei nº 22.190/2017, de autoria do Poder Executivo.”

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado José de Arimateia comunicando que, devido a compromissos assumidos em Senhor do Bonfim para explanar e discutir a questão dos optometristas na Cidade e no Estado como Presidente da Frente Parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 30/05/2017.

Do Deputado Heber Santana solicitando a liberação dos trabalhos da Casa para participar, no dia 30/05/2017, da Sessão Itinerante da Comissão de Agricultura e Política Rural no Município de Luís Eduardo Magalhães.

Do Deputado Bira Corôa comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 17 de abril e 03 e 10/05/2017.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**
Com a palavra, o deputado Angelo Almeida pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputadas Luiza Maia, Fabíola Mansur, um grande beijo. Senhoras e senhores, semana passada, ao fazer aqui um pronunciamento percebemos que alguns colegas da Oposição ficaram refratários à discussão de um tema de âmbito nacional. Houve até uma reclamação, em plena tribuna, de que deveríamos estar discutindo temas da Bahia.

Não penso que seja assim, aqui é uma tribuna da nossa Assembleia, onde são abordados muitos temas, tanto de âmbito nacional como estadual, que são relevantes e importantes para a vida do conjunto da sociedade.

De fato, trouxemos aqui algumas abordagens de ordem política, numa delas, deputado Marcelo Nilo, falávamos da dificuldade que está havendo, nas circunstâncias atuais, de que deputados que abraçaram essa causa da reforma trabalhista – que não chamo de reforma, porque reforma é uma coisa boa, remete a coisa boa –, abraçaram a causa da tal reforma da Previdência, terão muita dificuldade de se apresentar no pleito eleitoral para, olho no olho, conversar com cidadãos e cidadãs do nosso Estado.

E quero aqui agradecer o convite de uma jovem liderança da cidade de Curaçá, companheiro Flamber Feitosa. Esta semana fui lá a uma festa do vaqueiro... E por falar em vaqueiro, quero aproveitar para saudar o nosso companheiro, colega Eduardo Salles, uma das grandes lideranças, responsável pela aprovação em último turno, que será agora promulgada, a PEC que regulamenta a questão das vaquejadas. Aproveito também para, daqui, mandar um grande abraço para o meu compadre, o meu cunhado, o meu amigo e meu irmão Carlos Geraldo Cohim Romeu, Gegéu Romeu, que é considerado um dos grandes baluartes da vaquejada no Estado da Bahia, ele lidera o grupo Arranca Tampa. Parabéns, deputado Eduardo!

E lá, na festa do vaqueiro, ao chegar, deputado Bira, fui apresentado... desci do carro e entrei no primeiro armazém pela primeira porta que estava aberta, fui recebido com muita desconfiança por seu Raimundo, dono do armazém, que apontou para o meu amigo Flamber e disse: “Olha, se for deputado que votou contra nós, não deixe nem entrar, fique aí no passeio mesmo.”

Então, essa discussão que estamos fazendo é porque estamos sentindo na pele o que essas pessoas, principalmente os trabalhadores ligados à área rural, estão passando. E aí, aqui na Bahia, estamos percebendo que por sermos um Estado com a força da área rural muito grande, os companheiros, os colegas da Oposição parecem que estão um pouco avexados, querendo brigar antes da hora, trazendo para cá algumas críticas e alguns ataques ao governador Rui Costa que, sinceramente... nós não estamos vendo isso, deputado Aderbal, quando vamos ao interior, quando caminhamos por Salvador, quando caminhamos pela segunda maior cidade da Bahia, que é Feira de Santana. Então, eu não sei o que é que está acontecendo, porque esses ataques parecem que estão aumentando à proporção que eles estão ficando nervosos.

Abraçaram-se a causas impopulares, estão direta e indiretamente ligados e arraigados a elas, e vão ter que dar conta disso. Estão querendo que o governador Rui Costa pague pelo erro. Aliás, Sr. Presidente, não estão sendo poucos os erros que estão acontecendo no Congresso Nacional, sobretudo em Brasília, mas falaremos sobre isso mais adiante.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

Quero concluir, inclusive, meu caro Gika, dizendo que existe um problema sério naquela região, no perímetro irrigado, do Projeto Pedra Branca, que contempla os municípios de Curaçá e Abaré, onde, de 19 vilas agrícolas, 13 estão em Curaçá, seis estão em Abaré. E há um risco enorme de faltar água para as pessoas beberem e poderem molhar a sua cultura, sendo que a Codevasf diz que não tem R\$ 200 mil para comprar uma bomba, o que pode colocar em risco a vida de mais de 13 mil pessoas. Mas voltaremos a falar sobre isso mais adiante.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, a deputada Luiza Maia.

Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores da imprensa, senhores da *TV Assembleia* que nos acompanham, aqui, nesta tarde, eu quero, neste momento, Sr. Presidente, fazer referência ao resultado de uma pesquisa feita pelo IPEA, instituto pelo qual eu já tive o maior respeito até o dia em que ele publicou uma pesquisa sobre a questão da implantação da Lei Maria da Penha, queimando de forma irresponsável... Inclusive tiveram depois que refazer os resultados dessa pesquisa dizendo que a violência contra a mulher tinha aumentado com a implantação da Lei Maria da Penha. E sabemos que isso não é verdade. Eles não tinham referência, não tinham parâmetros para medir essa questão e fizeram aquela divulgação de forma irresponsável, comprometendo, inclusive, a luta da mulher, a

campanha que desenvolvemos, usando o principal instrumento, que é a Lei Maria da Penha, para fazer esse combate.

Hoje eu vejo aqui nos jornais o resultado de uma pesquisa feita pelo mesmo instituto sobre a questão da segurança pública, que retrata o nosso Estado de uma forma que acho também irresponsável. Faço questão de ler e pedir que registre, nos Anais desta Casa, a nota da Secretaria da Segurança Pública da Bahia.

Quero dizer, antes da leitura, que temos assistido, aqui, à Oposição subir sempre nesta tribuna para atacar o nosso governador – que hoje tem o respeito da grande maioria da população do nosso Estado – pegando situações pontuais como se a violência fosse uma coisa inventada por ele, que só existisse na Bahia. Ou é essa história das estradas que estão sendo pavimentadas cada dia mais, ou, então, é essa questão da violência. E sabemos que tudo isso é uma falta de discurso, uma falta de argumento.

E queria lembrar à Oposição que, antes do governador Wagner, sabemos, todos têm conhecimento, a Bahia tem conhecimento, que viaturas, armas... A polícia, neste Estado, fazia dos carros roubados viaturas; e usava armas roubadas e tomadas de bandidos, sem contar o desmonte que existia na Secretaria da Segurança Pública, na segurança pública de um modo geral no Estado da Bahia. Hoje eles tentam distorcer todo um trabalho feito pelo ex-governador Wagner e também pelo nosso “governador correria”, o governador Rui Costa.

Mas eu faço questão de ler a nota da Secretaria da Segurança Pública que diz o seguinte:

(Lê) “A Secretaria da Segurança Pública ressalta, novamente, que desconhece a metodologia utilizada para a contagem das mortes nos estados brasileiros, como a publicada pelo IPEA esta semana. A diferença no resultado dos rankings divulgados por tais estudos mostram a discrepância da forma de coleta de dados, apontando, em cada uma delas, um município diferente como o mais violento por 100 mil habitantes.

Mais uma vez, a SSP-BA entende que, enquanto não houver uma padronização na coleta destas informações junto a todos os estados, pesquisas como a publicada em nada vão colaborar para entender a real situação dos municípios e a dinâmica da violência no país.

Exemplificando, em uma cena de crime com 5 mortos por arma de fogo, na Bahia, e demais estados nordestinos, são contabilizados 5 homicídios. Em outros estados, com essa mesma situação, é contabilizado apenas 1 homicídio. Outro ponto diferente é a utilização da classificação 'mortos a esclarecer'. Tem estado que no final do ano computa 4 mil homicídios e outras 3 mil mortes a esclarecer. Nestes casos as pesquisas utilizam apenas o dado 'oficial' de 4 mil.

Destaca que o Ministério da Justiça já reconheceu que a falta de metodologia única para contagem dos casos colabora para a criação equivocada de rankings de cidades. Logo, se cada estado contabiliza de forma diferente é impossível compará-los.

Por fim a SSP reforça a necessidade da unificação da metodologia e a necessidade de o Governo Federal implantar um plano de segurança com investimentos na área de modo que as informações sobre a violência sirvam de fato para estabelecer estratégias para diminuí-la.”

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, antes de abordar o tema, subo nesta tribuna. Como hoje tem julgamento da chapa Dilma/Temer, eu quero saber quem vai cair primeiro: se é Zé Neto, da Liderança do Governo, ou Michel Temer, da Presidência da República, porque Zé Neto, hoje, já não comanda mais nada, a palavra empenhada do Líder do Governo não significa mais nada. Eu não sei quem vai cair primeiro, Temer ou Zé Neto.

Sr. Presidente, Senhor do Bonfim atendeu às preces do povo baiano, e o milagre aconteceu nessa segunda-feira: não ocorreu nenhum homicídio na Região Metropolitana de Salvador, segundo a Secretaria da Segurança Pública. Um verdadeiro milagre e um alento de esperança para os baianos que vivem amedrontados, atemorizados, aterrorizados com o crescimento da violência em nosso Estado.

A Bahia tem nada a menos do que oito municípios entre os 20 mais violentos do País, conforme o Atlas da Violência 2017, divulgado nessa segunda-feira pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Os números, Srs. Deputados, do Atlas da Violência são estarrecedores, estamos vivendo no Brasil uma verdadeira guerra brutal e desumana que tem causado mais mortes do que as ações terroristas em todo o mundo.

(Lê) “Este ano, até o domingo passado, quando um ataque em Londres matou sete pessoas e deixou quase 50 feridos, ocorreram 498 atentados terroristas em todo o mundo, nos quais 3.314 pessoas morreram. Pois, senhores deputados, esse número é ainda inferior ao total de pessoas assassinadas no Brasil apenas a cada 3 semanas de 2015.

O Brasil, segundo o Atlas da Violência, registrou 59.080 assassinatos no País em 2015, Na Bahia, foram assassinadas 6.012 pessoas no mesmo período.

Sabemos todos que o crescimento da violência é um mal que atinge todo o País, todos os estados, uns mais, outros menos. Não é um fenômeno restrito à Bahia. Mas é um problema que tem se agravado cada vez mais na Bahia.

Vejam: o número de homicídios no Brasil passou de 48.136, em 2005, para 59.080, em 2015. Um aumento expressivo, de 22,7% em 10 anos.

Na Bahia, o número de pessoas assassinadas saiu de 2.881, em 2005, para 6.012, em 2015. Um aumento de 108,7% em 10 anos. Vou repetir: o número de pessoas assassinadas na Bahia mais que dobrou em 10 anos.

Esses números demonstram mais que a ineficiência, demonstram a falência total e absurda da política de segurança pública implementada e executada na Bahia pelos governos do PT.

Senhores deputados, não se trata aqui de uma disputa política. Não se trata de mera retórica. Não se trata de criticar ou elogiar o governo. Estamos falando de vidas humanas. Por trás de cada número desses há um João, uma Maria, um Alfredo, um Jeremias, um pai e uma mãe, um filho e uma filha, um irmão e uma irmã, um parente e um amigo.

É a nossa gente que está morrendo, senhores deputados. E não podemos nos limitar a apenas rezar e pedir ao Senhor do Bomfim que aumente o tamanho do milagre para que todos os dias do ano sejam como a segunda-feira que passou, um dia em que ninguém foi assassinado na Região Metropolitana.”

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Com a palavra, o deputado Targino Machado pelo tempo de 5 minutos.

(Pausa)

Na ausência do deputado Targino Machado, com a palavra, o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, ouvi atentamente aqui os discursos dos parlamentares que me antecederam. Foi frustrante ouvir a deputada Luiza Maia defender a segurança pública do Estado da Bahia. O Estado da Bahia recebeu do *GI* o troféu do estado mais violento do País. É lamentável que o atual governo do Estado não reconheça que aqui no Estado da Bahia encontram-se nove das 30 cidades mais violentas do Brasil.

Ouvi também o deputado Carlos Geilson, o ilustre deputado Carlos Geilson, dizer que neste final de semana aconteceu um milagre, onde praticamente não aconteceu nenhum homicídio. Eu, particularmente, não acredito. Não acredito, porque tenho acompanhado os homicídios que acontecem no interior do Estado. Os números são assustadores nos finais semana.

Sr^{as} e Srs. Deputados, teremos aqui muitas oportunidades de defendermos mais investimentos na segurança pública, como, aliás, estamos fazendo ao longo deste mandato. Mas, deputado Luciano Ribeiro, uma coisa que me preocupa e que deve preocupar a todos os parlamentares é justamente o tratamento que o governo da Bahia vem dando não só aos parlamentares desta Casa, mas principalmente aos servidores públicos do Estado da Bahia.

Vejo aqui, mais uma vez, os servidores do Ministério Público, que buscam a aprovação de dois projetos de lei. E vejo que o governo do Estado não está nem um

pouco preocupado se esta Casa irá ou não votar os projetos que estão na pauta. Aliás, acho até que eles fazem esta manobra justamente para não votarem o projeto dos funcionários públicos do Ministério Público do Estado da Bahia.

Foi assim com a Polícia Civil, foi assim com os agentes penitenciários, e é assim que eles tratam todos os funcionários públicos que vêm até esta Casa reivindicar direitos. Falei, ontem, deputado Euclides, da propaganda mentirosa que o governo fez dos 7.000 Km de asfalto. Falei também dos Estados da Federação, deputada Luiza Maia, e o nosso é o mais violento do País. E falo agora também dos servidores públicos, que não têm, por parte do seu governo, o respeito devido e o respeito necessário.

Mas percebam, V.Ex^{as}, que 2018 já está bem ali. Já, já chegaremos em outubro de 2018, e aí o povo da Bahia vai perguntar: “Cadê os 7.000 Km de asfalto? Cadê a segurança pública?”. Os servidores irão perguntar também: “Esse governo não seria o governo que daria um tratamento diferenciado aos servidores públicos?”. Cadê esse tratamento diferenciado, deputado Marcelo Nilo, V.Ex^a que ontem subiu a esta tribuna com um discurso fervoroso atacando a Oposição? Atacar a Oposição é fácil, deputado, difícil mesmo é V.Ex^a defender esse governo, isso é realmente muito difícil. É o governo da propaganda enganosa; o governo que levou a Bahia a ser um dos Estados mais violentos, aliás, a ser o Estado mais violento; o governo que vira as costas para as vozes dos servidores públicos. Defender este governo significa faltar com a verdade para com os baianos, e isso eu não farei.

Sr. Presidente, fico na expectativa de que tenhamos a condição de votar os projetos que estão sobrestando a pauta e também votar os projetos do Ministério Público que já estão aqui há mais de 1 mês aguardando uma resposta desta Assembleia Legislativa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro por até 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, estamos a assistir na Bahia alguns fatos curiosos. O Partido dos Trabalhadores, que vive a apregoar a defesa destes, está há 3 anos sem sequer discutir com os servidores públicos as suas condições salariais, sem sequer trazer essa discussão para esta Casa, que é, aqui, o foro competente para que isso corra, mais ainda, é um governo omissos com as questões cruciais da Bahia.

Estamos a assistir a greve dos vigilantes. Poderia parecer que nada disso pertence ao Estado, mas devemos entender que quase 60% dos vigilantes da Bahia prestam serviço ao Estado. As empresas são contratadas pelo Estado e o Estado não está cumprindo com as empresas os reajustes contratuais, as repactuações, para que as mesmas possam conceder o reajuste justo aos vigilantes.

Nós estamos a ver a crise da segurança pública no Estado da Bahia sem que o governo tome as providências com relação a isso. Estamos a ver a ameaça de

fechamento das comarcas dos municípios pequenos que dependem disso para que a sua população tenha acesso à Justiça, e não se ouve uma palavra sequer do governador sobre este assunto. Como se isso não fosse problema do Estado, como se isso não fosse o problema do povo para o povo. É um problema do Judiciário, é um problema orçamentário.

O governador do Estado, o Executivo, precisa, sim, participar dessas discussões, precisa dizer qual a sua posição com relação ao fechamento das comarcas. Mas não, na semana passada, no interior do Estado, comecei a ver nas mídias sociais, nos *sites*, nos jornais, vários deputados da base governista festejando aquilo que poderia ser o sonho de muitos de verem as suas estradas recuperadas. E eu fiquei até entender aquilo... O governador convocou para virem a Salvador mais de 80, 100 ou 200 prefeitos para assinar um convênio com os consórcios municipais.

O consórcio municipal é uma política verdadeira, uma política que deve prevalecer, mas não da forma como está sendo usada. Só para citar o exemplo, criou-se na população a esperança de ver muitas estradas construídas. Foi apregoado que o governador destinou verbas e colocaram os trechos das estradas. E aí, por curiosidade, por dever de ofício, tive o cuidado de verificar, por exemplo, que no consórcio do Alto Sertão, lá da região Sudoeste, o governo transferiu para os municípios 1 milhão e 750 mil reais para recuperar, para construir sabe-se lá o quê, 14 trechos de estradas, ou seja, poucos mais de R\$ 100 mil para cada trecho dessa estrada. E muitos apregoando que o governador estava a solucionar esses problemas.

E lá, meu caro Zé Raimundo, em Caculé, muitos acharam e apregoaram que com esse convênio a estrada Caculé-Condeúba iria ser recuperada. Ora, com R\$ 100 mil não dá sequer para fazer a limpeza da vegetação nas suas margens. Mas não, apregoa-se como se fosse ação do Estado, porque o governador apaixonado que está para combater a força do nosso prefeito na capital, se esquece do interior. Quando faz, só faz na propaganda. E nós que lá moramos estamos a assistir o descaso desse governo com o interior do Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos por até 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, aqueles que nos assistem pela *TV Assembleia*, os que aqui se encontram nas galerias, recebemos uma notícia interessante e ficamos perplexos nesses últimos dias. Estamos assistindo as obras do metrô avançando, um sonho de mobilidade urbana que pode alçar a capital da Bahia a uma condição extremamente vantajosa do ponto de vista dos transportes de massa. E a integração entre os diversos modais de transportes em Salvador depende da perfeita harmonia entre as gestões do governo do Estado e do governo da capital. E no momento em que a linha 2 do metrô chega às estações nas proximidades do CAB são retiradas 20 linhas do sistema de ônibus, exatamente para aqueles bairros mais distantes, de uma maneira que cria uma polêmica desnecessária,

obrigando a população de Salvador a pegar dois, três transportes para vir ao Centro Administrativo cuidar de assuntos do interesse da população que, há muito tempo, almejava por um transporte de massa de qualidade numa capital peninsular, como é Salvador. Mas, por pura birra, o prefeito da capital retira 20 linhas do transporte de Salvador, trazendo um prejuízo sem precedentes para centenas de milhares de soteropolitanos. Quando, na realidade, haveria de ter uma convergência natural, necessária, civilizada, para servir melhor àqueles que habitam a nossa capital, principalmente nas áreas suburbanas.

Então, essa peleja não interessa, a birra na política revela o despreparo. Salvador padece, historicamente, de um sistema avançado de transporte de massa para servir a sua população. E, quando essas obras de infraestrutura estiverem concluídas, Salvador certamente será a melhor capital do País do ponto de vista da mobilidade urbana. Essa é uma obra reclamada historicamente pela população, mas carece de um trato urbano, cordial, republicano, da parte do prefeito da capital. Coisa que não acontece. Fazendo com que a população pague o preço dessa birra, dessa falta de sensibilidade, dessa situação inusitada na política baiana. Certamente isso vai virar um *memé* nas redes sociais. O prefeito, por birra, retira 20 linhas do transporte de ônibus para não permitir a perfeita integração com o metrô, quando o governo do Estado apenas solicitou que fossem retiradas aquelas linhas que concorrem com o metrô, porque não faz mais sentido elas existirem.

Mas, não, o secretário que cuida dessa área simplesmente retirou 20 linhas, penalizando os soteropolitanos que moram nas áreas suburbanas da nossa capital. Por pura birra, pela juvenilidade, pela insensibilidade, do gestor, do alcaide que aí está de plantão. Então, de fato, essa é a pura verdade, que leva para o anedotário...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, deputado.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Estou concluindo.

Para o anedotário da política baiana mais esse capítulo de uma coisa inusitada.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Pastor Sargento Isidório pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhores ilustres das Galeria, Exm^{os} Estudantes que estão nos honrando aqui nesta Casa. (Palmas.) Claro que às vezes as pessoas perguntam: “Mas por que você chama as pessoas de excelência?”. É porque, para mim, só é excelência e mais excelente quem tem coragem até de votar num doido. Imaginem que eu estou aqui. Dizem que eu sou doido, e me botaram aqui. Imaginem vocês, que são o futuro desta Nação; o maior patrimônio de uma nação são os seus estudantes.

Então, aproveito para parabenizar tanto vocês aí em cima quanto S.Ex^{as} aí embaixo, o povo do Ministério Público, que continua na luta pelos seus direitos. (Palmas.) O mínimo que eu posso fazer é respeitar os direitos de vocês. Eu não fico em cima de muro, sou base de Governo, todo mundo sabe da cruz que eu carrego: são 1.232 pessoas saindo das drogas, internadas onde moro com minha esposa e meus

filhos, são usuários de drogas que vêm de toda a Bahia. E eu não sou melhor do que eles, porque também fui usuário; mas, há 23 anos, pelo poder desta palavra, fui liberto e, por isso, faço menção dela. A Bíblia, que, independe de religiões, é um livro, diz: *“Salva-nos, Senhor; porque faltam os homens benignos; porque são poucos os fiéis entre os filhos dos homens. Cada um fala com falsidade ao seu próximo; falam com lábios lisonjeiros e coração dobrado”*. Mais adiante, a palavra de Deus diz: *“Os ímpios circulam por toda a parte, quando os mais vis dos filhos dos homens são exaltados”*. *“Os mais vis dos filhos dos homens são exaltados.”* É assim que está a nossa Nação, que, lá em Brasília, permitiu que um prefeito espancasse os usuários de drogas, querendo acabar a cracolândia no porrete, na bala, no produto químico, jogando paredes em cima de pessoas.

Eu sei que essas pessoas têm erros e defeitos, mas a maioria delas são vítimas de uma sociedade, da própria “corruptolândia” de Brasília. Então, eles não têm moral para espancar, nem derrubar paredes em cima de pessoas. Eu trabalho com esse povo, brinco, inclusive, com teatro, pau, porrete, facão e machado; mas não passa de um teatro, porque essas pessoas são doentes, são os adoecidos das drogas, os que perderam as perspectivas de vida e não têm emprego, lazer e nem esporte. É uma nação chafurdada no lodo, na corrupção. Daí vêm a “corruptolândia” querer espancar a cracolândia como se tivesse diferença. A única diferença é que a “corruptolândia” é quem cria a cracolândia, o desemprego, os jovens menores abandonados, tirando a expectativa da nossa gente e do nosso povo.

Eu sempre digo que eles deveriam vir aprender a tratar os dependentes químicos aqui na Bahia. Eu posso e tenho autoridade para dizer que receberia o prefeito Doria na minha casa, onde eu, minha esposa e filhos moramos, com mais de 1.282 pessoas internadas, sendo tratadas gratuitamente. Aí ele pode vir até o governo baiano, nesta área, e com certeza terá a lição de como tratar o ser humano.

Eu continuo pedindo aos Direitos Humanos Internacionais, ou mesmo à própria ONU, para que tomem providência, que abram o inquérito necessário para punir os responsáveis nazistas, os responsáveis...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, deputado.

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- (...) que agiram com aquela prepotência naquele crime contra pessoas. A vida é o maior patrimônio de um ser humano. E a Bíblia diz *que Deus deu a vida e só Deus pode tirar*.

Por fim, quero comunicar a esta Casa, oficialmente, que devo assumir o comando do Partido Avante, na Bahia, para estar avante contra a corrupção; avante contra a liberação das drogas; avante contra o aborto; avante contra todo tipo de prática sexual abominável pelo nosso Deus. E nesse partido cabe todo mundo, independente de religião, cabem todos. O partido será independente de religião, será ecumênico. Eu é que continuarei dizendo: sou evangélico para glória do Deus pai todo poderoso. O meu Deus tem identidade. O meu Deus é o Deus de Israel, que criou o Céu e a Terra. Então, respeito a todas as religiões, mas não me misturo, sou um servo do Deus Já.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Parabéns aos estudantes, parabéns a vocês por estarem ocupando esta Casa. V.Ex^{as}, como disse, abrilhantam este Parlamento. Parabéns às futuras e aos futuros doutores do nosso Estado e da nossa Nação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Informamos a visita dos estudantes do Colégio Estadual Lomanto Junior, no bairro de Itapuã. (Palmas.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de até 25 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores das Galerias, estudantes: sejam bem-vindos. É uma satisfação, para nós, ver estas Galerias cheias. Eu sempre digo que esta Casa vazia entristece qualquer deputado que sobe à tribuna. É uma pena que os alunos já estejam indo embora. Sejam bem-vindos e contem com o nosso apoio, principalmente os funcionários do Ministério Público. Daqui a pouco vou conversar de novo com o nosso Líder para ver a viabilidade de botar na pauta de votação de amanhã ou de hoje ainda, se for possível, os projetos de V Ex^{as}: o Projeto de Lei nº 21.346/ 2015 e o 22.019/2016.

Sr. Presidente, eu pedi para falar no Grande Expediente porque nós precisamos travar a discussão política aqui desta tribuna. Esta semana, eu vi aqui o deputado Adolfo Viana lançando o prefeito de Salvador como candidato a governador da Bahia. (Palmas.) Para mim não tem palmas. Quero chamar atenção...

O Sr. Hildécio Meireles:- Um aparte, deputada.

A Sr^a LUIZA MAIA:- (...) desta Casa principalmente, porque a gente viu coisas semelhantes, como o que o ex-senador e ex-presidente do PSDB Aécio Neves aprontou durante a campanha. E eu não sei se o prefeito de Salvador está se espelhando no que aconteceu com Aécio Neves.

Vou ler aqui a denúncia de um procurador do Ministério Público do Estado da Bahia, colocando o que aconteceu. Está aí, em todos os sites, no Varela Notícias e na imprensa, obviamente, alternativa deste Estado, o que o prefeito ACM Neto aprontou no bairro da Graça nessa semana que passou.

(Lê): *“O procurador de Justiça do Ministério Público da Bahia (MP-BA), Dr. Rômulo de Andrade Moreira, em publicação na rede social, acusou motoristas do prefeito de Salvador, ACM Neto, de quase causarem um acidente em manobra arriscada que contou com a presença de seguranças armados na noite deste domingo (4), na Rua da Graça, na capital baiana.*

Em depoimento, o procurador relata: ‘voltava do aeroporto, por volta das 20h, com o meu motorista. Quando íamos entrar no prédio, surgem dois carros, inopinadamente, pela contramão. O primeiro entrou na garagem, impedindo-me a passagem. O segundo veículo ficou parado, logo atrás, em plena via pública, em

frente ao prédio. Desse segundo carro descenderam três homens, um deles com uma insígnia pendurada no pescoço, parecendo tratar-se de um policial civil, exaltados e fazendo sinais para os carros que transitavam’.

E continua: ‘não satisfeito de impedir a minha entrada na garagem, a posição em que ficou o veículo não permitiu que uma moradora saísse do edifício. Ela teve que dar marcha a ré para que o veículo que havia dado a contramão entrasse. Pois bem. Após este primeiro carro entrar no prédio, os homens que estavam no segundo veículo entraram também no edifício, enquanto o segundo carro continuava estacionado em plena via pública, e na contramão’.

Ainda na publicação, ele revela que tratava-se do prefeito da capital baiana, que deixava um amigo no local. ‘Era ACM, o neto, que estava dentro do veículo que vinha à frente e era dirigido por uma terceira pessoa. O outro automóvel, que estava imediatamente atrás, era uma espécie de ‘escolta’ e os três homens seriam policiais civis. Se eram realmente policiais civis eu não posso afirmar, mas com certeza um deles portava ostensivamente um distintivo muito semelhante aos que são usados pela Polícia Civil. A cena seria burlesca se não se tratasse de uma irresponsabilidade e cometimento de uma grave infração de trânsito. Notem: é um dia de domingo, aproximadamente às 20h. Não creio que o Prefeito estivesse em serviço, ao contrário, ele veio dar uma carona a um morador’.

No final do seu relato, o procurador ironiza: ‘e eu que pensava que o tempo dos coronéis aqui na Bahia já tinha passado’.”

Então isso foi a fala do procurador de justiça do Ministério Público da Bahia Rômulo de Andrade Moreira, para depois não dizerem que sou eu ou virem para cá com história de processo.

Mas também, Sr. Presidente, ainda nessa mesma linha das denúncias, dos horrores e da defesa que a Oposição tem feito com relação à postura do prefeito de Salvador, eu quero reafirmar que o que ele tem feito na capital é uma irresponsabilidade muito grande.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a LUIZA MAIA:- Calma, deixa eu raciocinar e falar.

O Sr. Pablo Barrozo:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a LUIZA MAIA:- Não adianta ficar tumultuando, porque eu vou continuar falando.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Eu pedi primeiro o aparte.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Ele, além de estar fazendo esses horrores, parecendo com o que Aécio fez lá no Rio de Janeiro, bêbado, dirigindo daquela forma que todo mundo sabe o que é e que deu no que deu... Quero registrar que, na minha opinião, o que ele tem feito em nossa capital é aprofundar a desigualdade; porque as denúncias das obras que ele tem feito, das maquiagens que ele tem feito nos bairros ricos, nos grandes bairros...

O Sr. Pablo Barrozo:- V.Ex^a me permite um aparte, deputada?

A Sr^a LUIZA MAIA:- Passe na periferia, vá na periferia para você ver a diferença. Então é uma maquiagem e um aprofundamento da desigualdade com que sofre a nossa capital, que já é muito desigual. Então, ele precisa ter cuidado, e os seus lançadores, antes do dia de sua campanha para prefeito, também precisam ter cuidado; porque nós não merecemos esse tipo de político ou de gestor que, antes mesmo da sua campanha ou de qualquer outra coisa, está tendo determinados comportamentos.

Mas quero também, aqui, fazer um registro de aplausos aos deputados federais Robinson Almeida e Afonso Florence por pedirem ao Ministério Público da Bahia apuração do favorecimento de ACM Neto à Odebrecht. Lembro-me que do que aconteceu no Brasil quando os denunciados do PT foram presos e punidos: nesta tribuna aqui era um atrás do outro, atacando o Partido dos Trabalhadores, atacando um projeto de transformação deste Brasil.

Com os erros do PT eu não concordo, acho que a corrupção precisa ser combatida. Mas comparar um projeto de desenvolvimento do País que inclui seus cidadãos, que dá oportunidade aos filhos dos pobres estudarem; ao povo brasileiro que nunca teve a oportunidade, e muitos não tinham nem o que comer durante o dia e passaram a ser cidadãos, acho que criticar esse projeto não nos cabe.

Ao final da minha fala vou fazer a leitura de um texto de um professor de Filosofia da Universidade do Espírito Santo, mostrando quem realmente é que está no poder, ...

O Sr. Pablo Barrozo:- Não vai me dar um aparte, não, deputada?

A Sr^a LUIZA MAIA:- Calma, gente, deixe-me falar. Que agonia! Depois vocês falam. Eu darei tempo para quem quiser falar.

Então, vou mostrar o artigo dele, e peço que se registre nos Anais desta Casa, porque ficamos aqui, nesta tribuna, brigando entre nós enquanto os grandes estão levando toda a nossa riqueza, sucateando o nosso País e nós aqui, feitos bobos, achando que estamos no poder e mandando.

Mas quero voltar à história da denúncia de Robinson e de Afonso, ambos do PT. Eles entraram nessa segunda feira, ontem, com uma representação no Ministério Público do Estado da Bahia, pedindo uma investigação sobre suspeitas de favorecimento do prefeito ACM Neto, do DEM, à Odebrecht na licitação para a reforma da Orla da Barra. Os petistas destacam conteúdo da delação do diretor da Odebrecht, que relata doações ilícitas feitas pela construtora à campanha de ACM Neto nas eleições de 2012 e irregularidades na licitação. A denúncia da Odebrecht contra Neto é muito grave. A suspeita de que houve apoio eleitoral para o prefeito em troca da execução da obra da Barra tem que ser investigada.

E é preciso investigar, porque o que temos assistido nesse Brasil é que se investiga de um lado e não se investiga de outro. E hoje, vendo a capa da revista *IstoÉ*, está lá dizendo: é a prova de que não se investiga e que as denúncias e as perseguições eram só relacionadas aos políticos do PT, ...

O Sr. Pablo Barrozo:- Um aparte, deputada.

A Sr^a LUIZA MAIA:- (...) e Temer também está aí, podre, e que já deveria ter renunciado, mas não renuncia.

E vemos, hoje, uma banda da Justiça, do Ministério Público Federal protegendo, porque se fosse um outro político que não Aécio já estaria na cadeia, e Temer também, porque o que provaram de denúncias! O que fazem com o ex-presidente Lula, que estão condenando sem prova alguma; os de que têm as provas estão aí, dessa forma. Acho que isso compromete a Justiça, que não pode ter posição política.

Ainda sobre ACM Neto, Afonso Florence diz: “Um prefeito malsucedido”. E eu faço questão de ler aqui também o que diz Afonso sobre essas denúncias, porque é preciso também que seja investigado. Acho que a democracia, a punição e a justiça têm que ser para todos e não proteger um porque tem um grande poder de mídia e quem dele fale só o bem e deixe as coisas ruins sem serem faladas. Já foi citado várias vezes em várias delações.

O deputado Afonso Florence voltou a criticar a posição do prefeito ACM Neto, do DEM, que se colocou contra a volta da contribuição provisória sobre a movimentação financeira. Em entrevista à *Aratu FM*, o petista defendeu a criação da alíquota e disparou ataque ao gestor democrata. O prefeito ACM Neto, que é um prefeito malsucedido, coloca mais placa da prefeitura em obras do Governo do Estado do que faz obras.

Faz obras na Barra – nada contra a Barra, apesar de ser discutível se reduzir espaços do transporte público – e, agora, quer paralisar as obras do metrô por causa das árvores. Ele deve ter preocupação com o ritmo das obras do metrô da época de Imbassahy, que são do mesmo grupo aliado, quando elas ficaram paradas. Talvez seja o prefeito do Brasil que mais aumentou o IPTU, em mil por cento, um aumento controverso, com disputa judicial”, disse o parlamentar.

E quero aqui fazer minhas as palavras do deputado Joseildo, que mostra como a irresponsabilidade e a ganância política – não sei bem o que é que acontece com esse prefeito – para retirar linhas...

O Sr. Hildécio Meireles:- Um aparte, deputada?

A Sr^a LUIZA MAIA:- (...) que não concorrem com o metrô e que são necessárias.

Então, quero parabenizar aqui a sua fala, deputado, e fazer minhas as suas palavras, porque não pode ser desse jeito. Nós temos que fazer um apelo, inclusive para os deputados aqui da base do prefeito ACM Neto e do seu Partido, que ajudem ele a devolver as linhas que ele retirou...

O Sr. Hildécio Meireles:- Um aparte, deputada?

A Sr^a LUIZA MAIA:-(...) do metrô do Centro Administrativo.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Bira Corôa:- V.Ex^a me permite um aparte

O Sr. Pablo Barrozo:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a LUIZA MAIA:- Pediram aparte os deputados Adolfo, Bira Corôa, Pablo, tem que ser um minutinho para cada um. Quem mais?

O Sr. Pablo Barrozo:- Luciano, Hildécio.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Não, primeiro foi o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Muito bem, deputada. Primeiro, quero parabenizá-la pela capacidade de sua memória. Depois de tantos pedidos de aparte, V.Ex^a ainda lembrar que fui eu o primeiro. Parabéns pela sua memória.

Deputada, também quero parabenizar V.Ex^a pela disponibilidade, apesar de V.Ex^a ser uma deputada da Base do Governo que, portanto, segue a orientação do governo, quando V.Ex^a se comprometeu com os funcionários do Ministério Público na defesa desse projeto de lei... (Palmas)

A Sr^a LUIZA MAIA:- Não foi a primeira vez.

O Sr. Hildécio Meireles:- (...) de interesse dos funcionários, que está aqui desde 2015 e, infelizmente, ainda não chegou nem neste Plenário para ser apreciado.

E também vejo que V.Ex^a está tão preocupada com o prefeito ACM Neto que nesse período aí V.Ex^a falou no nome dele 34 vezes. Repetiu o nome do prefeito ACM Neto 34 vezes. E que bom que os deputados Afonso Florence e Robinson Almeida, se não me engano, tenham solicitado que o Ministério Público investigue essa suposta denúncia contra o prefeito ACM Neto, porque tenho absoluta certeza que não tem nenhuma possibilidade de ter problema com o Ministério Público.

Agora, seria importante...

A Sr^a LUIZA MAIA:- Obrigada, deputado, porque o tempo está curto e tem muita gente para falar.

O Sr. Hildécio Meireles:- (...) que os dois deputados fizessem o mesmo com o ex-governador Jaques Wagner e o governador Rui Costa com relação ao acordão da CERB e à construção da Arena Fonte Nova.

Muito obrigado, deputada.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Ouço o deputado Bira Corôa.

O Sr. Adolfo Viana:- Pela ordem, deputada. V.Ex^a tem que seguir a ordem.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Estou seguindo.

O Sr. Adolfo Viana:- Não, não, não. V.Ex^a tem que seguir a ordem, eu fui o segundo.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Depois é o senhor. Bira pediu primeiro, V.Ex^a não viu, depois é V.Ex^a.

O Sr. Pablo Barrozo:- Pela ordem, deputada.

O deputado Bira Corôa foi o último a pedir. A ordem tem que ser seguida.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Não foi. Então vá, deputado Adolfo, não vamos criar polêmica. É um minuto para cada um, porque o tempo está pouco e ainda tenho vários assuntos aqui para tratar.

O Sr. Adolfo Viana:- Agradeço a V.Ex^a, deputada.

Eu queria só corrigir o deputado Hildécio Meireles, a senhora em 15 minutos não falou o nome do prefeito ACM Neto 34 vezes; falou 19 vezes, eu contei aqui, é diferente, não foram 34.

A Sr^a LUIZA MAIA:- V.Ex^as falam muito mais do que isso do PT.

O Sr. Adolfo Viana:- Eu queria dizer a V.Ex^a que não fomos nós que elegemos o atual prefeito ACM Neto como o melhor prefeito do Brasil por três vezes. Foi a grande imprensa, a grande mídia que está aqui. V.Ex^a pode reclamar com eles que elegeram o prefeito ACM Neto como o melhor prefeito do Brasil por três vezes.

Afinal de contas, é difícil morar na cidade de Salvador e não reconhecer que a cidade evoluiu e avançou bastante com o prefeito ACM Neto. Óbvio, não existe um prefeito perfeito, pode ser que tenha cometido algum erro, mas é impossível não reconhecer que a cidade de Salvador avançou e avançou muito. Hoje o soteropolitano voltou a ter orgulho de morar e de viver aqui em Salvador.

Eu queria pedir a V.Ex^a também que fizesse uma reflexão: a cidade de Camaçari está entre as 20 cidades mais violentas do Brasil. E V.Ex^a conseguiu e obteve o seu mandato muito pela força daquela cidade. Hoje, V.Ex^a sobe à tribuna e defende a segurança pública do Estado da Bahia como se estivesse às mil maravilhas, quando a sua cidade foi eleita como uma das mais violentas do País.

É importante que V.Ex^a esclareça sobre o assunto até para que o povo de Camaçari não a julgue de maneira equivocada, ele que sofre tanto com a falta de segurança e de investimento.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Não se preocupe.

O Sr. Adolfo Viana:- Estou prezando pelo mandato de V.Ex^a.

Peço que reveja sua posição em relação à questão da segurança pública porque sua cidade é uma das mais violentas do Brasil.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Muito obrigada, deputado. Não incorporarei ao meu discurso a sua fala.

E a minha cidade, há 45 anos que moro lá e sei o que disse.

O Sr. Adolfo Viana:- Está segura a sua cidade!

A Sr^a LUIZA MAIA:- Não sei nem se vou ser candidata, defendo dois mandatos para cada deputado.

Então, veja bem, deputado, o que fiz aqui foi mostrar que a pesquisa divulgada pelo IPEA não está correta. Li a nota da Secretaria da Segurança Pública porque acho que é justo.

Com o aparte o deputado Bira Corôa; e depois, V.Ex^a, Pablo Barrozo.

O Sr. Luciano Ribeiro:- V.Ex^a permite um aparte?

O Sr. Bira Corôa:- Nobre deputada Luiza Maia, quero parabenizá-la pelo brilhante discurso na tarde de hoje, e por trazer para cá um tema significativo.

Ao longo de mais de um mês a Oposição tem tratado a discussão política deste País como uma verdadeira lepra. Eles fizeram todo aquele movimento para dar o golpe na presidenta eleita Dilma Rousseff e colocar Temer na presidência. Agora,

todos se escondem de Temer, porque não têm a coragem e a dignidade de vir para cá para defender o governo de Temer como fazemos com o governo Lula e com o governo Dilma e, conseqüentemente, arcar com a responsabilidade sobre as mazelas conduzidas neste País pela ação de siglas partidárias que eles representam nesta Casa e no poder constituído deste Estado.

Então, sem dúvida alguma, trazer essa discussão...

Quando se puxa a situação de Salvador, fogem do debate sobre um governo que foi muito bem colocado por eles, escolhido como um dos melhores do Brasil pela grande mídia, mas que o Brasil inteiro, hoje, condena a ação dessa grande mídia golpista a serviço da elite burguesa e inimiga da sociedade e do povo brasileiro. Então, sem dúvida alguma, não poderia haver outro meio para se intitular essa gestão que exclui a sociedade baiana e cria um cinturão, uma linha de miséria, um verdadeiro *apartheid* dos tempos modernos implantado na cidade de Salvador, quando prioriza recursos do município para as áreas nobres da cidade, deixando no abandono e no isolamento a área populosa da nossa cidade, onde está a concentração da população mais necessitada.

E, ora, escolhe o governo Rui Costa, que vem suprimindo essa carência de Salvador com obras de infraestrutura nas encostas, com acessibilidade e interligação dessa cidade com os bairros mais periféricos e mais necessitados, trazendo o metrô para Salvador, acabando a novela mexicana que eles criaram há 32 anos – dizem que foi há 20 anos, mas foi há 32 anos – com o chamado metrô, e trazendo a realidade de ser um dos veículos mais eficientes instalados no Estado da Bahia e atendendo a Salvador. E ele faz essa brincadeira de tentar boicotar as ações, negando o que é de responsabilidade dele que é a licença para a conclusão das obras.

Então, quero parabenizá-la, e aproveitar para dizer que também fico satisfeito com um depoimento em relação à nossa cidade de Camaçari, em que eles assinam um atestado de incompetência de gestão, da gestão que eles elegeram. Lá existem três ministros e um prefeito eleito que não governa, que não tem ação, que não representa os interesses do município porque não tem capacidade para conduzir. São três ministros, três ex-prefeitos. E o prefeito de Salvador, preocupado com o desmando que ele construiu dentro da cidade de Camaçari, agora nomeia um interventor que sequer recebe por Camaçari, é recompensado por Salvador, mas é quem está lá para tentar alinhar uma gestão desordenada que lá foi constituída.

É por isso que a violência em Camaçari tem crescido, é porque a cidade está sem comando.

A Sr^a LUIZA MAIA:- O senador da fraude, aquele que roubou o mandato de Waldir Pires, o ex-senador Waldeck Ornellas, é quem manda agora em Camaçari.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Vai dar-me o privilégio do aparte, deputada?

A Sr^a LUIZA MAIA:- Com o aparte o deputado Pablo Barrozo; depois, Joseildo. E você é o último.

E vamos embora que o meu tempo está acabando, ainda preciso falar aqui sobre os donos do poder neste País.

O Sr. Pablo Barrozo:- Deputada Luiza Maia, queria agradecer-lhe por me conceder o aparte, apesar de não obedecer à ordem. Segundo o Regimento, no seu art. 152, o aparte deve ser concedido na ordem em que é pedido. O deputado Luciano Ribeiro, e, aqui, somos todos testemunhas, foi um dos primeiros a pedir.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Se ele foi o primeiro, eu não vi. Perdoe-me.

O Sr. Pablo Barrozo:- Não vou tomar o seu tempo e o nosso tempo com isso.

Mas gostaria de dizer a V.Ex^a que o prefeito ACM Neto neste momento está assinando um contrato de financiamento com a Prodetur, com o Banco Mundial, e cerca de R\$ 3 bilhões serão investidos nos próximos anos aqui, em Salvador. A Prefeitura de Salvador, depois de 15 anos, consegue assinar um contrato, devido à credibilidade do prefeito.

Ontem, à noite, estive com ele, deputado Bira, deputada Luiza Maia, no bairro de Daniel Lisboa, inaugurando uma praça. O bairro de Daniel Lisboa, para quem não conhece bem Salvador, na intermediação de Brotas, não é um bairro nobre.

O prefeito ACM Neto, em vez de discursos, tem compromisso com sua população, por isso foi reeleito com 74% dos votos. Infelizmente, na falta do que V.Ex^a falar sobre o que o governo do Estado faz, na falta do que defender o governo do Estado, tem o discurso que... Discordo do deputado Adolfo, V.Ex^a não falou 19 vezes sobre o prefeito ACM Neto, falou 25 vezes. Inclusive, 25 é um número interessante, porque no ano que vem... O desespero de V.Ex^a...

A Sr^a LUIZA MAIA:- Muito obrigada, deputado.

O Sr. Pablo Barrozo:- (...) e do Partido dos Trabalhadores, que foi deposto de Camaçari e será deposto no ano que vem do governo do Estado, é nítido.

Então, vamos tratar do nosso Estado e falar das coisas boas que temos, aqui, a oferecer e discutir assuntos interessantes, pelos quais a população se interesse.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Muito obrigada, deputado, o tempo está acabando...

O Sr. Pablo Barrozo:- Não vamos perder nosso tempo inventando ou falando de que não se conhece. O Partido dos Trabalhadores prega a ignorância, isso não é o correto.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Muito obrigada, deputado. Só quero lembrar, também, que o gestor passado era apoiado pelo prefeito ACM Neto, que fazia parte do seu governo. Então, vamos devagar com o andor.

O deputado Luciano Ribeiro ficou chateado, mas me desculpe, porque eu não vi.

Então, vou concluir, porque, agora, realmente acabou meu tempo. Verei se consigo falar sobre os donos do poder em outro momento.

Mas quero, aqui, convocar esta Casa para as manifestações de sexta-feira e domingo pelas Diretas Já, Fora Temer, porque o bicho está podre, está fedendo na sala, mas não quer largar o osso. E o povo brasileiro não pode deixar que deem outro golpe, porque, retirar Temer para botar um outro Temer com eleição indireta, como eles estão articulando, também não vai servir ao povo brasileiro.

Tem que deixar o povo brasileiro se manifestar, tem que deixar o povo brasileiro eleger o seu novo presidente ou presidenta.

Então, queria convocar aqui: às 14 horas, na Barra, no domingo; e às 15 horas, no Campo Grande, na sexta-feira.

Fora Temer, nenhum direito a menos e Diretas Já.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PP/PSB/PTN para falar ou indicar orador, pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. Roberto Carlos:- Sr. Presidente, informo que no Horário das Representações Partidárias falará pelo PSL o deputado Marcelo Nilo, pelo tempo de até 7 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pelo PSB. Não há, PSL, Excelência. É PP/PSB/PTN.

O Sr. Roberto Carlos:- Sr. Presidente, V.Ex^a está passando o Horário das Representações Partidárias, em que o PSL tem o tempo de 7 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Ex^a tem razão.

Com a palavra o deputado Marcelo Nilo, pelo tempo de 7 minutos.

O Sr. MARCELO NILO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, os deputados que fazem oposição ao governo do Estado estão no seu papel de fazer as críticas, mas há de comparar o governo do Estado da Bahia com os governos de outros estados.

A Bahia tem um governador muito bem avaliado. A Bahia tem um governador que paga o salário em dia. O governo do Estado do Rio Grande do Sul, do PMDB, tem 2 meses, 3 meses atrasados, parcelou, inclusive, o próprio 13º. Na Bahia, qualquer servidor, no último dia útil do mês, recebe o seu salário, coisa rara hoje no País, o País que vive uma grave crise econômica, fruto de uma grave crise política.

Jamais imaginávamos ter um presidente da República sendo ouvido pela própria Polícia Federal, jamais imaginávamos ter um presidente da República, do PMDB, envolvido em corrupção, jamais imaginávamos estarmos hoje, no dia 06 de junho, e amanhã de manhã não sabermos quem será o próximo presidente da República.

Hoje, saiu uma pesquisa de opinião pública, deputado Sandro Régis, o ex-presidente Lula, mesmo com a mídia tentando um massacre, hoje tem mais de 50% de avaliação na pesquisa de opinião pública. Vou repetir, deputado Sandro Régis, mais de 50% de aprovação na sua candidatura a presidente da República. E sabe quanto tem Aécio Neves, do partido de V.Ex^a? Zero, deu zero, está na Vox Populi. Aécio Neves, deputado Adolfo Viana, do partido de V.Ex^a, do velho PSDB, bateu o recorde, zero, nem 0,1%, mas zero. É a pesquisa Cut/Vox Populi.

Portanto, Sr. Presidente, nós vivemos um momento diferenciado na Bahia. O deputado Tom, ontem aqui nesta tribuna, chamou Rui Costa de “Rui Correria”. Sabe por quê, deputado Leur Lomanto? Porque as obras estão andando. Finalmente está aí o metrô. Salvador é, sem dúvida nenhuma, um canteiro de obras do governo do Estado. No interior do Estado são quatro viagens por semana para inaugurar obras.

Eu compreendo que V.Ex^as façam as críticas, isso é normal, afinal de contas temos que ter o contraditório. Hoje o Brasil vive um momento diferenciado, um momento atípico, onde o presidente da República vai ser julgado pelo TSE, onde o presidente da República, do PMDB, teve de responder a 84 perguntas da Polícia Federal.

Imaginemos, nós, homens públicos, nesse momento tão difícil.

O Sr. Robinho:- Um aparte, deputado.

O Sr. MARCELO NILO:- Concedo um aparte a V.Ex^a, com o maior prazer. Só gostaria que fosse breve, porque o meu tempo é curto.

O Sr. Robinho:- Deputado Marcelo Nilo, é breve sim. Ouvi aqui os amigos falando de partido, de partido, de partido. Eu quero crer que o povo brasileiro hoje quer acreditar no homem, e nós ficamos aqui brigando por partido. E quero dizer que o governador Rui Costa está acima do PT, pela forma de conduzir, eu aprovo suas palavras, pela forma de conduzir e administrar a Bahia.

Muito obrigado.

O Sr. MARCELO NILO:- Eu concordo com V.Ex^a, eu sou a favor do Distritão. O deputado Adolfo Viana é do PSDB e é um dos melhores deputados da Bahia; o deputado Leur Lomanto, Líder da Oposição, é do PMDB, e é, sem dúvida nenhuma, uma revelação nesta Casa; o deputado Luciano Ribeiro é do DEM e é, sem dúvida nenhuma, um dos maiores parlamentares dessa legislatura. Eu não comparo o partido, eu só estou dizendo que hoje a grave crise é no País.

Nós vivemos num momento difícil. Ser político, hoje, não é fácil, porque no Congresso Nacional, aí vai uma crítica a 90% dos Srs. Parlamentares federais e Senadores, só pensam no umbigo, se eles pensassem no cidadão ou na cidadã e elessem, realmente, um presidente à altura do nosso povo, colocassem lá uma pessoa suprapartidária... Por que Itamar Franco deu certo? Porque fez um ministério de notáveis. Por que Michel Temer não deu certo? Porque, infelizmente, todos os seus assessores foram demitidos por corrupção, quase todos.

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte, deputado.

O Sr. MARCELO NILO:- O ministro Imbassahy, que é baiano, até hoje não disse a que veio. Eu desafio aqui os deputados que digam algum centavo que o ministro Imbassahy trouxe para a Bahia. É o ministro mais apagado do País, que, infelizmente, não está à altura das pessoas que fazem política no nosso Estado.

O deputado Geddel, por exemplo, era ministro da Secretaria de Governo, mas trouxe algumas obras para a Bahia. Veio aqui, disse que ia trazer o VLT. Mas, o ministro Imbassahy, sem dúvida nenhuma, é um ministro apagado. É um ministro, hoje, que não está à altura do nosso povo. Foi o prefeito de Salvador que deixou o

metrô parado por 8 anos. Precisou Rui Costa assumir para colocar o metrô para funcionar.

Com o aparte meu querido amigo deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado...

O Sr. MARCELO NILO:- Não vá defender Imbassahy, não. Pelo amor de Deus.

O Sr. Adolfo Viana:- (...) eu queria convidar V.Ex^a para trazermos a pauta do Estado da Bahia para esta Assembleia, porque ficamos aqui a todo tempo falando do governo federal. Esquecemos de cuidar das pautas referentes ao Estado da Bahia.

Eu sei que V.Ex^a pretende ocupar uma cadeira de deputado federal na próxima eleição, mas enquanto estiver no cumprimento do mandato de deputado estadual, a gente precisa aqui cuidar dos interesses da Bahia. E V.Ex^a, que defendeu tanto o governador Rui Costa e que goza de um prestígio pessoal, poderia ajudar os servidores do Ministério Público a conseguir colocar em votação esses dois projetos de lei.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, deputado.

O Sr. MARCELO NILO:- Eu quero dizer a V.Ex^a que sou favorável que se coloque o projeto do Ministério Público para votação. Peçam ao presidente que coloque. Sou favorável e votarei favorável.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, deputado.

O Sr. MARCELO NILO:- Já? Quando eu falo do governador Rui Costa, da correria, o tempo passa rápido. Portanto, concluo dizendo que se V.Ex^{as} conseguirem com o deputado Sandro Régis, que é presidente agora neste momento, colocar o projeto para votar, pode ter certeza de que terão meu voto.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Esse processo tem quanto tempo aqui na Casa? O Presidente Marcelo Nilo teve tempo suficiente para botar e nunca botou...

Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PP/PSB/PTN para falar ou indicar orador pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. Marcelo Nilo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois não.

O Sr. Marcelo Nilo:- Presidente, sabe do apreço e admiração que tenho por V.Ex^a. Eu quis apenas dizer que se V.Ex^a, que está na Presidência – eu sei que é mais a função do presidente –, quiser colocar para botar, eu votarei. Agora, quero dizer, também, que quando fui presidente, nunca ouvi V.Ex^a me pedir para botar o projeto para votar. Eu agradeço a V.Ex^a com o maior carinho.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem concedida.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, quero dizer que, para que sejamos claros aqui com os funcionários do Ministério Público do Estado da Bahia, existem três projetos sobrestando a pauta e que precisam ser superados por esta Assembleia. E, posteriormente a isso, cabe exclusivamente uma decisão do Líder do Governo, deputado Zé Neto. Até porque o Líder da Oposição, deputado Leur Lomanto Junior, junto com a bancada de Oposição, já disse que está favorável à votação do projeto. (Palmas)

Então para que fique claro e que não reste a menor dúvida: esse projeto vai para a votação assim que a Base do Governo der o “o.k.”, porque a Oposição já se colocou favorável. É uma cobrança que temos que fazer exclusivamente ao Líder do Governo aqui nesta Assembleia Legislativa, que só faz, obviamente, qualquer coisa combinado com o governo do Estado da Bahia. Portanto, está na mão do governador esta decisão. Ponto final. (Palmas)

O Sr. Roberto Carlos:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 9 minutos a deputada Angela Souza, e por 4 minutos o deputado Roberto Carlos, que vos fala.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Por 9 minutos, a deputada Angela Souza, do PSD.

A Sr^a ANGELA SOUZA:- Quero cumprimentar o nosso presidente Sandro Régis, que está aí na cadeira do nosso presidente; cumprimentar as galerias que estão com os funcionários do Ministério Público reivindicando os seus direitos e cumprimentar os meus companheiros.

Nesta tarde, eu vim falar um pouquinho sobre a cidade de Ilhéus, onde houve algumas situações, inclusive de gestão anterior ao prefeito atual, Mário Alexandre. Eu gostaria de deixar bem claro aqui que a operação que foi feita no município foi em relação à gestão passada. Quero deixar isso bem claro porque ficaram algumas dúvidas até nos nossos próprios companheiros: “Ah, é o filho da deputada!” Não, foi da gestão passada que deixou a desejar no nosso município e que terminou com a prisão do secretário de Desenvolvimento Social que está ainda hoje respondendo.

O prefeito como gestor, juntamente com a sua equipe nova, está lutando para fazer o diferencial na cidade combatida, deixada às traças, mas que ele está nessa luta forte para levantar essa bandeira.

A secretária de Desenvolvimento Social é Soane Galvão. Quero deixar aqui alguma fala sobre essa situação: “Atual equipe de Desenvolvimento Social” – da secretária Soane Galvão –, “cumpre metas que seriam da gestão anterior”, do prefeito que passou.

(Lê) “A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, de Ilhéus, passou por uma fiscalização interna realizada pelas gestoras técnicas do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), Márcia Figueiredo Santos e Laura Peixoto Bamberg. O trabalho executado pela atual secretária, Soane Galvão, foi elogiado e reconhecido pela eficiência.

Dentre as ações destacadas pelas gestoras técnicas, foi possível registrar que diversas situações inadequadas, identificadas pela Secretaria de Justiça Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, através da Superintendência de Assistência

Social (SAS), que tinham previsão de solução até 31 de dezembro de 2016 - ainda era a gestão passada - e não foram realizadas pelo governo anterior. Todas elas foram cumpridas, agora, em apenas 5 meses da atual gestão do prefeito Mário Alexandre, Marão.

Toda a rede de proteção social da básica, média e alta complexidade que compreendem os serviços do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Referência para Pessoa em Situação de Rua (Centro Pop), Rede de Acolhimento para adultos, famílias, adolescentes e crianças. Além do Conselho Tutelar, Conselho Municipal da Assistência social, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente foram reestruturados e adequados conforme as normativas e regimento do Conselho Nacional da Assistência Social.

Os sistemas dos programas Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada – BPC foram atualizados e estão funcionando de forma integrada no Cadastro Único, garantindo transparência das informações para o Governo Federal e possibilitando o acesso do Instituto Nacional de Seguridade Social às informações prestadas pelos beneficiários. Assim como, atualização dos sistemas do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, de acordo com a realidade e consonância entre os sistemas.

O setor do Bolsa Família possui agora uma coordenação responsável pela articulação com as equipes técnicas do CRAS, garantindo o fluxo de atendimentos, organização e cumprimento de metas, o que não ocorria na gestão passada.” Do gestor do Desenvolvimento Social e também do prefeito passado.

(Lê): “Ações de mapeamento das famílias, perfil social e atualização cadastral dos beneficiários, criação de planos de metas e trabalho específico para as comunidades indígenas, assentados, entre outras, estão sendo realizadas. O setor ganhou ainda um veículo exclusivo, conforme orientações e instruções operacionais do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

As sedes do Conselho Tutelar, CRAS, Norte e Instituição de Acolhimento Masculino estão funcionando em novo endereço, garantindo acessibilidade, estrutura física, facilitando o atendimento e execução dos serviços.

Toda a rede de proteção social e os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos trabalham articulados, realizando reuniões com coordenadores, técnicos, conselheiros e equipe, discutindo e elaborando planos de ações garantindo a organização, e oferta resolutiva dos serviços para a população.

O Fundo Municipal de Assistência Social também teve metas cumpridas, com formalização de processos, contratos, licitações, compras, utilizando os recursos conforme origem e com a devida reprogramação do saldo, acompanhando os empenhos, liquidações e convênios pelo Fundo Gestor.

Soane Galvão, atual secretária de Desenvolvimento Social ressaltou que todo o trabalho foi feito com apoio de toda equipe, a quem confiou que essas normatizações seriam executadas. “Todas as coordenadoras dos programas se esforçaram para

adequar e implantar as melhorias. Cada meta cumprida foi aplaudida e comemorada pela gestão. Ela agradece a todos os envolvidos no trabalho que reflete na satisfação da sociedade, pensando sempre nas melhorias dos serviços”, e nos menos favorecidos com muito respeito. ”

Agradeço, porque também queria prestar essa homenagem por ser um município grande, um município que tem sofrido bastante. O novo prefeito, o novo gestor, tem um compromisso sério em assistir não só a parte de ação social, como também a parte de infraestrutura. Estamos, com muito esforço, resgatando convênios passados que foram lá deixados de qualquer maneira. Na área de educação, a escola que foi levada na Rede Globo, queremos que eles voltem, porque, antes de irem lá, a competente secretária de Educação tinha ido a todas as escolas. E, em abril, já estava pedindo a construção de uma nova escola para que aquela comunidade tivesse qualidade de serviço na educação.

Quero agradecer aos meus pares e dizer que estamos juntos. Que Deus abençoe a todos. Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o nobre deputado Roberto Carlos pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. ROBERTO CARLOS:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, povo que prestigia esta Casa, funcionários, imprensa, assessores, gostaria, simplesmente, de fazer um registro. Dia 28 de maio, aniversário da cidade do Senhor do Bonfim, participei, efetivamente, das comemorações pelo dia de emancipação política daquele município. E presenciei, Sr. Presidente, a alegria, a satisfação, daquela população em ter de volta o prefeito Carlos Brasileiro. E veja como um gestor muda a cara de um município e muda a autoestima da população. O povo estava mais feliz, o povo estava contente, deputado Luciano Simões, pela grande gestão que o prefeito Carlos Brasileiro faz à frente do município de Senhor do Bonfim, com muita humildade, com muita simplicidade, mas as coisas lá acontecem porque o prefeito tem feito um esforço muito grande, até porque encontrou um município não tão bem organizado pela gestão anterior. Nada de crítica contra o ex-prefeito Correia, muito pelo contrário, um cara bem-intencionado, uma pessoa honesta, mas infelizmente não teve uma grande equipe para governar a cidade de Senhor do Bonfim.

Hoje, o prefeito Carlos Brasileiro tem feito um trabalho dinâmico, importante, que está elevando a autoestima daquela população, fazendo obras importantes. O governador Rui Costa já anunciou a policlínica para a região de Senhor do Bonfim. Temos levado perspectiva de melhorias. No próximo dia 21, o Exm^o Governador Rui Costa vai à cidade de Senhor do Bonfim também inaugurar obras, asfalto que fez no distrito de Quicé, vai anunciar provavelmente outras obras importantes para a cidade de Senhor do Bonfim. Conseguimos levar um entreposto de pescado que foi inaugurado no último sábado para fazer a geração de empregos nesse momento conturbado que o nosso País atravessa. Temos que fazer algo para provocar e

estimular empregos na região. Esse entreposto de pescado vai gerar aproximadamente 35 a 50 empregos diretos.

E ainda conseguimos levar outras alternativas para que os homens e as mulheres, da cidade de Senhor do Bonfim possam fixar as suas residências, suas moradias e continuem lá. Uma cidade de bom começo, uma cidade que tem um clima extraordinário e o prefeito Carlos Brasileiro fará a maior festa de São João de todos os tempos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PPS para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, falará o Líder deputado Leur Lomanto Junior pelo tempo de 6 minutos, e o deputado Pablo Barrozo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o nobre Líder da Oposição, deputado Leur Lomanto Junior pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, quero cumprimentar todos os funcionários aqui do Ministério Público e reafirmar o que foi dito pelo deputado Adolfo Viana que, por parte da Liderança da Oposição, em reunião com a nossa Bancada, estamos dispostos a assinar todas dispensas de formalidades necessárias para que esse projeto seja apreciado, se for o caso, na tarde de hoje. Fica na pendência do Líder do Governo, deputado Zé Neto, obviamente concordar com essa iniciativa.

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, ouvi atentamente os discursos aqui proferidos, primeiro pela deputada Luiza Maia, e como disse o deputado Hildécio Meireles, citou 36 vezes o nome do prefeito ACM Neto no seu pronunciamento. Ora, não poderia ser diferente essa obsessão da minha querida amiga deputada Luiza Maia pelo prefeito ACM Neto, pois até hoje acho que V.Ex^a deve sonhar com a derrota fragorosa que o candidato do prefeito ACM Neto impôs ao seu candidato na prefeitura de Camaçari, que foi derrotado pelo prefeito Elinaldo.

E também ouvi aqui o discurso do meu querido amigo deputado Marcelo Nilo, que na verdade não poderia ser diferente essa ânsia do presidente Marcelo Nilo em defender o indefensável, que é o governo e o governador Rui Costa, mas não poderia ser diferente.

Com os espaços que o presidente Marcelo Nilo tem no governo do Estado, diferentemente da ampla maioria dos Srs. Parlamentares da própria Base do Governo – já que estamos nesta Casa há alguns meses sem apreciar qualquer projeto oriundo do Poder Executivo, justamente e principalmente pelo descontentamento dos parlamentares da Base Governista com o tratamento que o governo vem dando aos

parlamentares –, não poderia ser diferente essa disposição do presidente Marcelo Nilo em defender o governador Rui Costa.

Mas venho, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, tratar nesta tarde de um assunto de extrema importância para a sociedade baiana e, principalmente, para a nossa Capital, Salvador. Estamos comemorando nessa semana o Dia do Meio Ambiente, e chamo a atenção dos Srs. e Sr^{as} Parlamentares para uma obra que o governo do Estado quer realizar, está pronta para ser realizada, que é a obra de canalização do rio Jaguaribe.

É um verdadeiro absurdo o que o governo do Estado, através da Conder e da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, quer fazer com o rio, que é um dos principais da nossa cidade de Salvador, que desemboca na praia de Jaguaribe. Se você passa ali na orla, vê no entorno do rio um gramado, uma área verde muito bonita, e o governo quer concretar todo aquele espaço, vindo de encontro às soluções que as cidades do mundo inteiro estão fazendo, deputado Reinaldo Braga, que é justamente a revitalização dos rios.

Nós sabemos a importância que isso tem para o meio ambiente de Salvador e o que nós queremos, os ambientalistas, os moradores – e trago esse assunto de grave importância para a Assembleia Legislativa da Bahia –, é que haja uma ampla discussão sobre esse projeto mal feito, que não vai contemplar o nosso meio ambiente, que está indo de encontro ao que a população deseja, que é a preservação e revitalização dos nossos rios. Um problema esse que não é só de Salvador, mas está em vários locais do interior do nosso Estado, a exemplo de rio de Contas, lá na minha querida cidade de Jequié, que também vem enfrentando graves problemas.

Então o governo da Bahia procura ir na contramão do que está acontecendo no resto do mundo, onde se prioriza a revitalização e a preservação do meio ambiente. Eu tive a oportunidade de percorrer, passar e visitar o rio Jaguaribe. É um rio vivo. Existem peixes, crustáceos e aves que vão ali pescar, mas o governo quer concretar as suas margens.

Eu volto a fazer uma comparação com o que vem fazendo o prefeito ACM Neto na cidade de Salvador, que tem um olhar focado nas questões relacionadas à preservação do meio ambiente e destacou no lançamento do projeto Salvador 360° um projeto chamado “Salvador – Cidade da Mata Atlântica”. Ou seja, é um prefeito antenado com as questões relacionadas ao meio ambiente da nossa cidade e do nosso Estado.

Faço um apelo aos Srs. Parlamentares, principalmente da Bancada do Governo: que chamem aqui nesta Casa o secretário de Desenvolvimento Urbano e o presidente da Conder, para que se abra um amplo debate com todos os interessados, com as ONGs e com os moradores. E eles verão que o correto é, sim, revitalizar e preservar um rio histórico e tão importante para a nossa cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o nobre deputado Pablo Barrozo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Presidente, colegas deputados e deputadas, baianos e baianas que nos assistem através da *TV Assembleia*.

Eu gostaria de usar esses poucos minutos que tenho aqui para falar de coisas que são relevantes para o nosso Estado. Mas eu não posso deixar de citar que há pouco houve um discurso político aqui com relação a partidos. Mas as pessoas que estamos vendo serem presas nestes últimos anos são aquelas que mandavam nos oito anos de governo Lula e nos seis anos de governo Dilma. Todos que mandavam nesses governos têm algo em comum: estão sendo presos. Nós temos as exceções entre aquelas pessoas que mandavam e, com certeza, estão aí despreocupadas, porque não entraram em algo errado. Mas todos... Hoje haverá o julgamento da chapa Dilma-Temer, que foi a chapa que V.Ex^{as}, do Partido dos Trabalhadores, elegeram.

Bem, eu queria rebater um comentário feito pelo deputado Joseildo, a quem respeito muito, mas deputado, infelizmente, na ânsia de defender o governo, V.Ex^a foi induzido a erro. O transporte que se realiza aqui no CAB, gratuitamente, está acontecendo por algo que foi discutido entre o governo do Estado, inclusive na Sedur, através da funcionária Grace, funcionária do governo do Estado que V.Ex^a representa, com o secretário e com a secretaria de transporte público do município de Salvador. Inclusive, eu estou aqui de posse dos ofícios e depois passo para V.Ex^a o que foi combinado.

O governador Rui Costa, na ânsia de querer aparecer e dizer que é o pai do metrô, inaugurou sozinho, às pressas, com obras feitas com recursos federais do governo Temer que V.Ex^a tanto critica, a última parte do metrô, em Pituaçu, sem deixar pronto o terminal para receber os ônibus – e ficou lá um verdadeiro inferno. Infelizmente, fez isso sem planejamento, como é comum no governo do PT. Resultado: tem ônibus circulando gratuitamente, e talvez não estejam a contento aqui no CAB, que levam para o metrô e para os pontos de ônibus de Pituaçu. Isso, a pedido do governo do Estado.

Mas V.Ex^a foi induzido a erro na ânsia de querer acusar o prefeito ACM Neto, na ânsia de querer levantar o nome do prefeito ACM Neto de alguma forma, um prefeito que, felizmente, faz o que a população hoje cobra dos políticos. Ao invés de discursos, apresenta projetos, apresenta resultados, apresenta números. O governo do PT diz que faz para os mais pobres, mas reduz a cada ano os investimentos em saúde e educação, conforme dados do Tribunal de Contas do Estado, no último relatório apresentado. O governo ACM Neto, todo ano – índices do Tribunal de Contas dos Municípios –, aumenta os investimentos em saúde e educação. Investe mais, inclusive, do que é obrigado por lei. Infelizmente, essa é uma realidade que V.Ex^{as} tentam maquiagem, mexendo com a inteligência das pessoas, apostando na ignorância da população baiana. Isso é uma pena. Nós precisamos trazer, aqui, esses números.

Deputada Luiza Maia, V.Ex^a também trouxe um dado errôneo com relação ao prefeito ACM Neto. O prefeito ACM Neto, diferentemente do governador Rui Costa e do ex-governador Jaques Wagner, não está sendo citado na obra da Barra. Inclusive,

se fosse o caso, teria que ser no TRF. ACM Neto é prefeito, precisaria ir para o TRF. Na obra da Barra, houve um conluio, segundo o Ministério Público, entre as empresas, e isso está sendo investigado. Diferentemente do governador Rui Costa e do ex-governador Jaques Wagner, que está sendo indiciado, está sendo levantado, e aí o Ministério Público vai fazer, por corrupção na Cerb, por R\$30 milhões que receberam de propina, segundo o Ministério Público, no pagamento de recursos que o governo do Estado devia para a Braskem/Odebrecht.

V.Ex^a traz isso aqui à baila e nós temos que esclarecer a população, porque a população da Bahia, diferentemente do que V.Ex^{as} apostaram e apostam, não é ignorante, a população da Bahia merece respeito. Então, não venham aqui com falsas informações, querendo levantar...

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):-Para concluir, deputado.

O Sr. PABLO BARROZO:- Para concluir, presidente.

(...) querendo levantar algo suspeito sobre uma pessoa de bem e que tem, reconhecidamente, trabalhado pela população de Salvador.

Convido V.Ex^{as} a subirem aqui e dizer o que o governo do Estado está fazendo pelos baianos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

A Sr^a Luiza Maia:- Falarão por 5 minutos o deputado Alex Lima e por 6 minutos o deputado Bira Corôa.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado do “podemos”, Alex Lima.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, amigos que nos visitam, que estão presentes nas Galerias Paulo Jackson, imprensa, telespectadores da *TV Assembleia*, um boa tarde especial a vocês.

Sr. Presidente, chama atenção a situação em que a Oposição no nosso Estado se encontra. Para isso eu queria rememorar a época em que os representantes da Oposição de hoje se beneficiaram politicamente da ditadura militar, quando o ex-governador Antônio Carlos foi inclusive indicado para ser governador biônico. E depois de ter apoiado por anos e anos a ditadura em nosso País, quando percebeu que a vaca estava indo para o brejo, posou de democrata e apoiou a eleição de Tancredo Neves. E a partir daí vendeu uma imagem para a política brasileira de que era um grande democrata. Os anos se passaram e o que nós assistimos é uma repetição do filme: a oposição da Bahia, liderada pelo prefeito de Salvador, que coincidentemente tem o nome do seu avô, Antônio Carlos Magalhães, foi um dos principais responsáveis pela queda do governo Dilma e ascensão do Sr. Michel Temer à Presidência da República.

Não adianta os aliados do prefeito – como hoje na imprensa traz, que agora o Democratas da Bahia vira as costas para o presidente Temer – quererem mais uma vez enganar a população brasileira, como se tivessem lavado as mãos. Não! O Democratas da Bahia e do Brasil talvez seja o maior parceiro do golpe instalado nesse País. E eles não podem esquecer essa verdade, porque nós não vamos deixar a mentira prevalecer sobre a verdade, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte, deputado.

O Sr. ALEX LIMA:- É preciso ser homem suficiente, bater no peito, ir à rede de comunicação da sua família e à grande imprensa a que ele tem acesso e dizer: “Eu apoio o presidente Michel Temer. Sou aliado do presidente Michel Temer. Eu sou responsável pela minha bancada na Câmara dos Deputados votar para a ascensão do Sr. Michel Temer à Presidência da República”.

Nós não podemos ver o filme se repetir. Depois de um Antônio Carlos Magalhães participar de um outro golpe, agora posar de democrático, posar de democrata. E já percebendo o que nós dizíamos, deputado Bira Corôa, desde o início desse golpe, que eles iam pagar um preço muito alto por estar assassinando a Democracia deste País – ele que é movido, deputada Luiza Maia, por pesquisas de opinião –, já identifica que os baianos perceberam o grande golpe que foi dado no País e na Bahia. E agora, repentinamente, querem se esconder que nada tem a ver com isso.

(Alguns deputados pedem aparte.)

Nós não vamos aceitar. Nós vamos e nós temos o nosso candidato escalado para 2018: é o candidato do presidente Lula, é o candidato de Luiz Inácio Lula da Silva, que é o melhor governador do Brasil, o governador Rui Costa. Eu espero, Sr. Presidente, ansioso pela escalação, deputado Rosemberg, de quem será o candidato a governador do presidente Michel Temer, porque aqui na Bahia só existem dois grupos políticos: o grupo e o time do presidente Lula e o outro que se apresentará...

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte, deputado.

O Sr. ALEX LIMA:- (...) se tiver coragem, se tiver coragem, vai ter que se apresentar para a Bahia e para os baianos como o candidato de Michel Temer. Nós não vamos permitir que agora, vendo que o barco vai afundar, essas pessoas posem e lavem suas mãos como se nada tivessem. Eles são, sim, sócios do golpe e são sócios do fracasso do governo Temer.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra, pelo tempo de até 6 minutos, o deputado Bira Corôa.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Servidores da Casa e, em especial, os representantes do Ministério Público aqui presentes, quero, antes de mais nada, reafirmar o papel e a importância da luta da sociedade civil organizada e da classe trabalhadora. Vocês fazem isso muito bem neste momento. Digo aqui que muitos dos depoimentos que tenho ouvido aqui são

apenas discursos exatamente por causa da presença de vocês. Sempre disse que enquanto a Oposição faz discurso para levantar aplausos, nós reafirmamos o nosso compromisso de defender os interesses da classe trabalhadora, como oriundo da luta sindical, como sindicalista, como servidor deste Estado. Quero dizer também que aqueles que muitas vezes trazem o debate aqui são os mesmos que respaldam e respaldaram o governo golpista, tirando os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras na famigerada reforma trabalhista. Agora, insatisfeitos ainda com a mazela causada à classe trabalhadora, querem tirar o direito à aposentadoria com a reforma da Previdência.

Quero reafirmar que me surpreende muito a posição da Oposição nesta Casa, neste Poder constituído, porque há tão pouco tempo a Oposição “aguerrida” tinha esse Plenário e este púlpito para fazer discursos e enfrentamento ao governo que implementou a democracia em nosso País e para combater diretamente o PT, o Partido dos Trabalhadores, e consequentemente as mudanças e avanços por ele consolidados. Ora utilizam artifícios para fugir da responsabilidade, diante da sociedade, pelo caos implementado pelo governo golpista que eles instalaram, a ponto de muitos dos partidos que aqui estão se pronunciando estarem, há duas ou três semanas, ensaiando a mudança de nome, como se trocar os nomes fosse suficiente para enganar a sociedade baiana. Muitos chegaram a anunciar os novos codinomes, porque não têm a coragem de enfrentar o debate ideológico, não têm a coragem de demonstrar à sociedade que a disputa é do capital versus o trabalho, que a disputa é de quem defende um projeto para atender a classe trabalhadora e a classe civil organizada e favorecer aos mais necessitados, em detrimento daqueles que defendem um processo e um projeto para tornar mais rica a elite que sempre conduziu e explorou este País, pautados, sem dúvida nenhuma, no apoio de uma mídia golpista que aqui já citamos por várias vezes.

Então, não tenho dúvida de que essa situação incômoda que vive hoje a Oposição faz com que seus integrantes se omitam do debate, se escondam da discussão e tentem, com palavras soltas e ações que não procedem, manifestar o apoio às categorias, tentem manifestar a isenção em relação a esse governo golpista que está aí instalado. E aí quero, mais uma vez, destacar, nobre deputado Rosemberg, que é com muita satisfação que não precisamos nem vamos precisar fugir das nossas origens, anunciar mudança de partido, sair do partido e muito menos negar, porque na tarde de hoje, Srs. Deputados, eu até ouvi discursos de “Fora, Temer” daqueles que defenderam o golpe contra Dilma; de “Fora Temer” daqueles que foram às ruas para ostentar as bandeiras de luta, nas cores verde e amarela, como se fosse suficiente para mudar o Brasil.

Então, por isso utilizo este momento para chamar a atenção. E fico mais contente ainda, deputada Luiza Maia, quando presencio aqui o depoimento de reconhecimento, deputado Paulo Rangel, da incapacidade de gestão, da incompetência instalada no meu município, em Camaçari, por eles.

A incompetência de um prefeito eleito pela sociedade para transformar uma realidade que não tem a capacidade de gestão, que se pautou em três ministros, três ex-prefeitos que foram banidos pelo município e que não têm a capacidade de

conduzir o município, surgindo a necessidade de ser convocado um interventor para tentar reorganizar ou organizar o desmando que eles criaram e que a sociedade já o identificou e, conseqüentemente, já está se posicionando.

Esse é o cenário que estamos vivendo. E aí, adentrar Salvador é discutir mais uma vez esse cenário, porque o prefeito eleito por essa mídia como o melhor prefeito, como eles mesmos afirmam, é o mesmo que não assume a saúde pública do município de Salvador.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Concluindo, Sr. Deputado.

O Sr. BIRA CORÔA:- É inaceitável uma capital, uma metrópole como Salvador, nem sequer ter a cobertura de assistência básica de saúde. Chorrochó, Ichu e outros municípios menores do nosso Estado têm uma cobertura...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, deputado.

O Sr. BIRA CORÔA:- (...) da atenção básica maior do que Salvador. Ichu, 70%; Chorrochó, 82%...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir.

O Sr. BIRA CORÔA:- (...) Salvador não chega a 30%.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. BIRA CORÔA:- Se falarmos da educação – vou concluir – é muito pior, porque quem mantém a educação fundamental neste Estado, nesta cidade, ainda é o Estado...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, Sr. Deputado, por favor.

O Sr. BIRA CORÔA:- (...) porque o município não cumpre com as suas obrigações. Se discutirmos outras temáticas, veremos que este município está abandonado por essa gestão.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PMDB-PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Falarão os deputados Carlos Geilson, por 6 minutos, e Prisco, pelos 5 minutos restantes.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Nobre líder de Feira de Santana, deputado Carlos Geilson, por até 6 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, funcionários do Ministério Público, quero abraçar também, nas Galerias da Casa, o suplente de vereador e querido amigo Ivan de Vavá.

Agora, vocês observaram, todos os deputados do governo que subiram a esta tribuna hoje apontaram as armas e a metralhadora para o prefeito ACM Neto. Eu saio aqui da sessão de hoje extremamente animado. Eu diria regozijado, porque não têm outro assunto a não ser bater no prefeito ACM Neto.

Qual o motivo dessa raiva repentina? Seria porque ACM Neto tem deixado transparecer que será o candidato a governador da Bahia? Seria porque ACM Neto é o prefeito mais bem avaliado do Brasil? Por que os deputados...

O Sr. Angelo Almeida:- Eu queria pedir um aparte, nobre deputado e colega...

O Sr. CARLOS GEILSON:- Eu nem comecei a falar...

O Sr. Angelo Almeida:- Eu estou pedindo agora, antes de terminar V.Exª me cede.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Eu nem tive condição ainda de expressar o meu pensamento, meu querido amigo, irmão do meu peito, do meu coração, Angelo Almeida, vou ficar triste em não poder conceder esse aparte, mas o tempo é exíguo, o tempo corre, o tempo urge.

Então, quero dizer o seguinte: vocês observarem que a Bahia tem tantos problemas. Por isso, deixem para a Câmara de Vereadores de Salvador, deixem que os vereadores da Oposição, que são pouquíssimos na capital, falem do prefeito ACM Neto. Vamos cuidar das questões macro deste Estado. A Bahia com tantos problemas, as universidades estaduais paradas, greve dos vigilantes, os hospitais abarrotados, as filas enormes nas portas dos hospitais. Na segurança pública, a Bahia é o Estado mais violento da Federação, funcionários do Ministério Público reclamando dos salários aviltantes (palmas), servidores do Estado sem aumento, e a base governista centra fogo no prefeito ACM Neto.

Ei fiz uma leitura, sentado ali, em uma das poltronas desse Plenário: ACM Neto está forte, viu? Nem disse que é candidato a governador. Porque o motorista que presta serviços cometeu uma irresponsabilidade, “é o prefeito ACM Neto”. Ora, daqui a pouco tudo que houver de ruim neste Estado será o prefeito ACM Neto.

Como entendemos que petista usa óculos de couro... Observem: nós, do PSDB. Aécio Neves errou, pau em Aécio Neves. A gente não poupou a cabeça dele, aqui ninguém sobe à tribuna para escamotear a verdade e passar a mão na cabeça de ninguém. Quem errou tem que pagar. “Ah! Vocês queriam Michel Temer!” Quem colocou Michel Temer não foi o PSDB, foi o PT que colocou Michel Temer na chapa e sabia que em qualquer impedimento da presidente quem assumiria seria o Sr. Michel Temer. É óbvio que está desmoralizado, que o nosso partido tem sustentado não porque é Michel Temer. Tem sustentado esse governo pela governabilidade, para que o País não caia num abismo, num fosso. Eu, se dependesse da minha vontade, o PSDB já tinha desembarcado, já tinha caído fora, porque o presidente está desmoralizado, um presidente que, olha só, a Polícia Federal vai ouvi-lo, ele recebeu um bandido mais de 10 horas da noite no palácio, na sua casa.

Mas temos que pensar não simplesmente em atender o pleito do Partido dos Trabalhadores, que é voltar ao poder a ferro e fogo, acima de tudo, do bem e do mal. Queremos é que a economia continue dando esses saltos, demonstrando que o País pode recobrar o desenvolvimento e o seu crescimento.

E para finalizar, já que tenho um minuto, quero falar especialmente ao meu amigo Alex Lima.

Alex, quando V.Ex^a fala do prefeito ACM Neto, noto que os seus olhos saltam, é aquela raiva, aquele fervor de atacar. V.Ex^a, que é um parlamentar calmo, sóbrio, tranquilo, em duas coisas V.Ex^a perde as estribeiras: ao atacar o prefeito ACM Neto e ao defender o governador Rui Costa. Aí V.Ex^a não mede esforços. Deixa de ser aquele menino que conheci, assessor de João Carlos, que veio lá da cidade de Esplanada tranquilo, cordato e amigo de todos. Na hora de atacar o prefeito ACM Neto, desconhece a amizade que tem e joga duro. E na hora defender Rui Costa, usa óculos de couro. Não consegue enxergar um palmo adiante do nariz, que a Bahia, infelizmente, precisa mudar, e para mudar o remédio é como V.Ex^a disse: Antonio Carlos Peixoto de Magalhães Neto.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente, questão de ordem, fui citado.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem, deputado Alex Lima.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo para que cite o artigo do Regimento em que se basearia o pedido.)

O Sr. Alex Lima:- Sei que a Oposição deveria respeitar a democracia, pelo menos ouvir o presidente, vocês estão acostumados só a falar e não ouvir? Que democracia é essa?

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado, atenha-se apenas à questão de ordem de V.Ex^a.

O Sr. Alex Lima:- Não estou nem conseguindo falar. Se V.Ex^a garantir a minha palavra, o farei.

Quero dizer ao deputado Carlos Geilson que não faz parte do meu feitio nem, nem tenho por hábito tratar nenhuma questão política com raiva. O que o deputado Carlos Geilson não pode esperar deste deputado é que a mentira contada de acordo com as conveniências políticas do momento prevaleça.

Então, o que fiz hoje, na verdade, foi um esclarecimento. Não adianta o grupo político que representa a Oposição neste Estado participar do governo federal com cargos, com indicações políticas...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado, isso não é questão de ordem...

O Sr. Alex Lima:- Vou concluir, estou fazendo a defesa no que fui citado, presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Isso não é questão de ordem. Gostaria de que V.Ex^a fundamentasse sua questão de ordem.

O Sr. Alex Lima:- Eu tenho 5 minutos. Estou fundamentando na questão em que fui citado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois não.

O Sr. Alex Lima:- Eu não posso permitir é que, por conveniência, se seja aliado ou adversário. O que não posso aceitar é que o governo federal tenha sido tão perverso com a Bahia, como no exemplo os empréstimos que só dependem da autorização do Ministério da Fazenda, o que não tem sido feito.

Então, quero dizer ao meu querido amigo Carlos Geilson, para concluir, agradecendo a sua tolerância, presidente, que não faz parte do meu feitio fazer política com o figado nem com ódio, mas que ele não espere nenhuma complacência com as hipocrisias que a Oposição, liderada pelo prefeito ACM Neto, vem praticando em nosso Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Prisco pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Carlos Geilson:- Excelência, por aí, eu também fui citado, sem problema. Luiza Maia citou ACM Neto 35 vezes, Alex me citou duas vezes.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Peça questão de ordem...

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem do deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Eu vou dar um tiro e dizer o seguinte, vou ser rápido, sem citar nomes. Quero dizer ao nobre colega que, quando se trata do prefeito ACM Neto, V.Ex^a aumenta o tom. Só isso, e vamos aguardar os próximos discursos para ver se estou certo ou errado. Obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Prisco por até 5 minutos.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Boa tarde a V.Ex^a, Sr. Presidente, boa tarde aos servidores do Ministério Público que estão nesta Casa, e não é a primeira vez, esperando que o governo sente e dialogue com vocês. Boa tarde a todos os deputados aqui presentes.

Mais uma vez, Excelência, venho aqui para falar aquilo que praticamente a Bahia está vendo e parece que as pessoas não estão entendendo, e a base do Governo fica parecendo que quer esconder aquilo que é real.

Falar de um governo que, na história da Bahia, é o pior governo para todos os servidores públicos do Estado da Bahia, o governo Rui Costa (Palmas.)

Não existe outro governo pior do que esse. Inclusive, é bom que vocês permaneçam, porque no dia de hoje o governo vai retirar mais um direito do servidor...

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Um aparte, deputado Prisco.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Esse é o governo da mentira, da farsa, da demagogia e da enganação. E a prova está aí: hoje, vai ser retirado mais um direito do servidor, vão ser retirados mais cinco dias da licença-saúde.

E esse governo, seus parlamentares utilizam a máxima: quando é com o governo federal, da tal da reforma da Previdência, à qual sou contra, “nem um direito a menos”. E aqui, todos os direitos podem ser tirados.

Que mentira, que demagogia é essa? Três anos sem reajuste salarial. Nunca na Bahia se viu isso. Se acontecesse antes, isso aqui estaria pegando fogo. Os sindicatos já teriam invadido, já estaria aqui nesta Casa no maior pandemônio.

Já perguntei: cadê os sindicatos? Temos aqui poucos sindicatos atuando, mas cadê os demais? (Palmas) Estão no bolso do governo ou nos cargos do governo. Quando se citam cargos aqui, são seis semanas sem votar nada nesta Casa, para falar de cargo. E os sindicatos, cadê, para se manifestarem contra esse governo?

A segurança pública de um secretário que está se perpetuando no poder, num mandato acima de um governo e acima de um presidente, porque um governador pode ficar oito anos, um presidente da República, oito anos. O secretário está há 12 anos na secretaria da incompetência da segurança pública da Bahia. Criou um prédio aqui em que gastou R\$ 300 milhões, a casa de vidro, melhor do que a Assembleia, melhor do que o palácio do governo Para quê? Para satisfazer o seu ego, enquanto a segurança pública na Bahia está destruída e acabada.

Aí, sai uma pesquisa nacional, do IPEA, vai-se ao secretário e ele dá uma resposta: “Estão manipulando os dados”. Ora, todo mundo sabe, todo baiano que vai para a rua no dia a dia sabe: estão manipulando, sim, secretário. A situação aqui está muito pior do que a pesquisa mostrou. Quem está na rua está vendo. São 880 assaltos a ônibus de janeiro a abril. De janeiro a abril, são mais de 800 homicídios na Bahia, uma média de 20 a 25 homicídios por final de semana, isso em Salvador e Região Metropolitana. Não vamos olhar para a Bahia não, porque se botar os números de lá, aí vai ver que é uma incompetência a Secretaria. Mas, não se muda, deixa aí se perpetuando no poder a incompetência da má gestão.

E vamos enganar a população com propaganda, no *Jornal Nacional*, no *Fantástico*, mais uma vez. Domingo agora, assisti no *Fantástico* propaganda do governo, em pleno horário nobre, e os servidores? Ah, os servidores não são prioridade, os servidores eu vou só massacrar, 3 anos sem nada e sem nenhum direito.

O Planserv, nesta Casa, o governo aumentou e piorou. Descredenciou uma clínica importantíssima em Feira de Santana, que atendia todos os servidores daquela região. No interior da Bahia, Extremo Sul, não existe o Planserv.

Este governo fez algo que nem no governo dito aqui, o ex-governador que foi citado aqui pelo deputado, que diz que era perseguidor, este governo fez, este governo está desfilando associados, acabando com as entidades de classe, interferindo nas entidades de classe, desfilando sindicalizados e filiados, numa alegação de um tal cadastro, acabando com as entidades. Este governo que se diz trabalhador, inventou um tal de recadastramento, mas eu não vejo ninguém falar sobre isso. Este governo está perseguindo os sindicatos, este governo da farsa que me persegue, que manipula a minha prisão domiciliar e as minhas medidas cautelares, tentando aqui calar a voz. Mas, não vai se calar a voz não, há um Deus que rege o céu e a terra e eu creio Nele, e essa voz não será calada por Ele.

E este governo a gente vai ver a derrota dele, porque os servidores públicos da Bahia e o povo da Bahia têm que acordar para essa mentira, essa farsa e essa enganação e essa demagogia desse governo, que hoje, mais uma vez aqui, vocês vão ver a Base do Governo votar contra o servidor público. Desafio eles a reprovar esse projeto, para não retirar o direito do servidor público.

Quanto a vocês que estão aí, vindo aqui nesta Casa, não só hoje, como sempre vieram, e não serão ouvidos pelo governo. Se ele quisesse votar o projeto hoje, a Oposição já colocou que votaria esse projeto.

Então, está provado que esse governo é só enganação e propaganda.

Muito obrigado.

(Palmas).

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o nobre Líder do Governo ou da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Falará pelo tempo de 12 minutos o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Por todo o tempo o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos que nos assistem nesta tarde, nós vamos trazer aqui uma reflexão que cabe nesse momento que nós estamos vivendo, e do ponto de vista político nós estaremos atravessando um momento extremamente agudo da crise política, da crise moral que se abate sobre o nosso país.

Esse Congresso que aí está instalado em Brasília tem perpetrado crimes, é um Congresso cuja maioria é criminosa e está atirando, rasgando a Constituição de 88, que ampliava direitos da população que mais necessitava nesse país. E notem vocês que mudanças terríveis que vão ampliar a pobreza, a iniquidade na maioria da população brasileira, tirando direitos da classe trabalhadora como jamais se viu na história recente da República, aqui nesse país. Mas, por que esse Congresso se afasta dos mais legítimos anseios da população? Porque o sistema vigente nas últimas eleições de 2014, o sistema de financiamento era garantido e era a garantia de privatização do Estado e da política brasileira. É por isso que inventaram aquela PEC do fim do mundo, rasgando a situação Cidadã, congelando por 20 anos os investimentos nas políticas públicas de saúde, de educação, de infraestrutura, de assistência e desenvolvimento social. Ora, esse País, nos últimos 16 anos, passou 13 anos crescendo ininterruptamente, aumentando a produção de riqueza.

Esse País passou 12 anos sendo conhecido no mundo inteiro como o país do governo da inclusão social; que tirou mais de 40 milhões de brasileiros da linha da pobreza; que incluiu na classe média 32 milhões de brasileiros, elevando a qualidade de vida de 72 milhões de brasileiros, garantindo comida na mesa, coisa elementar que era negado desde quando a corte portuguesa chegou nesse País.

Esse foi o motivo da derrubada de Dilma Rousseff. E hoje ao que é que estamos assistindo? O presidente, certamente, não tem dormido com o seu séquito de bandidos que lhe rodeia. Lembro bem que o presidente Temer disse em alto e bom som: “Eu sei lidar com bandidos”. E a cada hora cai um bandido. Ainda nesta semana

foi preso o homem-bomba, o ex-deputado federal Loures, que não pode fazer delação premiada. É o homem-bomba. Ele simplesmente destruiu a sua vida e pode destruir, definitivamente, a carreira política de um sem número de políticos que rodeiam o presidente Temer, que não tem estatura moral e que viu ruir, agora, o ex-deputado, o ex-ministro Henrique Eduardo Alves, que se também se dispuser a fazer uma delação premiada vai ter problema no Judiciário, no Legislativo e no Executivo.

Em que ponto nós chegamos? E quando a gente vai para as ruas da Bahia, boa parte dos deputados federais baianos não pode se dirigir à população porque é da base de sustentação desse governo golpista, ilegítimo, que está trazendo infelicidade para a família dos brasileiros. Começaram com a PEC dos gastos, o projeto de terceirização, precarizando o mercado e o universo de trabalho, a reforma trabalhista que retira direitos consagrados da Constituição de 88.

E, agora, com a reforma da Previdência, definitivamente, vai abrir o comércio dos seguros de saúde e dos banqueiros. Vai fazer a alegria daqueles que vão poder pagar a previdência privada, porque a Previdência oficial será descreditada e vai morrer de inanição, ampliando, como eu disse no início, a pobreza do povo brasileiro. O desmonte do BNDES, que é o Banco de Desenvolvimento – através dele grandes empresas nacionais tiveram uma possibilidade ímpar de produzir tecnologia nossa, de produzir boa parte da engenharia nacional –, esse banco está sendo desmontado. Junto com ele, a Caixa Econômica, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, o desemprego nesses bancos oficiais, a chantagem, o achaque contra os estados endividados. E a Bahia não está entre eles.

A Bahia é um dos três estados nesse País que mantém ainda, eu sei que a duras penas, o equilíbrio econômico-financeiro. Ainda bem. Essa é a grande diferença. Mas, esses deputados que deram sustentação, que pavimentaram o golpe, não podem se dirigir ao povo baiano porque recebem vaías. Não são acolhidos em cada canto onde estão. Essa é a grande diferença.

Hoje, é por isso que o povo percebeu esse desmonte do estado de bem-estar social, que 85% da população quer a cassação do presidente Michel Temer. 75% consideram o governo ruim ou péssimo. Esse governo golpista, ilegítimo, que aí está instalado só tem a aprovação de 3% da população brasileira e 83% de rejeição no Nordeste. Como é que se sustenta um governo dessa natureza que retira direitos, que traz a ampliação da miséria, da iniquidade? Um verdadeiro *apartheid* social vai ser implantado em nosso país a partir dessa opção neoliberal que está sendo implantada. Os trabalhadores terão dificuldade de ingressar nas empresas públicas, porque hoje muito provavelmente quantos terão a oportunidade de fazer um concurso público para entrar no Banco do Brasil, no Banco do Nordeste, na Petrobras se a terceirização vai ser a pedra de toque para que se contrate os trabalhadores nesse país numa condição desrespeitosa, de precariedade, em que a saúde do trabalhador estará sempre sendo vista à luz do que interessa o capital em relação ao trabalho? É o conflito de classes que se estabelece.

E é por isso que essas pessoas que dão sustentação... E eu fico assim querendo saber por que é que aqueles que dão sustentação a este governo estão calados. Cadê aqueles que foram bater as panelas para a presidente Dilma? Eu estou sentindo falta

porque foram bater panelas por conta da corrupção que eles diziam que era do PT. Hoje, não tem corrupção, hoje, não tem aquelas panelas reluzentes, areadas, e esse povo está com vergonha. Por que que não estão batendo panelas? Porque deveriam estar batendo panelas, saindo às ruas para pedir o Fora, Temer! para que os seus filhos possam fazer um concurso para ingressar numa carreira digna, com qualidade de vida.

Esse horizonte estava sendo desenhado, exatamente, na implantação do estado de bem-estar social que durou 10 anos fazendo de Lula um dos maiores líderes do ambiente ocidental, do mundo ocidental, respeitado. E isso fazia, não tenho dúvidas, sombra para o ex-presidente sociólogo, que frequentou os bancos das universidades, mas não olhou para a pobreza, não olhou para aqueles que precisavam da mão benfazeja do Estado. Esse é o grande problema, o povo brasileiro estava se emancipando tendo a sua disposição aquilo que lhes foi negado por mais de 500 anos. Esse foi o motivo principal da deposição da presidente Dilma Rousseff. Depuseram no golpe jurídico, parlamentar, midiático, uma presidente honesta para colocar esse bandido Michel Temer que vai trazer e está trazendo tanta infelicidade para o nosso povo.

Então esta Casa não pode ficar silente. Alguns deputados da Oposição já subiram a este púlpito, a esta tribuna, e disseram: “Fora, Temer!” Mas ainda são poucos. É preciso que saibamos claramente o que é que o Parlamento estadual dirá e diz acerca dessa situação que o país passa.

A tradição do Parlamento baiano pede uma atitude, um ato formal desta Casa, porque o Brasil tem que ser passado a limpo, sim, de maneira que não haja dúvida, de maneira que fique o caminho coerente, adequado, para que possamos vencer a iniquidade do povo brasileiro.

É isso que nós esperamos, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar DEM/PV para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Pelo tempo de seis minutos, falará o deputado Heber Santana e o deputado Luciano Ribeiro falará nos seis minutos restantes.

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Com a palavra o deputado Heber Santana.

O Sr. HEBER SANTANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, amigos das galerias que nos prestigiam nesta sessão, aqueles que nos assistem através da *TV Assembleia*, fico muito preocupado e angustiado com tudo que tenho visto e ouvido, inclusive aqui dentro deste plenário. Parece que boa parte dos colegas e daqueles que são agentes políticos não estão enxergando e compreendendo a seriedade do momento em que vivemos. E insistem em trilhar o caminho de um discurso onde o seu lastro não dialoga com a verdade. Senão vejamos. Agora menos, antes tivemos aqui mais representantes do Ministério Público trazendo uma demanda razoável, passível de entendimento por parte do governador, já que se trata apenas de

destravar a possibilidade de promoção. Em conversa que tivemos com esse grupo da primeira vez em que estiveram aqui foi claramente dito que não havia qualquer intenção de sobrecarregar, de maneira nenhuma, o orçamento do Ministério Público, mas apenas permitir, dar a possibilidade de crescimento desses trabalhadores.

Ao tempo em que isso é uma demanda, ao tempo em que isso é uma verdade, por outro lado, vemos os deputados, os partidos de situação organizados no entorno do PT, dizer que defendem os trabalhadores, mas não defendem os trabalhadores do Ministério Público. Dizer que defendem os trabalhadores, mas querem – como já foi muito bem-dito aqui pelo deputado Prisco – reduzir em 1/3 a licença médica de 15 para 10 dias. Defendem e apresentam que o Estado tem melhorado no quesito da segurança pública e os fatos, as notícias, mostram justamente o contrário, colocando a Bahia, de uma maneira extremamente negativa, como o Estado que tem o maior índice de violência. Apresentam na propaganda de 2013 - ou seja, há quatro anos – dados que diziam que sete mil quilômetros de estrada haviam sido recuperados. E quando uma pergunta muito simples é feita: “Aonde estão essas estradas?” Não se tem resposta. E insistem ainda mais, ao invés de observar o momento, como disse no início, entender a realidade das coisas e pensar o futuro, insistem em resgatar da lama aqueles que, de fato, estão enlameados pela corrupção, como se a única alternativa que este país tem seja voltar atrás, a única alternativa que este país tem é olhar para o seu passado e resgatar aquele que tem tantas denúncias e risco de prisão.

Eu não desejo isso, já disse aqui e falo a mais pura verdade, mas o que desejo é que, ao menos, se tenha a dignidade de olhar para os fatos com a condição de, ao menos, reconhecer os erros que foram cometidos. E além do reconhecimento desses erros, que se pense o Brasil de uma maneira diferente, que se apresente um projeto de Nação. Não se pode apenas pensar em um projeto onde a ideia seja encher o bolso e a manutenção do poder. Esse não pode ser o projeto de um partido político que diz representar trabalhadores e diz representar a população. Ao invés disso, voltam-se contra a população brasileira querendo questionar por que ela não está nas ruas reivindicando. Ora, a população brasileira é soberana, se ela quis, naquele momento, ir às ruas, bater panela e exigir a saída da presidente Dilma, ela tem todo direito de fazer. E o que se espera, agora, do partido que até então estava no governo, como eu disse, é que, ao menos, reconheça os seus erros, mude o seu rumo e apresente um projeto de Nação para este país.

O problema é que este projeto não existe, ele está fora da realidade. O projeto que foi construído, de manutenção do poder, de criação de dependência do cidadão com o Estado, de se desconstruir toda e qualquer instituição que se coloque entre o cidadão e o Estado, atacando a família, a igreja e instituições militares, toda e qualquer organização que possa se colocar entre o cidadão e o Estado, esse projeto está fadado ao fracasso, como de fato foi.

É hora de pararmos de querer criar um discurso de divisão do nosso País, é hora de olharmos para a realidade do momento, para as dificuldades que temos pela frente, mas fazermos um planejamento coerente com o momento, coerente com a ação que precisamos ter para que o nosso País possa, então, sair do lugar que nós

estamos e olhando para o futuro. Acredito, eu, que é possível encontrarmos esse caminho.

Sei que, deputado Luciano Ribeiro, V.Ex^a me sucederá aqui, é um grande desafio que temos pela frente, mas esse desafio só será vencido e superado se, ao invés de insistirmos no discurso mentiroso e da farsa, encararmos a realidade de frente. E como eu disse, em cima dessa realidade tomarmos ações que se voltem em favor do povo brasileiro e do povo da nossa querida Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, aqueles que nos assistem através da *TV Assembleia*, volto a esta tribuna, nesta tarde, para fazer alguns reparos. Primeiro, vejo que a Base do Governo, certamente carente de elementos para a defesa do Estado, vem trazendo a discussão para o nível federal.

Quero dizer mais uma vez como aqui já tenho dito, que Michel Temer é fruto do voto da Base do Governo, não nosso. Não votei em Michel Temer. Quem votou em Michel Temer por duas vezes foi o PT, que lá o colocou, e lá o escolheu por duas vezes e o elegeu vice-presidente. E, hoje, para construir um discurso político, para se livrar da falta de defesa do governo do Estado, querem transformar aquilo que eles construíram, que eles elegeram, um deputado que era o último colocado em São Paulo, o elegeram vice-presidente da República por duas vezes. E, aí, o Congresso Nacional resolveu cumprir a Constituição e tomar as decisões políticas que ele quis. Ora, assumam o seu mandu! Assumam o mandu de vocês, não meu! Não votei em Michel Temer. Isso é fruto do PT e tantos males que trouxe ao nosso Brasil. Fui eleito deputado estadual e quero discutir a Bahia. O Parlamento aqui, o foro aqui é para discutirmos a Bahia, para discutirmos o meu sertão, para discutirmos o meu interior, para discutirmos a saúde pública que ano após ano vem diminuindo os gastos do governo do Estado com a saúde.

Aqui está o relatório do TCE que comprova que em termos percentuais o gasto com a saúde diminuiu. Em 2016, apurou-se 26,6% da receita corrente líquida, pouco mais do que os 25% obrigatórios. O que era em 2015, 27,96%; em 2014, 27,24%; diminuiu ano após ano na educação. Na saúde do mesmo jeito, apurou-se 12,49%, em 2016; em 2015 apurou-se 13,29%, ou seja, ano após ano diminuindo.

E o gasto com propaganda deste governo? Como foi o seu comportamento na despesa corrente líquida do estado? Aumentou-se, houve um acréscimo de 17,5%. Pergunto: e o regime REDA? As pessoas que aqui falam por todo o tempo em garantir os direitos dos trabalhadores, de garantir concurso público... Aumentou-se 14.933 contratados pelo regime REDA, ou seja, quase a metade daquilo que havia sido contratado.

Ainda mais: forjou-se – isso está no relatório do TCE –, sob o título de conceder bolsa de estudo na Fatesp, aquilo que era contrato de trabalho, aquilo que era emprego para fugir do emprego. É sobre isso que a Bahia precisa discutir, é sobre

vocês, servidores públicos, que estão sem receber salários, que estão sem receber aumento, mas a Base do Governo não fala nesse assunto, não toca nesse assunto, porque é indefensável.

E aí trazem à baila o prefeito de Salvador. Confesso a vocês que me envergonharia se fosse governador de um estado e tivesse que comparar o meu governo a uma prefeitura. Ora, governos se comparam com governos, são realidades diferentes, mas mesmo assim o prefeito de Salvador vem dando show. O nosso discurso e a nossa defesa não é a de que estamos pagando salários nem cumprindo com as obrigações, porque isso faz parte do cotidiano, isso não é mérito de governador nem de prefeito. Os nossos discursos são sobre as obras, investimentos e melhorias que estamos trazendo, não só para o centro de Salvador, mas para toda a periferia.

Aqui não, o governador é apaixonado por combater aquilo que é a ameaça ao seu poder, que será o prefeito ACM Neto em 2018. Concentra-se em Salvador e esquece do interior do estado porque sabe, deputada Luiza Maia, V.Ex^a que está fazendo essa cara, que onde o prefeito vai, faz o que fez em Camaçari: muda a realidade.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Com a palavra o nobre Líder do Governo da Maioria ou Líder do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Presidente, eu falo pelo tempo de 7 minutos, e o deputado Angelo, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- O.k., deputado.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, companheiros do Ministério Público, imprensa, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, eu, hoje, do meu gabinete, assisti a alguns discursos, eu diria, consequentes, mas ouvi também algumas inconseqüências que não deviam ser colocadas em uma Casa política desse nível. Infelizmente eu ouvi discursos nesta Casa parlamentar, nesta Casa política, onde tenta-se despolitizar a política, despolitizar o discurso. Alguns acham normal elogiar o Poder Municipal, sendo contrários às críticas a este Poder; outros entendem que não se deve fazer um discurso nacional em uma conjuntura complexa e complicada como essa; outros fazem esse discurso como se a Casa parlamentar não fosse afeita a discutir qualquer contradição que diga a respeito à vida política do nosso País, seja ela Congresso Nacional, Assembleia Legislativa ou Câmara de Vereadores.

A verdade, deputado Joseildo, é que nós nunca vivenciamos, com exceção dos regimes de exceção, uma situação política como esta - e agravada pela situação econômica. Um País que tem um presidente da República que goza de uma popularidade que chega apenas aos 3%. Um ex-candidato à Presidência, como colocou aqui o deputado Marcelo Nilo, que tem 0% das intenções de voto. E onde um deputado chega a esta tribuna e diz que o Partido dos Trabalhadores não tem projeto de Nação. Um partido que tirou milhares da pobreza, que esprou os Ensinos

Técnico e Superior, responsável pelo Programa Luz Para Todos e que fez uma verdadeira revolução no combate à fome e pobreza com o Fome Zero, que não é uma novidade do nosso Brasil nem é um problema de apadrinhamento. Diz isso quem nunca sentiu fome, quem nunca a viu de perto, porque nós sabemos que essa foi a tônica do Estado do Bem-Estar Social na Europa, onde sempre houve realmente políticas de ajuste social nas quais o que está mais abaixo da pirâmide sempre gozou de proteção social diferenciada. Nós não podemos fazer isso?!

Esta Casa Parlamentar tem de debater e estar atenta a todos os fatos. E o que marca a cena política da Bahia, do Pará, Paraná, de qualquer outro Estado ou município hoje é a cena política nacional, é a vergonha nacional! Nós vivemos uma crise econômica, uma crise ética, uma crise política, uma crise moral, e a sociedade brasileira está atentando para isso. As manifestações começam a acontecer. Mas, infelizmente, temos um Congresso Nacional agachado, envergonhado e que envergonha inclusive a própria classe política brasileira, praticamente como um todo. É uma crise sem precedentes!

Nós temos um governo em que metade dos parceiros do presidente está na cadeia e a outra metade, no governo. E vem mais gente! Eu acho que a próxima prisão vai ser aqui na Bahia, viu, Marcelo? Vai ser gente daqui da Bahia, porque todo dia, todo dia a gente vê novidade. Mas isso já está deixando de ser novidade.

Deram um golpe jurídico-parlamentar, e aqueles que o deram talvez hoje se arrependam. Talvez hoje se arrependam, porque nós estamos vivendo um fim de governo vergonhoso, um governo que está caindo das pernas! Um presidente que se nega a responder um questionário do Ministério Público. O primeiro presidente, Marcelo, arguido! Arguido! Arguido! E que tinha como principal colaborador um corredor de maleta! Inventaram até essa modalidade aqui no nosso País!

Portanto, nós temos que estar atentos, porque não muda Bahia, não muda Pará, não muda Paulo Afonso, não muda nada se não mudar a política nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Requerimento.

(Lê) *“Requeiro, nos termos do Artigo 89, Parágrafo Único do Regimento Interno, a prorrogação da presente sessão pelo tempo de 300 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Ordem do Dia.”*

Os deputados que concordam permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Concedo a palavra ao deputado Angelo Almeida pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Deputado Paulo Rangel, quero parabenizar V.Ex^a e dizer que nós, que militamos na política, temos de valorizar a sua postura e o seu pronunciamento aqui. Volto a repetir, como tinha dito antes, que aqui é a Casa da política, a Casa do contraditório. E aqui nós não podemos ser cerceados de fazer o debate nacional junto com o debate estadual.

Eu, ontem, nem na Bahia estava. Fui, numa atividade política, a uma formatura da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Lá uma jovem da minha cidade, filha e neta de mulheres quilombolas, de uma das poucas comunidades quilombolas de Feira de Santana, formou-se em Engenharia de Pesca, porque entrou através da política de quotas na Universidade Federal do Recôncavo Baiano e foi transferida, por mérito, para a Universidade Federal de Pernambuco, aonde foi receber o seu diploma.

Naquela oportunidade, tarde-noite dessa segunda-feira, vi um negócio bonito em que a universidade forma ao mesmo tempo diversas turmas de diversas matérias, não só em Bacharelados como também em Licenciaturas. São mais de 15 cursos, mais de 400 jovens se formando. Para cada curso e especificidade de diploma recebido, era incrível como o juramentista, quem ia fazer o juramento, terminava pedindo um “Fora Temer” geral. Praticamente como se fosse um estádio de futebol, o auditório do Teatro Guararapes se levantava como se estivesse comemorando um gol e repetindo “Fora Temer”.

É isso que estamos vendo no Brasil. É por isso que temos necessidade de fazer, sim, aqui desta tribuna da Casa, o debate nacional. E não apenas para justificar, deixar claro. E aqui não é questão de querer constranger os patos amarelos, mas sobretudo para que possamos avançar na consciência crítica do que foi feito com este País e do que nós temos de fazer para, pelo menos, tentar reverter essa agenda perversa, regressiva e absolutamente destoante com as necessidades de um povo que precisa de justiça e desenvolvimento sociais.

Portanto, deputados da Oposição que aqui nos antecederam, entre eles o meu querido amigo e conterrâneo Carlos Geilson, que como um radialista dos mais renomados, de grande audiência, e que fez através da sua credibilidade uma carreira também política por meio da posição de comunicador, o qual foi com certeza aluno de Edvaldo Souza - pelo menos, deve ter sido admirador e seguidor -, um radialista de Feira de Santana que costumava dizer, minha amiga Luiza Maia, “Se não quer que o fato seja notícia, não deixe que o fato aconteça”. E ele todos os dias, terminado o seu programa - o deputado Zé Neto, nosso Líder, está ali e sabe de quem estou falando, Edvaldo Souza, não é? - dizia: “Aqui vira notícia porque foi fato”.

A deputada Luiza Maia abordou o assunto, e com uma ferocidade sem fim vemos os deputados da base da Oposição atacar uma notícia. É fato, o prefeito da cidade saiu fazendo farra cortando pela contramão, entrando pela Rua da Graça, fazendo arruaça, o que tenho de dizer verdadeiramente! Fazendo arruaça na Graça, local onde ele nasceu, no berço em que nasceu, achando que ali é o espaço dele e que ele pode fazer o que quiser porque é prefeito. E nós aqui temos que ficar calados?!

Meu caro deputado Carlos Geilson, infelizmente V.Ex^a não está mais aqui, mas quero que reflita justamente sobre os ensinamentos do finado e saudoso Edvaldo Souza e transmita ao prefeito de Salvador: se não quer ser notícia, não permita que os fatos aconteçam.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Questão de ordem, deputado.

O Sr. Paulo Rangel:- Presidente, queria já neste momento aproveitar esta questão de ordem para solicitar a presença dos deputados da base, até porque vamos entrar agora na Ordem do Dia e precisar de quórum de votação. Quórum de votação.

Acho que o projeto inclusive já se encontra na Mesa, mas me preocupa o fato de não estar contando ainda com o número necessário de deputados.

Então, queria só fazer...

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- O deputado está solicitando verificação de quórum?

O Sr. Paulo Rangel:- Não estou, não. Queria só fazer esse chamamento e solicitar inclusive a vinda do presidente da Assembleia, muito embora V.Ex^a tenha toda a competência pra conduzir esta votação. É questão mais de preocupação, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- De nada.

Convido os deputados para que compareçam ao Plenário. O presidente está convocando aqui os deputados a comparecerem ao Plenário.

O Sr. Paulo Rangel:- Bota Ordem do Dia, presidente.

(Alguns deputados falam fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Ele não pediu quórum, não.

Os deputados já chegaram.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Em discussão única e votação o Projeto de Lei nº 22.189/2017, procedente do Poder Executivo, que altera o artigo 99 e o *caput* do artigo 146, ambos da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994.

Projeto de Lei nº 22.190/2017, procedente do Poder Executivo. Desse projeto foi pedido vista pelos deputados Alan Sanches e Prisco.

Em votação o parecer do relator no âmbito das comissões. Em discussão.

(Pausa)

Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa)

Aprovado.

O Sr. Heber Santana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Rangel:- Agora é Plenário, já votou.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Em discussão o Projeto de Lei nº 22.189/2017, que altera a redação...

O Sr. Heber Santana:- Para discutir, para discutir.

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- (...) do *caput* do art. 146, da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994.

Em discussão.

(Pausa)

Encerrada a discussão. Em votação....

(Vários deputados se manifestam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Está sendo votado, é o primeiro projeto...

O Sr. Paulo Rangel:- É o primeiro? Ninguém se inscreveu, Sr. Presidente. Ninguém se inscreveu.

(Vários deputados se manifestam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Quem está inscrito? Quem está inscrito?

O Sr. Paulo Rangel:- Ninguém se inscreveu, presidente. Presidente, ninguém se inscreveu.

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Deputado Heber. Para discutir, deputado Heber, deputado Prisco. Em primeiro lugar o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, ...

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, questão de ordem.

Nenhum deputado se inscreveu.

(Vários deputados se manifestam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Srs. Deputados, vamos manter a calma, eu acabei de chegar...

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Vou suspender a sessão por 5 minutos e solicitar à Secretaria da Mesa os áudios de 10 minutos atrás para saber se houve inscrição ou não. Aqui tem que ser justo.

(Vários deputados se manifestam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- A Secretaria da Mesa acaba de me informar que foi votado no âmbito das comissões o parecer do relator e que o deputado Luciano está inscrito para discutir a votação do projeto. Então, continua o deputado com a palavra.

(Vários deputados se manifestam ao mesmo tempo.)

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Há um orador na tribuna, Zé Neto.

(Vários deputados se manifestam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra, o nobre deputado de Caculé, Luciano Ribeiro, no âmbito do projeto.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, queria pedir à Secretaria da Mesa que me passe o projeto, por favor, Carlinhos.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Gostaria, até, de solicitar ao deputado Luciano que reduzisse o tempo da sua brilhante oratória para que a gente pudesse votar o projeto também no Plenário.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Não há nenhum problema, Sr. Presidente. Estamos aqui, sob a orientação do nosso Líder Leur Lomanto Junior, a discutir este projeto. Se ele entender e os deputados do PT entenderem que eu posso falar com atenção ...

Deputada! Deputada! Deputada!

(Vários deputados falam ao mesmo tempo no Plenário.)

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, está impossível falar assim.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputada Fátima Nunes, sei que V.Ex^a gosta muito da oratória do deputado Luciano, e ele gostaria que a senhora ouvisse o pronunciamento dele.

(Vários deputados continuam falando simultaneamente.)

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Não dá para falar. (Pausa) Quando os deputados fizerem um silêncio razoável para eu poder falar, falarei.

Bom, estamos a discutir o presente projeto de lei que o governador encaminha a esta Casa, o qual retira dos trabalhadores públicos do Estado da Bahia direitos consagrados. E aí não se pode entender o uso do frágil argumento de que muitos servidores públicos fraudam o serviço público, o Erário, usando atestado falso, nem também se pode levar em conta os que usam esse expediente utilizado por eles para então comandar uma mudança na legislação para poder suprimir direitos dos demais servidores públicos.

É por demais sabido que cabe ao gestor público e ao Estado, quando diante de fatos de malversação do dinheiro público ou atos de improbidade, como são os atestados médicos, punir especificamente aquele que assim agiu.

Este projeto, sob esse argumento de que muitos se utilizam desse expediente para não comparecer ao serviço, quer lamentavelmente impingir a todos os servidores públicos do Estado da Bahia que eles agem de má-fé quando adoecem e se utilizam do atestado médico.

Não é essa a razão. A razão é a sede, a vontade de poder, de querer mais uma vez suprimir direitos de trabalhadores. Ora, é muito bonito, é muito bom aqueles que aqui sobem e se utilizam desta tribuna para falar de supostos direitos retirados dos servidores públicos pelo governo federal! Mas, quando aqui são submetidos à apreciação desses projetos oriundos lá do Palácio de Ondina, todos aceitam, todos votam, todos esquecem do servidor público.

Foi assim com diversos outros que aqui passaram. Foi assim quando da votação do dinheiro, do Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos da Bahia. Foi assim quando votamos a retirada de direitos do Planserv dos

servidores públicos. Foi assim com esta Casa, em que, há 3 anos, não se discute reajuste salarial aos servidores públicos.

Por que não? Ora, defender o trabalhador, defender o servidor vale tanto para aqueles da iniciativa privada quanto para aqueles em nível municipal, em nível estadual e quanto para aqueles em nível federal. Não podemos, ao sabor das harmonias políticas dos que habitam eventualmente o poder, ficar à mercê. “Ora, se o governo é meu, voto a favor; se não é, voto contra. Se o governo é meu, preserva direitos do servidor; se é contra, não preserva e retira direitos do servidor”.

Esse argumento não vale. O que a Oposição nesta Casa quer, o que a Oposição nesta Casa vem fazendo é buscar isonomia, é buscar simetria. O que vale aqui tem que valer para os servidores federais, o que vale para os servidores federais vale para a Bahia.

Ora, esse direito que aqui está – pasmem, V.Ex^{as} que aqui estão a retirar – nem mesmo a malfadada reforma da Previdência Social em nível federal mexeu nesse direito, e aqui se presume como de má-fé a atitude de todos os servidores públicos do Estado da Bahia.

A solução simples para o problema seria, repito, buscar aqueles que assim agem, aqueles que assim conduzem, aqueles que se utilizam do atestado falso, do atestado mentiroso, para que assumissem suas responsabilidades, eles e o médico ou médica que assim o fizeram. Não seria retirar e presumir que todos agem de má-fé...

O Sr. Luciano Simões Filho:- Um aparte, nobre deputado.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Concedo um aparte ao nobre deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. Luciano Simões Filho:- Obrigado, deputado xará Luciano Ribeiro, de Caculé, agradeço já a oportunidade de discutir esse projeto de lei, já que essa é a nossa função aqui no Parlamento.

O nobre deputado Soldado Prisco solicitou vistas a esse importante projeto de lei que trata de matéria dos servidores públicos, que chama a atenção para o terceiro ano seguido com reajuste zero, e para o fato de não haver uma mobilização dos sindicatos do Estado para cobrar do governador, pelo menos, a adequação à inflação.

É muito estranho os sindicatos da Bahia estarem calados pelo descaso. Se não é o Soldado Prisco solicitando vista a um projeto tão importante como esse, para um melhor debate dessa matéria tão importante, o governo, com sua Base, passaria por cima.

Então, essa é a nossa função, é a função do Parlamento discutir os projetos que chegam a esta Casa e melhorá-los. Concordo em gênero, número e grau com a opinião de V.Ex^a, a qual seguirei na minha votação.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Agradeço o aparte de V.Ex^a, incorporarei ao nosso discurso.

Quero aqui aproveitar o voto, que achei até ter forma esclarecedora, e peço licença ao deputado Soldado Prisco para ler aqui parte do seu voto em separado, que tem a esclarecer o que pretende o governador Rui Costa com esse projeto.

A Sr^a Fátima Nunes:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Concederei.

A Sr^a Fátima Nunes:- Deputado Luciano, na verdade, esse projeto não está retirando direitos, porque as pessoas que tiverem necessidade da declaração de estado de saúde para receberem seus proventos vão recorrer tanto ao médico local quanto à junta médica. Então, o benefício, que é o real interesse das pessoas no momento de uma doença, está garantido, não se está retirando direitos.

Agora, às vezes, por ser Oposição, tentar contar uma história de uma forma que para a opinião pública fica transformada. Na verdade, estou falando isso porque tenho assistido na televisão a forma, também, como o governo golpista do PMDB tem apresentado para a sociedade a reforma da Previdência Social, que está sendo cancelada – até o senhor mesmo disse: esse malfadado processo de reforma da Previdência –, tentando confundir a população, dizendo que não vai acontecer nada.

Então, queria relembrar a todos e a todas que nós não estamos aqui, nesta noite... até porque o projeto a ser votado, pelo que entendi até agora, foi fruto, também, de acordo, de entendimento com a Oposição. Então, nós não estamos retirando direito algum de trabalhador, de trabalhadora, de nenhum servidor público. Nós estamos ajustando uma lei, o que é necessário, para garantir que aqueles que precisam sejam atendidos no momento de sua necessidade.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Eu agradeço pelo aparte a V.Ex^a e o incorporo ao nosso discurso, mas, no entanto, com ele eu não posso concordar. Com esses argumentos eu não posso concordar.

Primeiro, não há qualquer tentativa da nossa parte de querer defender posições estando de um lado ou de outro politicamente, isso eu condenei aqui em meu discurso. Defendo sempre as minhas posições com coerência, sempre fui coerente em meus discursos, na minha vida pública, na minha vida particular. Dizer que diminuir um prazo de atestado médico de 20 para 15 dias ou de 15 para 10 dias não é retirar direitos dos trabalhadores, só posso entender que é querer tapar o sol com a peneira!

Mas, pergunto a V.Ex^a: eu que venho lá do sertão de Caculé, lá do meu sertão, onde é que vou achar médico responsável para atestar se não vier a Salvador? Em Salvador é fácil, talvez resolvesse. Mas quem mora lá, minha cara deputada Angela Souza, em nossa Condeúba querida, como é que fará? Esse cuidado não existe no projeto. Se há dificuldade para o servidor público, óbvio que há retirada de direitos dele.

A se pensar, como é a visão macro do governo, só em Salvador, talvez o projeto não tivesse problemas maiores. Mas quando se pensa no macro, na Bahia, haveremos de entender que o governo não tem estrutura para levar esse atendimento ao interior. Ou seja, o único argumento possível do governador, aqui, é de que se muitos fraudam a Previdência estadual todos devem ser condenados, todos devem ser tidos como de má-fé, e isso nós não podemos aceitar!

A Oposição em nenhum momento fez acordo para votar favoravelmente a esse projeto, em nenhum momento. Tanto é que estamos aqui com o voto em separado do deputado Prisco, e aproveitarei o meu tempo para ler sua parte final.

(Lê) *“Com o máximo de respeito ao relator, concordo com a falta de clareza apontada no parecer do eminente relator, alocando a necessidade de maiores esclarecimentos quanto às garantias necessárias para o servidor, objeto de alteração, mas, sobretudo, a opinião do relator aprovando a matéria. Registro nesse voto tal discordância.”*

Esse é o voto que a oposição vai seguir e vai continuar

(Lê) *“Principalmente em função de se configurar um claro ataque ao Direito dos servidores públicos, retirando-lhe o direito adquirido a partir de grandes e históricos movimentos.*

O direito ao afastamento para tratamento de saúde dos servidores públicos do Poder Executivo Estadual, atualmente é percebido até 15 dias. A licença médica é, portanto, um dos tipos de afastamento de maior legitimidade ao funcionalismo, sobretudo, por que esse servidor está submetido aos mais adversos aspectos de desgaste físico, mental que há muito vêm acarretando uma verdadeira legião de servidores, que submetidos a medidas como assédio moral, tornam-se alvos fáceis de doenças que demandam tratamento imediato.”

Diz ainda o Soldado Prisco: (Lê) *“É momento de lutar pelas garantias individuais e coletivas da classe trabalhadora, do funcionalismo público, civil e militar, e essa matéria é um flagrante ataque aos direitos dos servidores, da Bahia e dos baianos(!). Diferente até mesmo, das reformas em âmbito nacional... Porque lá não mudou, nem esta reforma da Previdência que querem e da qual tanto falam mal aqui mudou esse direito. (...) o que o Poder Executivo Estadual propõe é um verdadeiro golpe ao servidor nunca antes visto na história deste estado.*

Palavras do deputado Prisco.

(Lê) *Pelo exposto, ... E aí é a orientação da Oposição. (...) não havendo óbices quantos aos aspectos que cumpre a este membro de Comissão analisar, manifesto-me contrário à aprovação.”*

Este, portanto, não poderia ser o comportamento desta Oposição, que tem responsabilidade, que não vem à análise dos projetos fazer política a depender de que posição está a se acomodar em determinados momentos.

Nós temos posições claras, nós somos Oposição. Já votamos aqui, e certamente vamos votar outras vezes quantas necessárias forem, diversos projetos oriundos do Executivo, até melhoramos alguns, apresentamos emendas, foram aceitas, porque eram boas, porque melhoravam, porque contribuía, votamos outros tantos, porque entendemos e entendíamos quando votamos, e poderemos entender daqui para a frente que aqueles projetos que atendem aos interesses dos baianos e das baianas a Oposição irá votar favoravelmente, independentemente se oriundo da Casa Civil do governador do Estado ou se oriundo de algum deputado ou de outro órgão qualquer.

Mas, a este projeto, em especial, nós não podemos votar favorável, porque no nosso entendimento, na nossa compreensão nós entendemos que os servidores públicos estão sendo vilipendiados nos seus direitos. E não podemos concordar que os servidores públicos, que são concursados, que estão a prestar o seu serviço, sejam comparados, à unanimidade, com aqueles que eventualmente venham fraudar. Fazer

esse projeto sob a justificativa de que muitos servidores fraudam a Previdência é, na verdade, Soldado Prisco, a confissão da incompetência operacional do governo, porque se há fraudadores, punam-se os fraudadores, punam-se os maus, mas não pode a generalidade e a universalidade dos servidores pagar por esse mal que um ou outro venha a cometer.

Satisfeito, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Soldado Prisco:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem o deputado Soldado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco:- Sr. Presidente, solicito uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Joseildo Ramos:- Pela ordem, Sr. Presidente.

A Sr^a Fátima Nunes:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE Angelo Coronel:- Pela ordem o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, gostaria que V.Ex^a marcasse o tempo de 25 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o nobre deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Sr. Presidente, peço à Secretaria da Mesa a cópia do projeto, para que eu possa discutir esse projeto que retira direito dos trabalhadores.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, confesso que hoje, nesta Casa, estou extremamente confuso, deputado Pablo, porque a Base do Governo está extremamente irritada com a decisão da Oposição nesta Casa, que tem mostrado para a Bahia que esse Governo, a cada dia, deputado Marcelo Nilo... E V.Ex^a, há pouco, nesta mesma tribuna em que estou, fez um discurso falando do governador Rui Costa “correria”. Um governador, deputado Prisco, que deixou de ser governador e passou a ser atleta. Eu acho que ele tinha que fazer corrida de 100 metros, de 4 mil metros, porque para governar esta Bahia tem que governar primeiro para o funcionalismo público.

E esta Casa tem assistido a cada dia que esse governo tem mandado para cá, deputado Alex, V.Ex^a que está atento ao meu discurso, projetos que tiram direitos dos trabalhadores. E, agora, vai até fiscalizar a saúde dos servidores. O servidor tem que submeter a sua dispensa médica para um outro grupo de médicos, sabe-se lá todos eles indicados pelo governo do Estado, para dizer se ele está apto ou não para receber a dispensa.

Ora, senhoras e senhores, a Bahia tem que saber disso, a Bahia tem que conhecer isso. Deputado Antônio, V.Ex^a que é um deputado atuante da região de

Barreiras, do Oeste da Bahia, precisa dizer aos servidores que lá estão que esse Governo tem mandado projetos para esta Casa e tem tirado, a cada dia, os direitos do trabalhador. Tem restringido o Planserv, tem restringido os direitos...

O Sr. Marquinho Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Vou dar o aparte, deputado, com o maior prazer. Mas deixe-me concluir meu raciocínio.

Nós precisamos mostrar a esta Bahia que o governador Rui Costa está aí há 2 anos sem sequer discutir aumento de salários com os servidores públicos da Bahia.

E hoje, deputado, eu me sinto meio confuso, porque os deputados do Governo vêm a esta tribuna e me parece que quando sobem aqui querem mostrar para quem está assistindo lá, no Palácio, deputada Ivana Bastos, que o Governo é excelente e bacana. Mas quando descem daqui, desta tribuna, não querem votar absolutamente nada do Governo Rui Costa. E essa é a minha confusão.

Mas quero dar o aparte ao nobre amigo e colega deputado, esse rapaz que tem cuidado tão bem das cavalgadas, dos vaqueiros da região Centro-Oeste. Por favor, deputado.

O Sr. Marquinho Viana:- Nobre deputado Sidelvan, apenas para incorporar a esse discurso de V.Ex^a o seguinte: realmente, vocês falam que é o governador maratona, que corre muito, mas vocês queriam, realmente, é que o governador estivesse como diversos outros de estados ricos devendo, sem fazer obra, sem ter o controle das finanças. E isso Rui Costa está fazendo muito bem, a todo momento.

Além de estar em dia com os servidores, além do Planserv ser um dos melhores planos de saúde, não só da Bahia, mas do Brasil. Todas as clínicas querem se credenciar ao Planserv, porque funciona bem. A todo o momento o governador vai ao interior inaugurar obras, dar ordem de serviço para outras obras. Tivemos em Seabra R\$ 92 milhões para barragem, mais R\$ 400 milhões para ampliação do sistema de água da cidade, mais quase R\$ 50 milhões para o hospital, mais R\$ 20 milhões para equipar; foi a Rio de Contas inaugurou o sistema de água de quase R\$ 10 milhões; deu ordem de serviço em Aracatu, mais R\$ 6 milhões e V.Ex^as reclamam de um governador desse? O que V.Ex^as queriam, realmente, é que o governador estivesse na lama como é o caso do Rio Grande do Sul, do Paraná, do Rio de Janeiro onde o caos é total. Mas o governador da Bahia não, ele tem dado um show, tem demonstrado que conhece as finanças do Estado, tem demonstrado que é um governador dedicado. V.Ex^a não tem o que falar do governador e vem dizer que o governador corre em maratona? Ele corre porque quer fazer tudo em quatro anos. Já falamos com ele, governador, V.Ex^a tem dois anos e meio de mandato, precisa realmente correr porque os baianos precisam ser atendidos e dar exemplo para o resto do País.

Obrigado pelo aparte, amigo.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Deputado Marquinho, quero dizer a V.Ex^a que V.Ex^a tem que desligar a televisão. V.Ex^a está assistindo muito televisão, porque essa é a Bahia, deputado Heber, da televisão, é a Bahia da propaganda, é a Bahia em que o governo gasta milhões investindo na propaganda, deputado Marquinho Viana.

V.Ex^a tem que desligar um pouquinho a televisão e voltar para o mundo real, porque no mundo da propaganda o governo do Estado vai bem e a população vai bem.

Mas V.Ex^a quando cavalga em cima daqueles cavalos e escuta aquele homem trabalhador do campo...

O Sr. Marquinho Viana:- Eu escuto o povo, deputado. Eu estou vendo o povo satisfeito.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- (...) com certeza eles estão reclamando, excelência.

Então não venha para cá me dizer o que o governador Rui Costa tem feito pela Bahia. Aliás, se ele fizer alguma coisa está fazendo...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Para concluir, deputado.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Sr. Presidente, V.Ex^a esqueceu de olhar para o relógio. Eu ainda tenho 12 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- É que eu fico preocupado com as suas cordas vocais, deputado.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Prometo a V.Ex^a que eu vou concluir em 12 minutos.

Mas, senhoras e senhores, nós não podemos aceitar de forma nenhuma que esse governo continue a tirar o direito dos trabalhadores. E quando andamos por essa Bahia, deputado Marquinho, vemos que esse governo, realmente, não tem feito muita coisa porque se assim o fizesse V.Ex^{as} estariam todos vibrando para aprovar o projeto desse governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Para discutir o deputado Pablo.

(Pausa)

Com a desistência, o deputado Heber Santana.

O Sr. HEBER SANTANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, amigos que nos assistem através da *TV Assembleia*, hoje, esta Casa retorna àquele que deveria ser o seu ritmo habitual de trabalho em que a presença dos deputados em Plenário é sempre muito desejada e importante para que nós possamos ter momentos como esse de discussão em torno de projetos que sejam do interesse do Estado da Bahia. Pena que, hoje, essa discussão se dá em torno de um projeto maléfico, um projeto que traz prejuízos para o trabalhador do nosso Estado, um projeto que traduz a forma com que o governo do estado, tem visto e se dirigido ao povo da Bahia. Baseado muitas vezes, como disse o presidente Trump, em fatos alternativos. E esses fatos alternativos têm ditado o ritmo do que é esse governo. Senão vejamos. Já foi dito e discutido aqui que, em 2013, foi apresentado o número de 7 mil quilômetros de estradas restauradas por esse governo, desde o governo passado. Mas uma simples pergunta não tem resposta: “Aonde estão, então, esses 7 mil quilômetros?” Não se tem como dizer. Acredito que

nem hoje, 4 anos depois, o governo do Estado tenha chegado a esse número. E, mesmo nos locais onde tem sido feito o serviço, tenho percebido, deputado Alan Sanches, a forma ruim com que esse serviço tem sido prestado, para desespero da população.

Mas, hoje, se traz aqui um projeto que retrata ainda mais essa forma maléfica, mentirosa, com que o governo do Estado, deputado Euclides Fernandes, trata os servidores públicos e o trabalhador do nosso Estado. Senão vejamos. O discurso é nenhum direito a menos. Esse é o discurso, é isso que muitas vezes tem predominado nas falas. E vejo, inclusive, a forma alternativa de se apresentar a verdade por deputados do governo, que colocam que a Oposição, aqui na Casa, quer distorcer a realidade. Ora, essa não é uma prática dos partidos de Oposição desta Casa, essa é uma prática do PT e dos seus aliados que, a qualquer preço, sem nenhuma consideração com a verdade, apresentam os seus fatos alternativos para distorcer e confundir a cabeça do povo brasileiro. E, por isso, o povo brasileiro não acredita mais nesse projeto do PT e dos seus partidos aliados. E, por isso, o povo brasileiro não dá vez, não participa de nenhuma das convocações, a não ser aqueles que têm relações diretas.

Já foi questionado aqui e faço essa pergunta mais uma vez: “Onde estão os sindicatos da Bahia? Onde estão os sindicatos dos servidores públicos?” Ora, fui vereador de Salvador por três mandatos, por muito menos aquele Plenário ficava lotado de servidores ávidos por justiça, reclamando o que não aceitavam, deputado Alan Sanches, V.Ex^a que foi vereador e presidente da Câmara Municipal sabe do que estou falando. Ávidos por justiça, questionando qualquer ação que fosse feita, porque o discurso é nenhum direito a menos.

Mas quando vemos o que tem sido feito aqui nesta Casa, percebemos o que já foi dito aqui antes. O trabalhador que os deputados e que este governo defende não é o trabalhador da Bahia. Ele defende qualquer outro trabalhador, deputado Alan Sanches, menos o trabalhador da Bahia, porque o trabalhador da Bahia é que sofre com a perda dos seus direitos. E ainda vem argumentar que a culpa é do próprio trabalhador, fazendo uma acusação, igualando a todos, alguns que, eventualmente, tenham cometido equívocos. E querem justificar um projeto que retira direitos do trabalhador culpando o trabalhador, como se ele fosse o responsável. Acusando o trabalhador de ser mentiroso. Um trabalhador que há 3 anos não recebe nenhum tipo de reajuste. E que o Estado precisa desse trabalhador para continuar funcionando sob condições que não trazem a melhor qualidade de trabalho. Isso nos entristece muito. Eu já disse isso aqui, o maior crime que esse governo do PT cometeu foi tirar a esperança do povo brasileiro através dessas mentiras. O lastro do governo do PT é a mentira. V.Ex^a, deputado Alan Sanches, subirá a esta tribuna e discursará também, e verá que para cada situação do governo do Estado que V.Ex^a traga, eles vão trazer qualquer outro tipo de situação, tentando desvirtuar o real debate. Ora, nós somos deputados estaduais da Bahia. O trabalhador que temos que, prioritariamente, defender é o trabalhador da Bahia, fazendo jus ao bom salário que ganhamos como deputados estaduais nesta Casa. Não temos o direito de aplicar aqui um discurso falso, de falsa moralidade, de inverdade, um discurso que traz, como disse

anteriormente, ao trabalhador a falsa esperança. Em quem ele vai acreditar, se aqueles que dizem defender o direito do trabalhador, apenas sobem nesta tribuna e discursam, falam, mas na hora em que podem fazer algo, não fazem.

Há poucos minutos estavam aqui os servidores do Ministério Público Estadual, presidente Angelo Coronel, os trabalhadores querem apenas o direito da promoção, que descongele, que tire a trava para que aqueles que cumpram os pré-requisitos legais possam ser promovidos, respeitando inclusive a dotação orçamentária do Ministério Público. Mas não, o governo os ignora, finge que eles não existem, ignora a sua presença nesta Casa. Eles já vieram aqui mais de uma vez. Deputado Luciano Ribeiro, se houver necessidade eles subirão aqui novamente. O governo tomará a posição de dizer que defende o trabalhador. V.Ex^a sabe que trabalhador ele defende quando toma medidas como essa? Algo tão puro e tão necessário como a saúde do servidor público, tirando-lhe o direito de ter a sua licença médica em algo que já está consolidado.

Os deputados Luciano Ribeiro e Prisco foram muito felizes quando colocaram que nem a reforma da Previdência Social, que este governo faz questão de criticar, tirou esse direito do trabalhador. Mas o governo do Estado da Bahia, o governo do PT acusa o trabalhador de ser mentiroso e o condena a perder um terço da sua licença médica.

O Sr. Carlos Geilson:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. HEBER SANTANA:- Com o aparte o deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Meu caro deputado Heber, o que me chama a atenção é o marasmo, a preguiça dos sindicatos que representam os servidores do Estado da Bahia.

Imaginem senhores, imaginem senhoras, você que nos acompanha através do canal *TV Assembleia*, se esse projeto fosse enviado por outro governo, um governo aliado com as nossas ideias, a essa altura essas galerias, que estão vazias, com apenas um solitário amigo nosso que acompanha a sessão, elas estariam abarrotadas de gente com cartazes, o nosso saguão aqui totalmente tomado, servidores com carro de som no vestíbulo da Assembleia, todos a protestarem com palavras de ordem.

Então, quando dizemos que na verdade o que existe é um sindicato de pelegos, que o peleguismo impera nesses sindicatos, eles não gostam de ouvir. Pelo menos que venham para cá, mostrem a sua cara, opinem e debatam o assunto não apenas com a Oposição, mas também com a Situação. Fico triste porque a data-base do servidor do Estado, que é em janeiro, isso leva meses e nenhum servidor protesta. Quando chega na data-base da prefeitura de Salvador, entra no mês de maio e já tem manifestação, já tem movimento, já tem palavras de ordem, já tem cartazes na porta da prefeitura. Que sindicatos são esses que agem com dois pesos e duas medidas?

Portanto, quero parabenizar V.Ex^a pelo oportuno pronunciamento e chamar a atenção dos sindicatos: sindicatos, sindicatos, salve! Ó Deus, onde estão esses sindicatos que não aparecem? Deem as caras, venham para cá, participem, defendam os seus associados. E não fiquem escondidos nos seus gabinetes, nas sedes dos sindicatos, sem defender os seus associados. Lamentável. Estou dizendo isto hoje, dia

6 de junho: esperem no futuro com um projeto simples, quando estiver outro governante, que nós veremos e vamos acompanhar aqui a raiva e fúria... são raivosos... na verdade estão defendendo, com as exceções, as suas boquinhinhas.

O Sr. HEBER SANTANA:- Deputado Carlos Geilson, V.Ex^a tem toda a razão. Incorporo o seu discurso e digo que, realmente, com raríssimas exceções, esse tem sido o desempenho dos sindicatos. Relatei há pouco justamente a realidade vivida na Câmara Municipal, onde qualquer ação, ainda que, no final, trouxesse benefício ao trabalhador, era a oportunidade para que os sindicatos se organizassem, ocupassem as tribunas, ameaçassem greve geral, normalmente perto de algum feriado, para parar tudo: parar o País, o estado, a cidade, o que fosse, em função do seu compromisso político.

Eu quero, presidente, encerrar a minha fala, justamente chamando a atenção dessa grandiosidade. O maior prejuízo que nós temos nesta tarde com a votação desse projeto não é simplesmente a votação desse projeto, deputado Sidelvan, que retira os direitos dos trabalhadores, mas é a forma como se apresenta isso. São os argumentos, como eu disse, acusando e condenando o trabalhador.

Primeiro chama o trabalhador de mentiroso, depois o condena e retira dele cinco dias de licença médica. E ainda tenta trazer para este Plenário – como se isso fosse justificativa – que no final das contas algum benefício há para o trabalhador. É esse o maior crime desse governo: tirar a esperança do povo brasileiro.

Mas eu tenho certeza que, assim como Salvador já voltou a sorrir, presidente, esse desejo já corre por todos os cantos da nossa querida Bahia. E alguns têm questionado de onde sairá o candidato das oposições. Eu não tenho dúvidas em dizer, deputado Sidelvan: o candidato a governador das oposições sairá do clamor do povo da Bahia, que quer mudança, que não quer mesmice, nem um governo medíocre, que apenas se vanglorie de vir aqui dizer que está pagando contas. Quer um governo que mude a realidade do nosso Estado, que tenha intervenções, seja criativo, que reorganize e aproxime a sociedade civil em torno de um projeto para o estado da Bahia, que traga investidores.

Temos agora o Salvador 360°, deputado Alan Sanches: são R\$ 3 bilhões em investimentos que haverá nessa cidade. Algo que não se era esperado em um momento de crise. E é isso que o povo da Bahia está querendo. O povo da Bahia não quer a mesmice. Quer novidade, respirar novos ares. O povo da Bahia, Sr. Presidente, quer voltar a sorrir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, deputados, deputadas, demais cidadãos que nos acompanham aqui nessa sessão.

Os deputados da Base estavam questionando se iríamos falar, pois são quase 2 meses que não conseguimos subir na tribuna, justamente pela insatisfação da Base do Governador, o tratamento que é dado, a atenção que é dada aos seus liderados. E os próprios deputados da Base não apareciam aqui para dar a presença. Esse é o tratamento que, no seu primeiro mandato, o governador Rui Costa dá.

Imagem! Vocês só vão ficar livres porque ele não vai renovar o mandato. Vocês tenham certeza. Aí vocês vão ver o que é tratamento, o que é cordialidade com o nosso futuro governador ACM Neto.

Eu estava ali e achei extremamente pertinente o deputado Carlos Geilson quando falou, e já falou isso algumas vezes em outras ocasiões, onde estão os sindicatos? Nós olhamos que os sindicatos estão liderados pelo PT e pelo PCdoB, e dessa forma, no momento em que retiram e diminuem a força do trabalhador, eles ficam silentes. Eles sequer se pronunciam. Os legítimos representantes desses trabalhadores seriam esses sindicatos, mas onde estão? Neste momento, em que nós, aqui, deputado Carlos Geilson, tentamos, inclusive, defendê-los com a nossa minoria, quando você passar, tenha certeza que será vaiado, eu serei vaiado, deputado Fábio será vaiado, porque eles... exatamente, vão nos chamar de coxinha. Mas o trabalho deles, que deveriam estar aqui, neste momento, defendendo o que eles representam... eles não estão, mas cada um tem o sindicato que merece.

Nessa semana que passou, o secretário da Fazenda deu uma entrevista na *Rádio Metrópole* e, naquele momento, ele tocou na questão do Planserv. O Planserv sempre foi um plano muito bom, podemos dizer assim, claro, um plano com suas limitações, mas depois da mudança que teve, quando se disse “vai falir o plano”, lembro-me, aqui, do deputado Zé Neto dizendo que se não fosse feita alguma coisa esse plano seria extinto. Era um plano que resolvia os problemas dos servidores.

Ele e o secretário da Fazenda estão dizendo que o problema do plano, do sucateamento do Planserv é o servidor, é o usuário, é o seu conveniado. Não é possível, quando ele limita o número de fisioterapias para, se não me falha a memória, dez sessões, que dificilmente vão curar uma patologia crônica, quando ele limita a quatro o número de consultas a serem realizadas. Quando faz várias limitações, é ele quem controla o sistema, a forma do usuário. Se ele acha que o usuário está fazendo isso e aquilo, está faltando gestão, está faltando controle, está faltando administração. Não pode tirar a sua responsabilidade, deputado Aderbal Caldas, e jogar, imagine, para o usuário, coitado, para a mãe do servidor que está utilizando o plano de saúde! Pelo amor de Deus! Vá fazer o dever de casa, secretário da Fazenda.

Há uns 2 anos, se não me falha a memória, quase três, eu subi nesta tribuna, deputado Fábio Souto deve lembrar, com uma caixa de próteses, quando o secretário, com o governador, viajou para a Itália informando que agora iriam produzir próteses na Bahia. Onde estão essas próteses? Saiu meia página no jornal *A Tarde*: “Produção de próteses”. Agora nós vamos produzir! Secretário Fábio, onde estão as próteses da Bahiapharma, secretário Fábio?! Tirou foto lá na Itália com o governador, o que eu vejo é apenas uma falácia. Onde estão as próteses? É isso que nós queremos saber. O secretário Fábio Vilas-Boas anunciou, alardeou que faria próteses: “Agora eu vou

produzir próteses na Bahia”. Eu quero saber onde está a primeira prótese produzida aqui na Bahia.

Fizemos alguns questionamentos, porque achei que não era daquela forma que ele devia conduzir. Eu que fui presidente da Sociedade de Ortopedia fiz, por diversas vezes, centenas, milhares de próteses de quadril e de joelho, inclusive postei até uma de joelho, de 11 anos, que já fiz, era uma prótese importada, feita pelo SUS. E eu quero saber onde estão as próteses da Bahiafarma. Em 2016, a própria Bahiafarma, junto com o seu secretário, também anunciou que nesse momento a empresa ia trazer, ia fazer, ia conceder vários empregos para farmacêuticos. Onde estão esses empregos desses farmacêuticos? Eu não vi. Não quero ser aqui demagogo, nem leviano, nem mentiroso, mas quero que me digam quantos farmacêuticos estão hoje trabalhando na Bahiafarma? Quantos farmacêuticos estão, hoje, trabalhando na Bahiafarma? Esse é o questionamento que temos de fazer.

Se formos buscar, o que sei é que há muita viagem. Na Bahiafarma tem muita viagem para o exterior, tem muita! Acho que é isso que precisa ser esclarecido. Quantas viagens são feitas por ano ao exterior? Por que tantas viagens? Qual é o recurso da Bahiafarma? O que está acontecendo com esses recursos colocados lá? Quero saber onde estão as próteses prometidas pelo secretário Fábio Vilas-Boas. Se algum deputado da base puder me esclarecer. Deputada Ivana Bastos, onde estão as próteses? Presidente Angelo Coronel, onde estão as próteses da Bahiafarma que iam colocar nos joelhos dos pacientes? É isso que precisamos estabelecer. As falácias da realidade.

Ontem eu precisava ir ali a São Miguel das Matas. Andem naquela estrada. Uma estrada que tem 4 anos. A parte do entroncamento da de Varzedo para São Miguel deve ter uns 4 anos de feita. Vão ver quantos buracos tem ali. Inclusive houve um acidente com um caminhão justamente por causa deles. E a estrada de Varzedo que vai dar em Elísio Medrado, depois Amargosa, está uma lástima também. A de Conceição do Almeida para São Felipe é outra coisa horrorosa! Por quê? Falta de atenção do governo do Estado! E o deputado Marquinho, que é meu amigo, gosto muito dele, um lutador, defendeu o governo dizendo que este faz o dever de casa e paga as contas em dia. Mentira! Não do deputado Marquinho, que é um homem de bem, um homem de família.

Ontem, o diretor-geral do Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus foi parar na delegacia. Abriram um B.O., porque parece que ele estava querendo bater em um funcionário do SAMU que estava lá servindo àquele hospital. Deu delegacia! O diretor-geral junto com o funcionário. E por quê? Vão se completar 3 meses que os funcionários do Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus não estão recebendo os salários! Três meses!

Entraram na rádio de Santo Antônio de Jesus, os próprios funcionários, dizendo o seguinte: “Não sei se era melhor estarmos no meio daqueles 200 funcionários demitidos.” Inicialmente iam ser 200, depois caíram para 85 funcionários demitidos. E esse Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus, que é pago pela Sesab, está atrasando o salário, deputado Marquinho, V.Ex^a que é um grande entendedor do governo do Rui e o defende, porque o conhece bastante de perto. Peça, então, para ele

pagar os 3 meses que vão se completar de salário dos funcionários. Eles recebem R\$ 1.200,00, R\$ 1.500,00, R\$ 2.000,00. Peça ao governador para pagar o salário dos funcionários do Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus.

Não é possível que ele não se sensibilize, que fique tirando as fotos em casa, com a sua família, e não queira ajudar a família de um servidor que passa mal, que passa fome! Ninguém consegue sobreviver 3 meses sem salário! Ele precisa pagar em dia o salário do servidor. É porque não é servidor público? É porque não está junto com o Partido dos Trabalhadores no sindicato? Mas esse hospital é pago com nosso dinheiro, com o dinheiro público! É obrigação dele, sim, ver como está sendo feito o atendimento lá.

Inclusive convoco e solicito aqui, de público, o deputado Alex da Piatã para que passemos, lá em Santo Antônio de Jesus, para ver a atual situação de atendimento. O número de cirurgias, que há 5 anos era muito bom.... Quero dizer que, no tempo de Jorge Solla, quando o hospital foi aberto, sob a diretoria de Alex, que fazia a coordenação, chegou a receber prêmio de excelência na qualidade. Eram cirurgias e cirurgias realizadas lá, e hoje está de mal a pior. Infelizmente um hospital que já conseguiu resolver muitos problemas da região hoje não paga os salários dos funcionários.

Não é possível que o governo de Rui Costa não possa se sensibilizar para resolver esse problema. É pagamento de funcionários: são servidores, recepcionistas, técnicos de enfermagem, enfermeiros, médicos. Eu não posso conceber e dizer que ele está fazendo o dever de casa e juntando o dinheiro. Não sei. Não está pagando os salários dos funcionários.

Sr. Presidente, eu poderia, aqui, discorrer, durante um bom tempo, sobre esse aumento abusivo da Embasa. Aumentam a taxa de uso da nossa água, e não a fornecem a contento. Quantas pessoas estão entrando com ações pela falta de água? Mesmo pagando em dia, elas não têm água. Em São Cristóvão toda essa semana não teve água. Não é possível que queiram aumentar a taxa, mas não prestem serviço com dignidade.

O Hospital Roberto Santos é queixa em cima de queixa sobre a falta de atendimento. Sobre a Regulação não precisamos nem falar. Tem deputado que diz: “Não, eu gosto de ser amigo do secretário, porque preciso dele para transferir”. É o absurdo dos absurdos qualquer pessoa precisar do secretário de Saúde para fazer uma transferência – o que é um direito do cidadão, da pessoa. Mas você tem que ficar pedindo pelo amor de Deus para realizar uma cirurgia. Eu, desta tribuna, deputada Ivana, apresentei um projeto de lei para que fizéssemos justamente uma lista única de cirurgia eletiva. V.Ex^a discutiu comigo, aqui, na sala ao lado, na Sala das Secretarias, onde eu expliquei qual o objetivo disso. E, em momento algum, o secretário de Saúde e o governo do Estado tentaram se organizar. Isso é falta de planejamento.

O Ministério da Saúde, no mês passado, determinou a lista única de cirurgias eletivas. Porque não é concebível que você precise fazer uma cirurgia, e a Sesab, que faz o convênio com todos os seus prestadores de serviço, não saiba onde aquele

paciente pode e necessita realizar sua cirurgia. Isso é falta de gestão, falta de planejamento.

No primeiro ano do governo de Rui, deputado Marquinho Viana, eu disse: “Vou abrir uma policlínica”. Estamos no terceiro ano e nada foi feito. Quero saber o que ele vai fazer da UPA de Santo Antônio de Jesus. Senhoras, senhores e V.Ex^a, a UPA de Santo Antônio de Jesus está fechada. A UPA de Roma o governador Rui fechou, onde ele construiu o Hospital da Mulher, porque ele estava recebendo, sim, o recurso para o seu funcionamento; e ele fechou a UPA de Roma. E sabe o que ele fez, deputado Fábio Souto, com esse recurso aqui de Salvador – cidade que ele diz que gosta, que ama, pois nasceu na Liberdade –? Ele transferiu esse recurso da UPA daqui de Salvador para Lauro de Freitas. É assim que o menino, o governador nascido ali na Liberdade, diz que gosta de Salvador. O recurso da nossa UPA ele transferiu para Lauro de Freitas. Não que lá não precise, precisa tanto quanto aqui, mas não com o recurso de Salvador. Ele que criasse um outro recurso, mas transferir o recurso de Salvador, através de decreto do secretário, para Lauro de Freitas é brincadeira!

Mais uma UPA que ele fechou foi a de Escada, a de Plataforma, deputada Fabíola, minha amiga, guerreira da saúde, ele fechou a UPA de Roma, ele fechou a UPA de Escada, ele transferiu recurso aqui da UPA de Roma, quando construiu o Hospital da Mulher, para Lauro de Freitas. Que ele colocasse um outro recurso. Mas não, eu não vou ajudar Salvador, eu vou transferir esse recurso para a minha amiga, prefeita Moema, em Lauro de Freitas.

É isso que é gostar de Salvador, porque tem o metrô construído com recurso federal? É isso que é gostar de Salvador? Pelo amor de Deus! Eu quero que os deputados daqui que têm base, porque todos têm votos em Salvador...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Conclua, deputado.

O Sr. ALAN SANCHES:- (...) Ainda disponho de 3min36seg, que V.Ex^a durante esses 2 meses aí não nos deixou falar, não porque V.Ex^a não quisesse, mas porque a sua Base aqui não se apresentava para as votações...

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Não gaste tudo hoje, não, deputado.

O Sr. ALAN SANCHES:- Não, mas ainda vou falar hoje.

Darei um aparte ao meu amigo Adolfo Viana para não perder a voz, como V.Ex^a tanto me orientou.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Alan Sanches, eu quero parabenizar V.Ex^a pelo belo pronunciamento que faz neste início de noite de terça-feira. De fato, hoje, o nome mais falado nesta Assembleia Legislativa, muito mais falado, foi o nome do prefeito de Salvador ACM Neto. Só a deputada Luiza Maia, em um discurso de 15 minutos, conseguiu repetir o nome dele, nas minhas contas, 19 vezes, nas contas do deputado Hildécio, 34 vezes...

O Sr. ALAN SANCHES:- É o temor.

O Sr. Adolfo Viana:- (...) Acho que as pesquisas do interior começam a aparecer e a Base começa a ficar nervosa.

Portanto, quero parabenizar V.Ex^a, porque sobe a essa tribuna para fazer justiça com o prefeito, com o governo que falta com responsabilidade para com a cidade de Salvador. E dizer que estaremos juntos com a maioria do povo baiano marchando por mudança no ano que vem.

Parabéns a V.Ex^a.

O Sr. ALAN SANCHES:- Obrigado, deputado, amigo Adolfo.

Sr. Presidente, tenho falado, quando tenho oportunidade, esclarecido em algumas entrevistas, não tenho medo. O prefeito ACM Neto, nosso futuro governador, fará justiça, justiça social, porque, diferente do governo que se apresenta do PT, ele sabe fazer, ele mostrou que fez.

Deputado Marquinho, tenho certeza, V.Ex^a que é um homem correto, um homem digno, um homem de valor, saberá, lá na frente, reconhecer quem será esse grande governador ACM Neto. Não tenho dúvida. As pessoas que conhecem o prefeito ACM Neto, realmente, o aplaudem, porque sabe fazer, independente de outros que ficam com falácia, que não sabem cobrar do seu secretariado, ele sabe fazer. E não tenho medo.

A disputa ano que vem será dura, será grande, mas não tenho dúvida de que a vitória será do povo da Bahia, a vitória será do povo de Salvador. Em 2018, tenho certeza que ACM Neto, o nosso futuro governador, será eleito por maioria. O mesmo show que ele deu aqui em Salvador, com 74% em todas as urnas, de “a” a “z”, as 20 zonais, será aqui também no Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra, o deputado Sargento Isidório. Na ausência, o deputado Leur Lomanto Junior. Na ausência, Ordem do Dia.

Houve aqui um equívoco da Presidência, o Soldado Prisco tinha permutado.

Então, pode ir, deputado. Último orador inscrito, deputado Soldado Prisco.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente, venho aqui mais uma vez falar desse projeto, o qual fiz um pedido de vista e um voto em separado. Vi aqui a deputada da Base do Governo dizendo que esse projeto não é uma perda de direitos.

Se os servidores públicos tinham 15 dias e com a aprovação desse projeto vão passar a ter 10, qual a matemática errada que não é perda de direito?

Lembrar que na reforma da previdência que está em Brasília e que sou contra, o que tem que ter lá é uma CPI para ver a dívida da reforma da previdência e cobrar daqueles que realmente devem e não jogar nas costas do trabalhador. Mas o mesmo governo que faz esse discurso aqui que não é perda de direito, lá, a nível federal, foi mantido os 15 dias e aqui mais uma vez o governo retira o direito do servidor público. Este governo colocou o servidor público como inimigo número um da sua gestão.

E o que está acontecendo agora com as associações e com os sindicatos de servidores públicos, não estou vendo nenhum sindicato manifestar-se sobre isso, era

para estarem aqui nesta Casa, inventaram um cadastramento num prazo de quatro meses e tem associação que até é proibida de adentrar nos quartéis, é a mesma coisa, você tem que cadastrar mas vou lhe proibir de entrar para você não cadastrar, para que perca sócio e eu consiga acabar com você.

E assim esse governo fez com todos os sindicatos e todas as associações, nunca se viu isso na Bahia, nunca se viu um governo interferir nas entidades de classe, algo impensável para qualquer servidor, está na Constituição federal, o governo não pode interferir nas entidades de classe, mas o governo assim está fazendo.

Não vejo um deputado da base do governo ligado aos sindicatos fazer essa defesa aqui. O sindicato dos médicos, dos policiais civis, dos professores, APLB, cadê a Federação dos Trabalhadores, Fetrab, que não está aqui para falar isso? Um verdadeiro absurdo, entidades agora tiveram perdas de receitas de mais de 100 mil reais e o governo nem aí para isso. Não dão prazo, não deixam entrar nos quartéis, no caso das entidades para policiais militares e cortou o código daquelas pessoas que não se cadastraram, uma intervenção direta no governo, não tem nada a ver com imposto sindical, que sou contra o imposto sindical, esse desconto da filiação ou associação é voluntário, todo e qualquer policial ou servidor público em geral pode- se filiar, pode se sindicalizar, é um direito dele, mas aí vai o governo, nunca aconteceu isso, nem nos governos passados tão criticados, e cancela, desfilia, desassocia servidores públicos. Vemos o áudio de alguns sindicatos ou vídeos e nada mais do que isso.

Entramos com ação na justiça representando o ministério público através do mandato na Assembleia, as entidades também adentraram e o absurdo é tão grande que ontem saiu até uma liminar permitindo uma entidade de classe adentrar aos quartéis porque estava sendo proibida por este governo, ela mesma que pediu o cadastro e ela proíbe. Várias reuniões foram tidas com o secretário de administração explicando essa situação para ele e, por incrível que pareça, a própria Procuradoria Geral do Estado encaminha o parecer para o governo que é para permitir que a entidade adentre as unidades porque o próprio governo estava dizendo que não era, o próprio secretário falou que as entidades nas unidades de trabalho iram atrapalhar o serviço, que as entidades sindicais não eram para adentrar ao local de trabalho. Um secretário de segurança pública de um governo do Partido dos Trabalhadores, disse que não quer porque é sindicato dentro de ambiente de trabalho. Está lá no parecer dele, escrito e assinado. Este é o governo de um secretário que tem 12 anos, acima de governo, acima de presidente, cumpre um mandato eterno e faz essa manobra.

Esse é o governo que diz que não prejudica o servidor público, que não sobe aqui para defender, que não sobe aqui para falar do que está acontecendo com o servidor público, que retirou o direito da licença-prêmio para os servidores públicos. Que aumentou o Planserv. Que retirou 13 mil parentes e familiares de servidores públicos do Planserv. Que aumentou em 100% para os agregados do Planserv. E que não melhorou o Planserv.

E o discurso aqui era que precisava salvar o Planserv, porque aquele recurso iria mantê-lo. E cadê? O Planserv continua o “não serve” no interior. Cadê as condições para o servidor público, que nenhuma delas é oferecida.

E chegar aqui e negar que esse projeto não é para retirar direitos, mais um, do servidor público. Numa alegação fajuta de que os servidores estão fraudando atestados médicos. O próprio governo está achando que todo servidor come igual, genericamente: todo mundo está fazendo isso, todo mundo tem que ser punido.

Aqueles que erram que sejam punidos, como tal. O governo não tem competência para investigar ou para apurar isso? Não! É uma alegação fajuta, sem sentido, sem lógica, apenas para retirar direitos dos servidores públicos estaduais.

Não é só esse projeto. Outros projetos também chegarão nesta Casa. Quero ver, e vou estar nesta Casa acompanhando, mais uma vez, quando a reforma da Previdência chegar aqui. O próprio governador Rui Costa já deu uma entrevista dizendo que pode aumentar, como o governo federal está tentando fazer, a alíquota de desconto da Previdência para os servidores públicos.

Quero ver quando chegar aqui, qual vai ser o discurso. Porque lá em Brasília, mesmo o relator sendo do meu partido, já coloquei claramente que sou contra a reforma da Previdência. O povo tem que despertar, tem que cobrar, tem que se manifestar de forma legal, pacífica e ordeira. Tem que ir para a rua.

Querem falar do governo Temer, que para mim já era para ter saído, porque não tem moral para ficar como presidente. Já está provado isso. Espero que o TSE julgue e faça justiça realmente. E que siga o que está previsto na Constituição Federal.

Mas ainda não vimos isso aqui. Vimos só uma perseguição sobre aquele que fala e que briga por isso. Estou há quase 6 meses em uma prisão domiciliar, cheia de medidas cautelares, em um processo que nem sequer iniciou. Não tem nem a resposta à acusação. Mas eu sei quem está por trás disso. Está provado lá no processo que o governo do PT está com a mão toda no processo, segurando, tentando calar, usando o poder ditatorial.

É bom que todos saibam disso, porque a mídia nada fala, pois a propaganda do governo consegue calar. Mas está lá provado no processo de como o governo consegue manipular. Vejo um processo parado, uma prisão sem sentido, sem lógica nenhuma. Quando todos me perguntam por que estou preso, por que estou cumprindo prisão domiciliar, por que não chega a liberdade de um deputado eleito com 108.041 votos, que não pode viajar, não pode sair de casa, não pode nem ver sua família que reside na cidade de Santo Antônio de Jesus...

Quando chega a sexta-feira tenho que me recolher na minha residência, e só posso sair na segunda-feira. Aí, se pergunta: qual foi o crime que ele cometeu? Convocar três assembleias? Cobrar do governador o direito do servidor público? Que não houve crime nenhum? E cadê a resposta? Não temos essa resposta. A resposta de um governo perseguidor e ditador, que quer tratar dessa forma, que quer calar a voz de alguém que prega a verdade. Não faço oposição por ser Oposição.

Aqui no projeto do Prêmio por Desempenho Policial - PDP, que o governo colocou outdoor na cidade – inclusive a Casa também colocou, dizendo que era um prêmio maravilhoso –, nós apresentamos emendas. E aqui nesta Casa ficou provado que vários deputados de governo até votaram sem saber: o governo dando dois prêmios por desempenho ao tal agente político, o oficial. Nada contra a maioria deles.

Sabemos que é uma minoria, infelizmente, que nós temos. Mas eles vão receber dois prêmios por desempenho. Enquanto, aquele que está na ponta, morrendo, passando

Qual é o benefício que esse governo está trazendo para os servidores públicos? O sistema penitenciário, acabado. Vi uma entrevista do governador, ontem, dizendo que temos um sistema penitenciário, um dos melhores no Brasil.

Será que o governador vai no Complexo Penitenciário da Mata Escura? Será que o secretário vai lá e fala a verdade para ele do que está acontecendo? Das fugas que aconteceram lá. Da situação deplorável em que se encontra aquele Complexo Penitenciário? Do esgoto a céu aberto? De nenhuma câmara funcionando? De efetivo pequeno? Aqueles heróis estão ali trabalhando, os agentes penitenciários, sofrendo.

A Polícia Civil passa por uma situação extremamente deplorável. Policiais civis que fizeram concurso, passaram pela Acadepol, formaram, tiveram solenidade e não foram convocados. Um efetivo carente. Os delegados nem sabem mais o que fazer.

A violência instalada em nosso Estado, e os dados do IPEA de 2010 e 2015 caíram, para o espanto de todo mundo, ciente de que, para gente, que está na área de segurança pública, não tem espanto nenhum. A realidade é muito pior do que aquela ali. Bote pior nisso. As facções criminosas estão comandando o Estado, determinando hora que cada cidadão sai e entra. Três assassinatos, em uma semana, em assaltos a ônibus, três cidadãos baianos que perderam a vida, trabalhadores que estavam se deslocando para os seus trabalhos.

A unidade que foi criada para trabalhar nesse combate, que é a Operação Gêmeos, está sucateada, acabada, depredada, quando chove, molha mais dentro do que fora. As unidades do interior, todas elas estão acabadas, e o Estado utiliza a propaganda do governo para falar que está tudo às mil maravilhas.

O governador tem que andar, tem que entrar nos quartéis. Faça visita! Peça ao secretário, que tem 12 anos no poder, para adentrar os quartéis e as delegacias. Eu convido todos os deputados desta Casa a fazer uma visita às unidades da Polícia Militar e da Polícia Civil para ver como está, se está como a caixa de vidro, o prédio de vidro que tem aqui no CAB, se está nessa realidade. Não está! Mas o governo gasta o dinheiro no horário nobre, no *Fantástico*, no *Jornal Nacional* para mostrar uma mentira e uma farsa para a população da Bahia.

E aí, com o voto em separado, nós mostramos, mais uma vez, que o servidor, infelizmente, vai perder um direito histórico, garantido, que nunca ninguém mexeu, que nunca ninguém tirou. Aliás, este governo, de lá para cá, só vem retirando os direitos históricos de todos os servidores. Nada veio para esta Casa para beneficiar!

Os policiais militares é uma categoria extremamente sofridora. Um acordo que foi assinado com esse governo, em 2014, e, aqui, o deputado Rosenberg fez parte desse acordo e sabe do que estou falando, não foi cumprido até hoje por esse governo. Os policiais militares pagam para trabalhar porque eles não têm o auxílio-transporte, eles tiram dinheiro do bolso para ir trabalhar para a sociedade porque o governo não paga. É a única categoria de trabalhadores no Brasil que tem que pagar do próprio bolso para trabalhar.

Entramos com ação na Justiça, ganhamos a ação, e o Estado recorreu duas vezes para não pagar transporte para que o servidor público vá trabalhar. Aquele servidor público que dedica...

O Sr. Leur Lomanto Junior:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Já lhe concederei, V.Ex^a.

(...) que dedica a sua vida pela vida de todo cidadão baiano. Já foram 13 policiais assassinados este ano. Só nessa semana que passou, três baleados foram para o hospital, estão acamados, porque eles saem de sua casa para trabalhar sem nenhuma condição. O governo não paga periculosidade nem insalubridade a essa categoria. A única categoria de servidor que não tem – assinou o acordo, mas não cumpriu. O governo que faz dessa forma.

Então onde estão os direitos dos servidores? Será que os deputados desta Casa não estão vendo a violência que está alcançando toda a Bahia? Será que vão esperar chegar em vocês, e espero que não chegue porque o povo da Bahia está sofrendo, o seu sangue está sendo derramado, e nenhuma mudança, a curto nem a longo prazo, a gente está vendo, porque não há prioridade.

Os assaltos a bancos só têm crescido, a desmoralização total da segurança pública. Policiais perderam suas vidas em assalto a banco, aqueles que lá trocaram tiros receberam medalhas, mas cadê a promoção por bravura daqueles que perderam as suas vidas? Ou daqueles que estão vivos, mas estão sequelados na cama até hoje? Infelizmente isso não vem ocorrendo.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Um aparte, deputado.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Deputado Leur, concedo um aparte a V.Ex^a.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Nobre deputado Prisco, quero adentrar o seu pronunciamento, V.Ex^a que é um defensor contumaz da segurança pública em nosso Estado e tem no seu mandato se dedicado a discutir, debater os problemas graves que a Bahia vem enfrentando na segurança pública.

Na verdade, nós estamos aí com 10 anos do governo do PT e o que estamos assistindo na Segurança Pública no Estado da Bahia é a uma calamidade total! E aqui quem está falando não são os deputados, não é V.Ex^a, que traz os números relacionados à área, mas sim os dados científicos que vêm mostrando o estado em que nela a Bahia se encontra.

E para triste realidade nossa, a Bahia vem sendo estampada em todos os jornais, televisões, *blogs*, rádios como um dos Estados mais violentos do Brasil. E também a nossa cidade do Salvador incluída como uma das capitais mais violentas do País. O que traz - e nós falamos isso com tristeza - um prejuízo enorme não só para nós que aqui moramos, vivemos e estamos lidando com um cotidiano cada vez maior de assaltos, crimes, furtos, enfim, crimes de todos os tipos cometidos aqui em Salvador e no interior do nosso Estado, mas também para a imagem que vai da nossa Bahia e da nossa capital para os outros Estados brasileiros e o mundo.

Nós - que temos entre as principais atividades econômicas a força do nosso turismo, o turismo do nosso Estado, da nossa cidade, com praias belíssimas, a

diversidade cultural, um turismo forte também na área de negócios, o turismo de aventura, o turismo de sol e praia, sabemos que a Bahia está consolidada como um dos Estados mais belos e com um dos litorais também dos mais belos do nosso Brasil - hoje nos debruçamos com essa crise na segurança pública que atravessa a nossa terra, causando um prejuízo enorme, como já disse, na questão do turismo, pois, sem sombra de dúvida, atualmente ao abrirem as manchetes as pessoas, em vez de verem na primeira página as nossas belíssimas praias, o nosso Centro Histórico, a nossa capital, a nossa cidade do Salvador, o nosso Carnaval, encontram a Bahia tendo o seu nome e a sua história sempre manchados como um dos Estados mais violentos. E Salvador como uma das cidades também mais violentas do nosso País.

Então, gostaria de parabenizar V.Ex^a por mais uma vez estar aí nessa tribuna fazendo o papel que todo deputado deve fazer. Não só o da Oposição, não, pois quem está sofrendo é a população como um todo. E não é só a população que votou na Oposição, mas sim a população de uma maneira geral. Deputado Prisco, continue fazendo esse grande trabalho que tem feito, combatendo este que é um dos principais problemas enfrentados, senão o principal, pelo nosso Estado: a falta de segurança.

Parabéns!

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Muito obrigado, meu Líder. Agradeço e incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

Acabei de receber aqui uma informação. Sr. Presidente, apesar do meu tempo estar encerrando, solicito a V.Ex^a uma comunicação inadiável, porque acabei de saber da minha advogada que saiu uma decisão em Brasília – peço a atenção de todos – trancando o meu processo e acabando com todo ele. Uma decisão do ministro Barroso.

Foi preciso o Ministro Barroso, do SFT, entender que a ação é ilegal e mandar trancar toda a ação que estava correndo sobre mim.

Como já tem uma parte burocrática a ser feita, tem que vir aqui para o TRF 1, foi assim a decisão, 17^a Vara Federal, foi assim a decisão do ministro. Eu, infelizmente, ainda não posso exercer meu papel de deputado como gostaria, de viajar, mas é uma decisão importante e histórica para mostrar que jamais o mal vai vencer o bem.

Eu creio nesse Deus, chegou a decisão e, em breve, quero contar com os parceiros desta Casa para que essa liberdade, não só a minha, porque a minha prisão é a prisão desta Casa também, e que este processo morra, porque eu não cometi crime algum.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Encerrada a discussão. Em votação o Projeto de Lei nº 22.189/2017, procedência do Poder Executivo. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

(Pausa)

Aprovado à unanimidade, contra os votos dos deputados Fábio Souto, Heber, Leur Lomanto Junior, Prisco, Sidelvan, Luciano Filho, Pablo, Adolfo, Davi. V.Ex^{as} foram atendidos, retirando o voto computado, mas mesmo assim, o projeto foi aprovado. Os deputados Alan Sanches e Tom Araújo também retiraram o voto. Mesmo assim, foi aprovado.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 22.189/2017

Altera o art. 99 e o *caput* do art. 146, ambos da Lei n.º 6.677, de 26 de setembro de 1994.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Fica acrescido o parágrafo único ao art. 99 da Lei n.º 6.677, de 26 de setembro de 1994, com a seguinte redação:

“Art.99-
.....

Parágrafo único - Na hipótese de licença para tratamento de saúde, findo o prazo de afastamento por atestado médico cujo período seja inferior a 10 (dez) dias, se, dentro de um período de 60 (sessenta) dias, o servidor voltar a se afastar e a soma dos atestados ultrapassar 10 (dez) dias, ainda que não relacionados à mesma Classificação Internacional de Doenças - CID, terá direito ao benefício previdenciário a partir do décimo primeiro dia de afastamento, mesmo que descontínuo, devendo ser submetido a perícia pela Junta Médica Oficial do Estado”. (NR)

Art. 2º - O *caput* do art. 146 da Lei n.º 6.677, de 26 de setembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 146 - Para licença até 10 (dez) dias, a inspeção poderá ser feita por médico do Sistema Unificado de Saúde, do setor de assistência médica estadual e de outros estabelecimentos da preferência do servidor, a partir do décimo primeiro dia, através de perícia a ser realizada pela Junta Médica Oficial do Estado”. (NR)

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei quanto aos aspectos atinentes à implementação da regionalização dos serviços da Junta Médica Oficial do Estado.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de junho de 2017.

Deputado Alan Sanches
Relator

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, deputado Adolfo.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, nesta Assembleia existem dois Adolfos. O que votou contra foi o Adolfo Viana, é bom que fique registrado.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Está registrado. O deputado Adolfo Viana votou contra o projeto.

Próximo projeto.

Projeto de Lei nº 22.190/2017, do Poder Executivo. Autoriza o não ajuizamento de execuções fiscais de pequeno valor e a desistência de execuções fiscais nas hipóteses que determina e dá outras providências. Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Designo para relatar o nobre deputado, oriundo de Coité, Alex da Piatã.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Para relatar o nobre deputado Alex da Piatã.

O SR. ALEX DA PIATÃ:- Sr. Presidente, nobres deputados:

(Lê): Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 22.190/2017, de autoria do Poder Executivo, o qual 'Autoriza o não ajuizamento de execuções fiscais de pequeno valor e a desistência de execuções fiscais nas hipóteses que determina, e dá outras providências. Esses ajuizamentos e desistências de execuções fiscais para cobrança de crédito tributário cujo valor total, consolidado por sujeito passivo, seja igual ou inferior a 20 mil reais, conforme registra Mensagem do governador Rui Costa'.

O projeto é legal, e opino pela aprovação e peço aos caros colegas que votem a favor do projeto.

(Pausa)

O Sr. Heber Santana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem do deputado Heber.

O Sr. Heber Santana:- Sr. Presidente, eu gostaria do atendimento de V.Ex^a ao pedido de vistas do projeto em questão.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deferido por 48 horas o pedido de vistas do Projeto de Lei nº 22.190/2017.

Peço à deputada Fabíola que tenha um pouco de calma porque chegará a sua hora de relatar o seu sonhado projeto sobre Cachoeira.

(A Sr^a Dra. Fabíola se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Mas tenha calma pelo amor de Jesus Cristo.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 22.270/2017, de procedência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. (Lê) *“Eleva a Comarca de Cachoeira de entrância inicial para entrância intermediária e dá outras providências.”*

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Designo para relatar a deputada Fabíola Mansur.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra, a deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a Dra. FABÍOLA MANSUR:- Sr. Presidente, primeiro, quero registrar a dispensa de formalidades pelo meu Líder deputado Zé Neto e também do deputado Leur Lomanto.

Mas (Lê) *“A proposição que ora venho analisar, de autoria do Poder Judiciário, tem por objetivo a elevação da Comarca de Cachoeira de Entrância Inicial para Intermediária, tendo como justificativa, segundo o ofício da Senhora Presidente encaminhando o projeto a esta Casa, o fato de que ‘a referida Comarca é integrada pelos Distritos Judiciários de Belém da Cachoeira e Santiago do Iguape, possuindo a estrutura necessária à sua elevação, pois atende aos requisitos elencados na Lei nº 10.845/2007, no que tange à extensão territorial - 395,223 km², superior à exigida em lei; população de mais de 48.000 habitantes; colégio eleitoral correspondente a mais de 40% da população; aforamento anual superior a 1.200 (um mil e duzentos) feitos de jurisdição contenciosa e suficiente receita tributária, conforme relatório anexo’.*

Ainda segundo o ofício da Senhora Presidente, a medida proposta é justificada ‘considerando o desenvolvimento econômico, cultural, social e movimento forense da Comarca de Cachoeira, considerando, ademais, que a elevação de entrância ora apreciada não acarretará despesas para este Poder, porquanto não implicará na promoção automática do Magistrado, que somente passará a perceber a remuneração referente à nova entrância quando promovido, conforme disposto no art. 2º do Projeto de Lei, resta cristalino que estão satisfeitos todos os requisitos estabelecidos na legislação pertinente para a pretendida elevação da Comarca referenciada.’

Satisfeitas, assim, as exigências da Lei de Organização Judiciária, resta a esta Casa a aprovação da proposta do egrégio Tribunal de Justiça, elevando para Entrância Intermediária a Comarca de Cachoeira.

O projeto não recebeu emendas, e considerando que atende os requisitos de legalidade e constitucionalidade, bem como por se tratar de matéria de grande mérito e inteira justiça para com a nossa 'Cidade Heroica'...", depois de esforços dos movimentos, como o da Justiça e Paz, como o da senadora Lídice e de todos que entendem a justeza disso, é com muito orgulho que "(...) opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Judiciário.

É o parecer, s.m.j.

Sala das sessões, 6 de junho de 2017.

Esse é o maior presente para o próximo, 25 de junho quando a capital da Bahia transferida para Cachoeira. Então, repito, damos o parecer favorável ao projeto do Tribunal de Justiça que, finalmente, eleva a Comarca de Cachoeira à condição de Entrância Intermediária.

Esta é uma sessão histórica para o povo cachoeirano, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Euclides Fernandes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, deputado Euclides Fernandes.

O Sr. Euclides Fernandes:- Sr. Presidente, agradeço a gentileza de V.Ex^a em ter essa paciência para chegarmos a nossa solicitação.

Na condição de membro da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa, em conformidade com o Regimento Interno desta Casa, que me dá esse direito, por não conhecer bem o projeto – já que foi colocado assim de última hora – de pedir vista.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Gostaria de convocar os Líderes da Maioria e da Minoria, porque foi fruto de acordo.

O Sr. Euclides Fernandes:- Excelência, não se trata de acordo. É um direito previsto no Regimento Interno. Quero ter esse direito. Se o presidente não respeitar meu direito, já sei como é o encaminhamento nesta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- V.Ex^a tem razão, deputado Euclides, mas estaremos abrindo um precedente. Significa que a autoridade do Líder fica abalada.

O Sr. Euclides Fernandes:- Mas sou membro da Comissão de Constituição e Justiça. O Regimento Interno da Casa dá o direito não é ao Líder, mas ao membro da Comissão de Constituição e Justiça, ao deputado estadual...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Eu não estou discordando de V.Ex^a a respeito da questão jurídica...

O Sr. Euclides Fernandes:- (...) E nessa condição, não vejo necessidade dessa pressa para colocar o projeto em pauta. Por isso, estou pedindo a retirada agora para, depois de 48 horas, retornar para ser discutido.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, deputado Sidelvan Nóbrega.

Fico sentido com o abalo da Liderança que fez o acordo, mas, paciência, faz parte do Parlamento.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, hoje, nesta terça-feira, eu realmente estou muito confuso, porque não estou entendendo. O Líder do Governo faz um acordo, e um dos seus membros desfaz esse acordo. A Oposição vem ao Plenário para votar um projeto, e os deputados do governo ficam aqui todos insatisfeitos, Sr. Presidente. Não consigo entender o que, realmente, está acontecendo nesta Casa.

Por isso, Sr. Presidente, para seguir o Regimento Interno desta Casa, V.Ex^a que tem de estar preso a ele, tem de dar vista ao nobre colega, que é membro efetivo da CCJ.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Concedido o pedido de vista, por 48 horas, ao deputado Euclides Fernandes.

O próximo é o Projeto de Lei nº 22.084/2016, do Tribunal de Justiça, que e eleva a Comarca de Catu de Entrância Inicial para Intermediária e dá outras providências. Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor, Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Designo para relatar o deputado Pablo Barrozo.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o deputado Pablo Barrozo.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, quero aqui agradecer pelas assinaturas dos Líderes Zé Neto e Leur Lomanto Junior. Agradeço também à deputada Maria del Carmen e aos deputados Joseildo Ramos e Rosemberg Pinto, ambos votados também no município de Catu.

Leitura do parecer.

(Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 22.084/2017, o qual ‘Eleva Comarca de Catu de Entrância Inicial para Intermediária e dá outras providências.’*

O projeto que ora passo a analisar, de autoria do Poder Judiciário, tem por objetivo a elevação da Comarca de Catu de Entrância Inicial para Intermediária, tendo como justificativa ‘a importância social, política e econômica do Município de Catu, o qual se destaca na sua região, impulsionando o desenvolvimento, com alta concentração de habitantes’, conforme registra a eminente Presidente do Tribunal de Justiça em ofício encaminhando a proposição à Assembleia Legislativa, no qual ressalta ainda que o art. 26 da Lei nº 10.845/2007 (Lei de Organização Judiciária do Estado da Bahia) descreve os elementos objetivos que devem ser observados para a classificação da Entrância Intermediária, quais sejam: extensão territorial a partir de 201 km², população de mais de 50.000 habitantes, residindo pelo menos 30% na

sede, colégio eleitoral correspondente a 40% da população, aforamento anual de pelo menos 600 feitos de jurisdição contenciosa e receita tributária superior, no mínimo, ao dobro da exigida para a criação do município.

Por sua vez, a Comarca de Catu dispõe, segundo quadro estatístico constante do ofício, de todas as condições exigidas: área de 416,216 km², população de 51.077 habitantes, dos quais 38.771 (75,9%) aptos a votar, receita tributária total de R\$143,1 milhões e 1.382 processos apurados no aforamento anual.

Satisfeitas, assim, as exigências da Lei de Organização Judiciária, resta a esta Casa a aprovação da proposta do egrégio Tribunal de Justiça, elevando para Entrância Intermediária a Comarca de Catu.

O projeto não recebeu emendas, e considerando que atende os requisitos de legalidade e constitucionalidade, bem como por se tratar de matéria de grande mérito e inteira justiça, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Judiciário.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 6 de junho de 2017.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em discussão o parecer do relator. (Pausa) Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, no âmbito das comissões, permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em discussão no Plenário o Projeto de Lei nº 22.084/16.

Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 22.084/2016

Eleva a Comarca de Catu de Entrância Inicial para Intermediária e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica reclassificada de entrância inicial para intermediária a Comarca de Catu.

Parágrafo único. A elevação de entrância não acarreta a promoção automática dos magistrados, sendo mantidos os subsídios correspondentes à entrância inicial, asseguradas a posição na carreira e permanência na atual lotação.

Art. 2º - Os magistrados atualmente classificados na comarca elevada, quando promovidos à entrância intermediária, poderão exercer opção para que a promoção se efetive na unidade jurisdicional em que são titulares, no prazo de 5 (cinco) dias,

contados da data da publicação do ato respectivo.

Art. 3º- Manifestada a opção de que trata o art. 2º desta Lei, a vaga a que concorrerá o magistrado será reaberta à promoção.

Art. 4º - O *caput* do art. 154 e o art. 156 da Lei nº 10.845, de 27 de novembro de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 154. Na Comarca de Candeias, Catu e Dias D’Ávila servirão 5 (cinco) Juízes de Direito, assim distribuídos: (NR)

“Art. 156. Nas Comarcas de Barra do Choça, Belmonte, Buerarema, Cachoeira, Caculé, Camamu, Capim Grosso, Caravelas, Carinhanha, Castro Alves, Cipó, Coaraci, Conceição do Almeida, Condeúba, Esplanada, Ibicaraí, Iguai, Inhambupe, Irará, Itagibá, Itajuípe, Itambé, Itanhém, Itapicuru, Itororó, Ituberá, Jaguaquara, Laje, Macarani, Mairi, Maragogipe, Medeiros Neto, Miguel Calmon, Monte Santo, Morro do Chapéu, Mucuri, Mundo Novo, Muritiba, Mutuípe, Nova Viçosa, Olindina, Paramirim, Paripiranga, Piatã, Poções, Pojuca, Prado, Rio Real, São Félix, São Francisco do Conde, São Gonçalo dos Campos, São Sebastião do Passé, Sento Sé, Teofilândia, Tucano, Ubaíra, Ubaitaba, Ubatã, Una, Uruçuca e Valente servirão 02 (dois) Juízes, sendo que um deles terá competência para os feitos criminais, inclusive os do Júri, de Execuções Penais e da Infância e da Juventude, cabendo ao da Vara Cível processar as causas relativas às Relações de Consumo, Cíveis e Comerciais, da Fazenda Pública e de Registros Públicos.” (NR)

Art. 5º - O item “nº 40” do Anexo I e o item “nº 14” do Anexo II, ambos da Lei nº 10.845, de 27 de novembro de 2007, passam a vigorar com seguinte redação:

ANEXO I COMARCAS DE ENTRÂNCIA INICIAL					
Nº	COMARCA SEDE	JUIZ	COMARCAS NÃO INSTALADAS	DISTRITOS JUDICIÁRIOS	CARTÓRIOS
40	CENTRAL	1		CENTRAL	VARA REL. CONS., CÍVEL, ETC.
					VARA CRIME, JÚRI EXEC. PENAS, ETC.
					REGISTRO CIVIL PESSOAS NATURAIS

					REGISTRO IMÓVEIS, HIP. E TIT. E DOCS.
					TABELIONATO DE NOTAS C/C PROTESTO

ANEXO II COMARCAS DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA					
Nº	COMARCA SEDE	JUIZ	COMARCAS NÃO INSTALADAS	DISTRITOS JUDICIÁRIOS	CARTÓRIOS
14	CATU	5			1ª VARA REL. CONS., CÍVEL, COM E REGISTROS PÚBLICOS.
					1ª VARA REL. CONS., CÍVEL, COM E FAZENDA PÚBLICA.
					VARA CRIME, JÚRI EXEC. PENAS E INF. E JUVENTUDE
					VARA SISTEMA JUIZADOS ESPECIAIS
					REGISTRO CIVIL PESSOAS NATURAIS
					REGISTRO IMÓVEIS, HIP. E TIT. E DOCS.
					TABELIONATO DE NOTAS C/C PROTESTO
				BELA FLOR	REGISTRO CIVIL C/FUNC. NOTARIAIS
				SÍTIO NOVO	REGISTRO CIVIL C/FUNC. NOTARIAIS

Art. 6º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, respeitados os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

RUI COSTA
Governador

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Projeto de Lei nº 22.000/2016, do Tribunal de Justiça, que altera a redação do § 2º do art. 130 da Lei 10.845, de 27 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Designo para relatar a matéria o deputado Zé Raimundo, oriundo de Vitória da Conquista e indicado pelo deputado Rosemberg Pinto. (Pausa)

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Desfeita a dúvida, vamos ao parecer. (Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 22.000/2016, que ‘Altera a redação do § 2º do art. 130 da Lei nº 10.845, de 27 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Estado da Bahia.’*

Encaminha, à apreciação da Assembleia Legislativa, a Excelentíssima Senhora Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, o projeto de lei que ora passo a relatar, alterando o § 2º do art. 130 da Lei nº 10.845/2007, objetivando a ‘transformação das 1ª-e 2ª-Varas Criminais em Varas Criminais Especializadas, com competência para processar e julgar os crimes contra a ordem tributária, a ordem econômica, as relações de consumo, a fé pública e a administração pública, conforme deliberação do Tribunal Pleno, em Sessão Plenária’...” – realizada em 23 de setembro do ano passado – “(...) conforme registra a eminente Presidente do Poder Judiciário no ofício que encaminha a proposição a esta Casa, no qual ressalta ainda que a medida se justifica ante ‘a necessidade de adequação da estrutura legislativa para melhor operacionalizar o funcionamento das respectivas unidades judiciárias, com supedâneo em expedientes propostos pelos Magistrados e Ministério Público do Estado da Bahia.’

Trata-se, assim, de proposta destinada a melhor adequar a estrutura do Poder Judiciário, dotando-o de condições mais apropriadas para o seu funcionamento e, em consequência, um atendimento mais célere às demandas sociais.

O projeto não recebeu emendas, e, considerando que atende os requisitos de legalidade e constitucionalidade, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Judiciário.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 6 de junho de 2017.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em discussão o parecer do relator no âmbito das comissões. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em votação no Plenário o Projeto de Lei nº 22.000/2016. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado, por unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 22.000/2016

Altera a redação do § 2º do art. 130 da Lei nº 10.845, de 27 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Estado da Bahia.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O § 2º do art. 130 da Lei nº 10.845, de 27 de novembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 130.....

.....
§ 2º As 1ª e 2ª Varas Criminais são transformadas, respectivamente, em 1ª e 2ª Varas Criminais Especializadas, com competência para processar e julgar os crimes contra a ordem tributária, a ordem econômica, as relações de consumo, a fé pública e a administração pública.” (NR)

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

Rui Costa
Governador

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Projeto de Lei nº 22.253/2017, de procedência do deputado Rosemberg Pinto, que altera os incisos I e II do § 7º; I e II do § 20; II, III e IV do § 22; VI do § 25 do art. 1º da Lei nº 12.565, de 10 de janeiro de 2012, e altera o art. 1º da Lei nº 13.340, de 27 de abril de 2015, atualizando os limites municipais de Canavieiras com Mascote e Santa Luzia, Mascote com Santa Luzia e Canavieiras, Santa Luzia com Una, Canavieiras e Mascote e Una com Santa Luzia, com base na Lei nº 12.057/2011.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Designo, para relatar o presente projeto, o deputado Zé Raimundo, o maior relator desta legislatura.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, parecer ao Projeto de Lei nº 22.253/2017. Esta é uma lei, Sr. Presidente, que foi discutida e cujos detalhes foram todos combinados na Comissão de Assuntos Territoriais. É uma lei que se encontra dentro do previsto em nossa Constituição e também da lei que estabeleceu os critérios para o reposicionamento dos limites dos municípios.

Portanto ela é legal, constitucional e nosso parecer é favorável, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em votação no Plenário. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado por unanimidade o Projeto de Lei nº 22.253/2017, (Lê) “*que altera os limites de Canavieiras com Mascote e Santa Luzia, Mascote com Santa Luzia e Canavieiras, Santa Luzia com Una, Canavieiras e Mascote e Una com Santa Luzia, com base na Lei nº 12.057/2011*”.

PROJETO DE LEI Nº 22.253/2017

Altera os incisos I e II do §7º; I e II do §20; II, III e IV do §22; VI do §25 do art. 1º da Lei nº 12.565 de 10 janeiro de 2012 e altera o art.1º da Lei nº 13.340 de 27 de abril de 2015, atualizando os limites municipais de Canavieiras com Mascote e Santa Luzia, Mascote com Santa Luzia e Canavieiras, Santa Luzia com Una, Canavieiras e Mascote e uma com Santa Luzia, com base na lei 12.057/2011.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Altera os incisos I e II do §7º do Art. 1º da lei nº 12.638 de 10 de janeiro de 2013, atualizando os limites municipais de Canavieiras com Mascote e Santa Luzia, com base na lei 12.057/2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art.1º

§1º.....

.....

I - Com o município de Mascote - começa na nascente do riacho da fazenda Sombra da Tarde (coordenadas -15º 51' 00,06"; -39º 21' 22,48"), desce por este até sua foz no córrego das Piabas (coordenadas -15º 48' 00,14"; -39º 19' 38,68"), desce por este até sua foz no rio Braço do Norte (coordenadas -15º 47' 58,35"; -39º 19' 14,35"), sobe por este até a foz do córrego do Miguelão (coordenadas -15º 44' 49,02"; -39º 20' 29,94"), continua subindo pelo rio Braço do Norte até a ponte próxima ao assentamento Pedra Branca, na fazenda Santa Rita (coordenadas -15º 44' 42,25"; -39º 21' 56,87"), segue pela estrada Teixeira do Progresso-Estica, sentido norte, até o ponto no conjunto da fazenda Boa Vista (coordenadas -15º 42' 32,18"; -39º 21' 46,05"), continua pela estrada até o ponto em frente à fazenda Belo Jardim (coordenadas -15º 42' 20,98"; -39º 21' 03,11"), daí em reta, sentido norte, até a nascente do córrego dos Macacos (coordenadas -15º 42' 13,85"; -39º 21' 00,74"), desce por este até sua foz no ribeirão das Inhaúmas (coordenadas -15º 38' 01,59"; -39º 19' 05,60"), desce por este até a foz do córrego dos Forges (coordenadas -15º 38' 01,06"; -39º 19' 05,60");

II - Com o Município de Santa Luzia - começa na foz do córrego dos forges no rio Inhaúmas (coordenadas -15° 38' 01,06"; -39° 19' 05,60"), desce por este até a sua foz no rio Pardo (coordenadas -15° 35' 33,90"; -39° 11' 17,22"), desce por este até a foz do córrego dos Mongoióis (coordenadas -15° 36' 11,96"; -39° 09' 35,18"), sobe por este até sua nascente (coordenadas -15° 31' 56,93"; -39° 11' 45,26"), daí em reta até a nascente do rio Doce, (coordenadas -15° 30' 36,96"; -39° 12' 29,10"), desce por este até o ponto de interseção da reta, de direção oeste-leste, que parte do cruzamento da estrada fazenda Bambuzal-assentamento Pinga-Pinga com o divisor de águas do ribeirão das Varas e do rio Vermelho (coordenadas -15° 25' 36,29"; -39° 01' 28,90);

.....
Art. 2º - Altera os incisos I e II do §20 do Art. 1º da lei nº 12.638 de 10 de janeiro de 2013, e o art. 1º da lei nº 13.340 de 27 de abril de 2015, atualizando os limites municipais de Mascote com Santa Luzia e Canavieiras, com base na lei 12.057/2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art.1º

.....

§20.....

I - Com o município de Santa Luzia - começa no ribeirão das Inhaúmas na foz do córrego dos Forges (coordenadas -15° 38' 1,059"; -39° 15' 43,496"), sobe por este até sua nascente (coordenadas -15° 37' 20,822"; -39° 20' 29,157"), daí em reta, sentido noroste, até a nascente do córrego do Carneiro (coordenadas -15° 37' 1,728"; -39° 20' 40,764"), desce por este até sua foz no rio Pardo (coordenadas -15° 33' 59,40"; -39° 17' 06,32"), desce por este até a foz do córrego Verde (coordenadas -15° 33' 50,89"; -39° 16' 28,01"), sobe por este até sua nascente (coordenadas -15° 28' 15,67"; -39° 21' 48,66");

II - Com o município de Canavieiras -

Art. 3º - Altera os incisos II, II e IV do §22 do Art. 1º da lei nº 12.638 de 10 de janeiro de 2013, e o art. 1º da lei nº 13.340 de 27 de abril de 2015, atualizando os limites municipais de Santa Luzia com Una, Canavieiras e Mascote, com base na lei 12.057/2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art.1º

.....

§22.....

.....

II - com o Município de Mascote - começa no ribeirão das Inhaúmas na foz do córrego dos Forges (coordenadas -15° 38' 01,06"; -39° 15' 43,50"), sobe por este até sua nascente (coordenadas -15° 37' 20,82"; -39° 20' 29,18"), daí em reta, sentido noroste, até a nascente do córrego do Carneiro (coordenadas -15° 37' 1,73"; -39° 20' 40,76"), desce por este até sua foz no rio Pardo (coordenadas -15° 33' 59,40"; -39° 17'

06,32"), desce por este até a foz do córrego Verde (coordenadas -15° 33' 50,89"; -39° 16' 28,01"), sobe por este até sua nascente (coordenadas -15° 28' 15,67"; -39° 21' 48,66");

III - com o Município de Canavieiras - começa na foz do córrego Bamburral no rio Doce (coordenadas -15° 23' 22,88"; -39° 01' 12,92"), sobe por este rio até sua nascente (coordenadas -15° 30' 36,96"; -39° 12' 29,10"), daí em reta, sentido sudeste, até a nascente do córrego Mongoióis (coordenadas -15° 31' 56,93"; -39° 11' 45,26"), desce por este córrego até sua foz no rio Pardo (coordenadas -15° 36' 11,96"; -39° 09' 35,18"), sobe por este até a foz do ribeirão Inhaúmas (coordenadas -15° 35' 33,90"; -39° 11' 17,22"), sobe por este até a foz do córrego dos Forges (coordenadas -15° 38' 01,06"; -39° 15' 43,50");

IV - com o Município de Una - começa no encontro do divisor de águas do rio Teimoso e ribeirão do Angelim com o divisor de águas da serra dos Macacos (coordenadas -15° 19' 43,91"; -39° 18' 26,98"), segue por este divisor até o extremo norte (coordenadas -15° 18' 18,23"; -39° 18' 26,98"), daí em reta até o extremo norte da serra do Batelão (coordenadas -15° 18' 14,48"; -39° 18' 03,15"), segue por esta, sentido sul, até o encontro com o divisor de águas da serra da Onça (coordenadas -15° 19' 51,26"; -39° 17' 35,23"), segue por este divisor até o seu ponto mais alto (coordenadas -15° 21' 37,10"; -39° 15' 14,24"), daí em reta, sentido norte, até a nascente do ribeirão da Navalha (coordenadas -15° 20' 29,63"; -39° 15' 13,34"), desce por este até confrontar com o ponto no entroncamento para o assentamento Poço com a BA 672 (coordenadas -15° 21' 31,31"; -39° 12' 35,34"), daí em reta, sentido sul, até o referido entroncamento (coordenadas -15° 21' 36,36"; -39° 12' 35,37"), daí em reta, sentido sudeste, ao rio São Pedro na foz do riacho da baixa da fazenda Santa Rita (coordenadas -15° 22' 26,62"; -39° 09' 48,99"), daí em reta, sentido sudeste, até a nascente do córrego Água Clara (coordenadas -15° 22' 31,00"; -39° 09' 40,52"), desce por este córrego até sua foz no ribeirão Salobro (coordenadas -15° 22' 14,25"; -39° 06' 01,24"), desce por este ribeirão até a foz do ribeirão do Braço (coordenadas -15° 21' 47,55"; -39° 05' 02,94"), daí em reta, sentido sudeste, até a foz do córrego Bamburral no rio Doce (coordenadas -15° 23' 22,88"; -39° 01' 12,92");

Art. 4º - Altera o inciso VI do §25 do Art. 1º da lei nº 12.638 de 10 de janeiro de 2013, atualizando os limites municipais de Una com Santa Luzia, com base na lei 12.057/2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art.1º

.....

§25.....

.....

IV - Com o município de Santa Luzia - começa na foz do córrego Bamburral no rio Doce (coordenadas -15° 23' 22,88"; -39° 01' 12,92"), daí em reta, sentido noroeste, até a foz do ribeirão do Braço no ribeirão Salobro (coordenadas -15° 21' 47,55"; -39° 05' 02,94"), sobe por este, até a foz do córrego Água Clara (coordenadas -15° 22' 14,25"; -39° 06' 01,24"), sobe por este até sua nascente (coordenadas -15° 22' 31,00"; -39° 09' 40,52"), daí em reta, sentido noroeste ,até a foz do riacho da baixa da

fazenda Santa Rita no rio São Pedro, (coordenadas -15° 22' 26,62"; -39° 09' 48,99"), daí em reta, sentido noroeste, até o ponto no entroncamento da estrada para o assentamento Poço com a BA-672 (coordenadas -15° 21' 36,36"; -39° 12' 35,37"), daí em reta, sentido norte, até o ribeirão da Navalha (coordenadas -15° 21' 31,31"; -39° 12' 35,34"), sobe por este até sua nascente (coordenadas -15° 20' 29,63"; -39° 15' 13,34"), daí em reta, sentido sul, até o ponto mais alto da serra da Onça (coordenadas -15° 21' 37,10"; -39° 15' 14,24"), segue por este divisor, sentido noroeste, até encontrar com o divisor de águas da serra do Batelão (coordenadas -15° 19' 51,26"; -39° 17' 35,23"), segue por este divisor, sentido norte, até seu extremo norte (coordenadas -15° 18' 14,48"; -39° 18' 03,15"), daí em reta, sentido oeste, até o extremo norte da serra dos Macacos (coordenadas -15° 18' 18,23"; -39° 18' 26,98") segue por este divisor, sentido sul, até encontrar o divisor de águas do rio Teimoso e do ribeirão do Angelim (coordenadas -15° 19' 43,91"; -39° 19' 27,33");

Art. 5º - Ficam aprovados os mapas anexos representativos dos municípios atualizados, segundo o memorial descritivo constante dos art. 1º a 4º desta Lei.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de abril de 2017.

Deputado Rosemberg Pinto

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Fica convocada uma sessão extraordinária para votarmos as matérias, oriundas do Poder Judiciário, aprovadas em primeiro turno.

Declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.